Relatório de Gestão

2021

MPES

MINISTÉRIO PÚBLICO
do Estado do Espírito Santo

Luciana Gomes Ferreira de Andrade
Procuradora-Geral de Justiça

Elda Márcia Moraes Spedo
Subprocuradora-Geral de Justiça Administrativa

Josemar Moreira
Subprocurador-Geral de Justiça Judicial

Alexandre José Guimarães
Subprocurador-Geral de Justiça Institucional

Carla Viana Cola
Corregedora-Geral do MPES

Eliezer Siqueira de Sousa
Ouvidor do MPES

Francisco Martínez Berdeal
Secretário-Geral e Responsável pela Assessoria de Gestão Estratégica (AGE)

Lidson Fausto da Silva
Gerente-Geral

Elaboração, Projeto gráfico e Diagramação:
Ana Paula Senna Dan Rossoni e Fabricio Ferraz Pêgo
Assessoria de Gestão Estratégica (AGE) - Unidade de Planejamento e Projetos

Revisão:
Andressa Marques Pereira, Arilda Mara Ferreira Rocha Mendes e Fabiana Machado Souza Costa
Assessoria Legislativa (ALE)

Fotos:
Banco de imagens Pixabay

Agradecimento: às(aos) membras(os), às(aos) servidoras(es), às(aos) estagiárias(os) e às(aos) demais colaboradoras(es) que contribuíram com dados e informações de suas atividades, trabalhando juntos para um Ministério Público mais eficiente e resolutivo.

Sumário

Apresentação **4**
Palavra da Procuradora-Geral de Justiça do MPES 5
Introdução 7
Perspectiva: Resultados para a sociedade **9**
Atuação Finalística 10
Direitos Humanos 11
Área de atuação: Infância e Juventude 11
Área de atuação: Defesa da Cidadania 15
Área de atuação: Defesa Comunitária 23
Área de atuação: Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher 28
Área de atuação: Proteção aos Direitos Humanos 33
Patrimônio Público e Eleitoral 35
Área de atuação: Eleitoral 35
Área de atuação: Patrimônio Público 38
Direito do consumidor 40
Segurança Pública 42
Área de atuação: Criminal 42
Área de atuação: Controle externo da atividade policial 49
Área de atuação: Execução Penal 51
Área de atuação: Violência Doméstica 52
Acesso à saúde 54
Direito à educação 58
Proteção ao meio ambiente 62
Atuação em números 72
Monitoramento da atuação 85
Corregedoria-Geral do Ministério Público 85
Perspectiva - Eficiência Operacional **87**
Um MPES +Digital 88
Comunicação Institucional 89
Canais de comunicação 89
Canais de Relacionamento 91
Divulgação das ações do MPES 94
Diálogo e Autocomposição 98
Governança, gestão e sustentabilidade 99

Governança de TI 99
Gestão orientada a dados 99
Sustentabilidade 101
Eficiência na gestão 101
Monitoramento da gestão administrativa 105
Atividade investigativa e de inteligência 107
Perspectiva - Pessoas, Estrutura e Recursos 109
Novos tempos, sempre 110
Capacitação e treinamento 111
Iniciativas e capacitações 112
Gestão de Pessoas 114
Programa de Modernização e Sistematização da CREH 114
Quadro de pessoal 115
Tecnologia e Inovação 119
Service Desk 119
Aquisições de TI 120
Infraestrutura de TI 121
Sistemas 122
Gestão da Infraestrutura Física 124
Gestão financeira e orçamentária 125
Orçamento 125
Execução Orçamentária - MPES 127
Execução Orçamentária - FUNEMP 127
Despesas de custeio 128
Aquisição e patrimônio 131
Evolução patrimonial e aquisições 131
Alienação de bens móveis inservíveis 134
Mensagem Final 135
Palavra do Secretário-Geral 136

Apresentação

Palavra da Procuradora-Geral de Justiça do MPES

O desafio humano que o ano de 2021 trouxe não poderá jamais ser circunscrito a palavras. Um evento da magnitude da pandemia do coronavírus seguirá promovendo mudanças significativas em múltiplos aspectos.

O Ministério Público do Estado do Espírito Santo - MPES "transformou a crise em janelas de oportunidades", pois esses momentos, a despeito de todas as incertezas, angústias e sofrimentos inevitáveis, impulsionam a busca de soluções para os novos problemas que surgem e - por que não - para problemas antigos, vistos agora sob nova perspectiva.

Adaptamo-nos à nova realidade para continuar nossa missão nesse momento tão desafiador, cujos reflexos ainda serão sentidos por muito tempo.

Nesse sentido, destacamos a atuação da Força-Tarefa para Acompanhamento da Pandemia do Novo Coronavírus e Fiscalização das Ações Empreendidas pelos Órgãos Públicos Estaduais e Municipais Capixabas, integrada pelas(os) membras(os) do Gabinete de Acompanhamento da Pandemia do Novo Coronavírus - GAP-COVID-19 e por Promotoras(es) de Justiça especialistas em diversas áreas, como saúde, educação, sistema prisional, consumidor, gestão de resíduos, mobilidade urbana e violência contra as mulheres, a fim de promover uma ação integrada e coordenada dos órgãos do MPES, mantendo a unidade ministerial e a uniformidade em todo o território capixaba, para atingir o máximo de resultados possíveis em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo referido Gabinete.

Grande parte do êxito do MPES no enfrentamento da pandemia pode ser creditado ao seu processo de modernização tecnológica que vem sendo realizado há muitos anos, a exemplo da implementação do Sistema de Gestão de Autos - Gampes, do Sistema Eletrônico de Informações - Sei! e do Programa de Padronização e Organização Administrativa - Propad, além da busca pela interoperabilidade com sistemas de outros órgãos públicos.

Assim, o MP capixaba, em cumprimento ao disposto no inciso XXIII do art. 10 da Lei Complementar Estadual nº 95, de 28 de janeiro de 1997, e em deferência ao princípio da transparência que norteia a atuação e a gestão do MPES, apresenta e torna público o Relatório Geral de suas atividades finalísticas e administrativas, realizadas ao longo do ano de 2021.

Muitos desafios nos aguardam para o ano que se inicia, sendo imprescindível a manutenção do foco na boa gestão administrativa e financeira, na execução do planejamento estratégico e na busca incessante de resultados efetivos para toda a população.

Apresentar o presente relatório é motivo de muito orgulho, pois, para além dos gráficos, textos e estatísticas que o compõem, podemos enxergar nas entrelinhas a digital, o esforço e o empenho de mulheres e homens do Ministério Público capixaba seriamente comprometidas(os) com a defesa e a garantia dos direitos mais caros à sociedade.

Muito obrigada!

Luciana Gomes Ferreira de Andrade
Procuradora-Geral de Justiça

Introdução

O Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPES) é instituição permanente, responsável pela defesa dos direitos da coletividade, da sociedade, no âmbito do estado e dos municípios. Isso está previsto no art. 127 da Constituição Federal de 1988 e replicado na Missão institucional, que encabeça o Mapa Estratégico do MPES. Ou seja, é a sua razão de existir.

> *"Defender a ordem jurídica, o regime democrático e os direitos sociais e individuais indisponíveis para a concretização do pleno exercício da cidadania e o desenvolvimento sustentável"*

Dada a amplitude de sua missão, o MPES atua em diversas áreas, a saber: Infância e Juventude, Idoso, Pessoa com Deficiência, Saúde, Educação, Defesa Comunitária, Cidadania, Meio Ambiente e Urbanismo, Patrimônio Público, Consumidor, Terceiro Setor, Eleitoral, Segurança Pública, nesta o Criminal, entre outras correlatas, que compreendem o plexo constitucional de direitos e garantias fundamentais da pessoa.

A atuação finalística pode ser entendida por meio de algumas de suas funções institucionais:

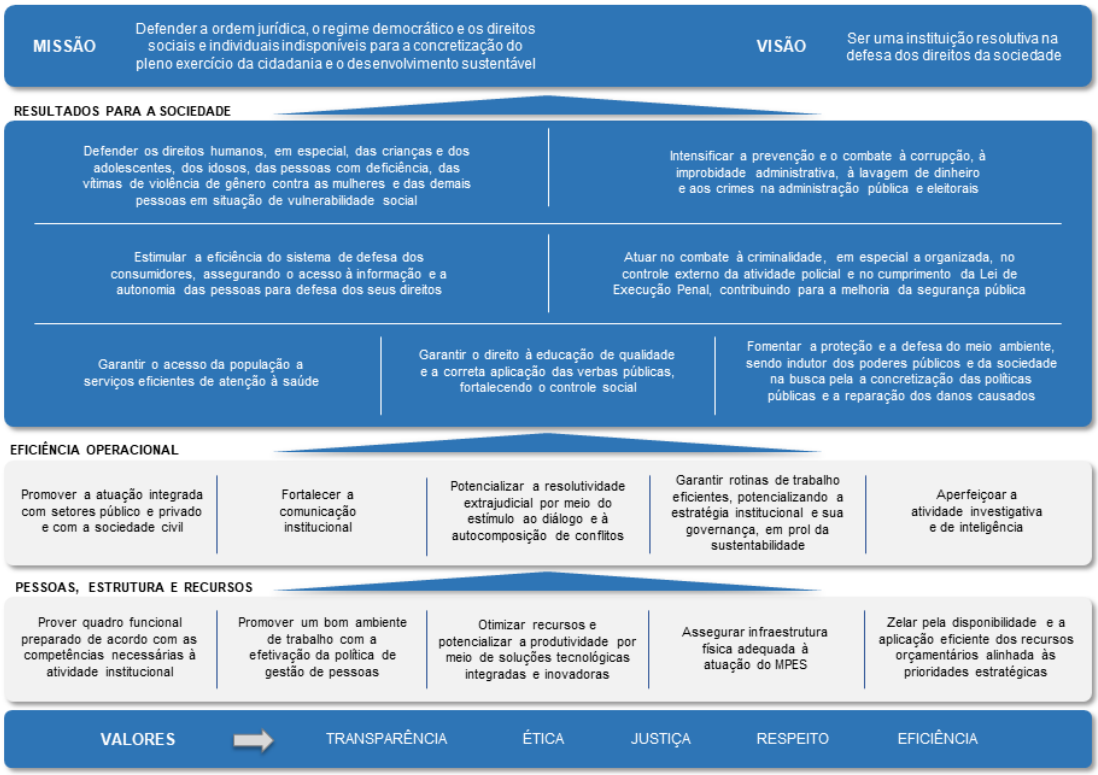
- zelar pela ordem jurídica e pelo regime democrático;
- defender judicial e extrajudicialmente os direitos e os interesses indisponíveis da população;
- promover a autocomposição de conflitos;
- promover o inquérito civil e a ação civil pública para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e dos interesses difusos e coletivos;
- promover ação de inconstitucionalidade de leis e de atos normativos estaduais e municipais;
- efetuar o controle externo da atividade policial;
- promover a ação penal pública, na forma da lei;
- fiscalizar os estabelecimentos penais e os que abrigam crianças e adolescentes, idosos, incapazes e pessoas com deficiência;
- acompanhar e fiscalizar o funcionamento das fundações e outras organizações do terceiro setor;
- apurar e dar andamento às representações por violação de direitos humanos ou sociais decorrentes de abuso de poder econômico ou administrativo, dentre outras atribuições constitucionais.

Além da gama de áreas de atuação e de funções institucionais, outro fator de relevância é a cobertura geográfica do MPES. Sua presença em todo o território estadual, por meio das Promotorias e Procuradorias de Justiça, além de Grupos e Núcleos especializados de trabalho, proporciona um atendimento próximo e acessível a todas(os) as(os) cidadãs(ãos), de acordo com a realidade de cada local.

Para exercer seu papel, a Constituição Federal assegura a independência da administração pública direta do estado. Assim, sua atuação administrativa e financeira é autônoma. Essa condição, é importante frisar, exige da instituição um aprimoramento contínuo de suas ferramentas de governança e de gestão para tornar realidade a Visão posta no seu plano estratégico.

> *"Ser uma instituição resolutiva na defesa dos direitos da sociedade"*

Nesse diapasão, no início de 2020, foi lançada uma nova edição do Planejamento Estratégico do MPES. Os objetivos institucionais foram agrupados em uma modelagem que possibilita a transversalidade das ações e foram segmentados nas seguintes perspectivas, que serão as diretrizes para a organização das informações deste Relatório:



1. Resultados para a Sociedade: objetivos relacionados à atividade finalística da instituição e que dão cumprimento às funções constitucionais e legais do órgão;

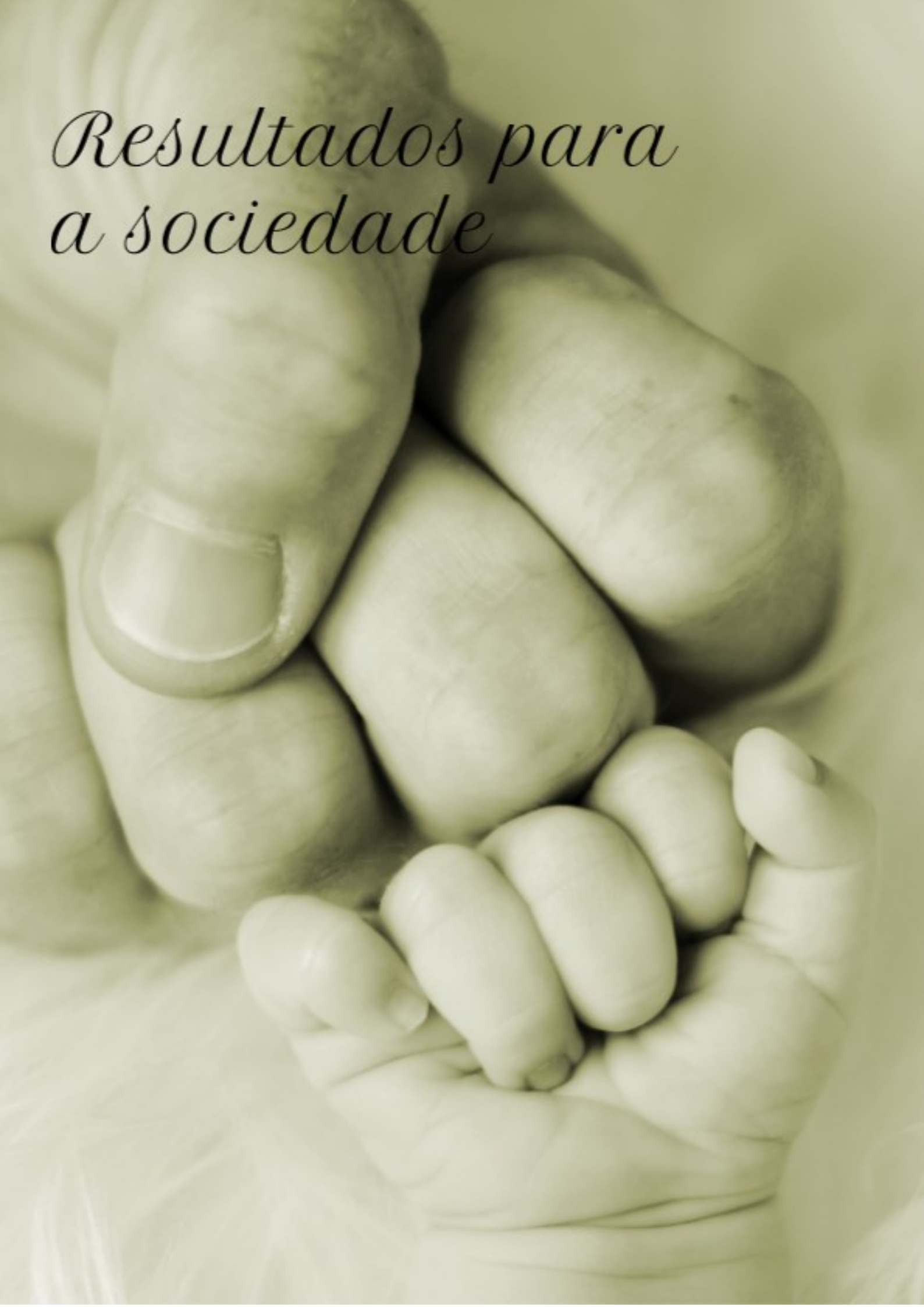
2. Eficiência Operacional: objetivos que relacionam as atividades finalísticas e estruturantes do MPES, de forma a potencializar a atuação ministerial (judicial e extrajudicial) e a governança institucional; e

3. Pessoas, Estruturas e Recursos: os objetivos que tratam da eficiência e da eficácia da instituição relacionadas à gestão de pessoas e de recursos.

Salienta-se que, apesar da sua autonomia e independência funcional, o MPES desenvolve seu trabalho de forma integrada e sistêmica com todos os órgãos públicos e com os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, tendo suas ações fundamentadas nas leis, nas normas vigentes e nas orientações estabelecidas pelos seus órgãos Colegiados e pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

Nas páginas a seguir, capituladas de acordo com as perspectivas do mapa estratégico, será apresentado um compêndio do trabalho realizado por membras(os) e servidoras(es) do MPES no ano de 2021 - um ano muito difícil e que ficará registrado na história de cada indivíduo, família, organização e nação - apoiado nos Valores institucionais: Transparência, Ética, Justiça, Respeito e Eficiência.

Resultados para a sociedade



Atuação Finalística

Ainda sob impacto do duro golpe que representou o início da pandemia causada pela covid-19, no ano de 2020, o mundo passou a pensar e especular sobre como será o pós-crise sanitária. Ainda não se sabe ao certo. Mas a certeza é que a vida continua e é preciso se movimentar. E em 2021, após um primeiro trimestre muito sofrido para o Brasil, quando os indicadores epidemiológicos eram muito alarmantes, o anseio por voltar a alguma "normalidade" impulsionou a busca por dias melhores.

E esse espírito de renovação, ainda no campo da expectativa, foi o norteador da atuação do MPES nos últimos meses. Se em março de 2020, os trabalhos se pautaram para mitigar os impactos da pandemia - por meio da instituição do Gabinete de Acompanhamento da Pandemia do Novo Coronavírus (GAP-COVID-19) e, posteriormente, a sua inclusão na Força-Tarefa para Acompanhamento da Pandemia do Novo Coronavírus e Fiscalização das Ações Empreendidas pelos Órgãos Públicos Estaduais e Municipais Capixabas (FT-COVID-19) - em 2021, as atividades se dividiram entre a manutenção do acompanhamento da pandemia e o que poderia ser trabalhado para reparar danos e recuperar parte dos prejuízos sociais.

Assim, o planejamento institucional foi, necessariamente, ajustado de modo a refletir o convívio harmônico e transversal entre as ações traçadas no Plano Geral de Atuação para Enfrentamento da Pandemia de COVID-19 e no Plano Geral de Atuação 2020-2021. Mais uma vez, o MPES foi célere na resposta e no atendimento à(ao) cidadã(ão) capixaba.

Nas páginas seguintes, estão registradas outras ações de destaque executadas e/ou em andamento pelas(os) membras(os) e pelas(os) servidoras(es) do MPES, com foco nos resultados para a sociedade e, consequentemente, para o cumprimento de sua missão: defender a ordem jurídica, o regime democrático e os direitos sociais e individuais indisponíveis para a concretização do pleno exercício da cidadania e o desenvolvimento sustentável.

Direitos Humanos

OBJETIVO ESTRATÉGICO
Defender os direitos humanos, em especial os das crianças e dos adolescentes, dos idosos, das pessoas com deficiência, das vítimas de violência de gênero contra as mulheres e das demais pessoas em situação de vulnerabilidade social.

DESCRIÇÃO DO OBJETIVO
Atuar de modo a assegurar a observância dos direitos humanos e das pessoas em situação de vulnerabilidade social, em especial os de crianças e adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, vítimas de violência de gênero contra as mulheres, no combate a qualquer tipo de violação, preconceito e discriminação, fomentando a implementação de políticas públicas e a consolidação das redes de atendimento, de proteção, e de acolhimento.

ÁREA DE ATUAÇÃO: INFÂNCIA E JUVENTUDE

AÇÕES DESENVOLVIDAS

De olho na Proteção

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAIJ)

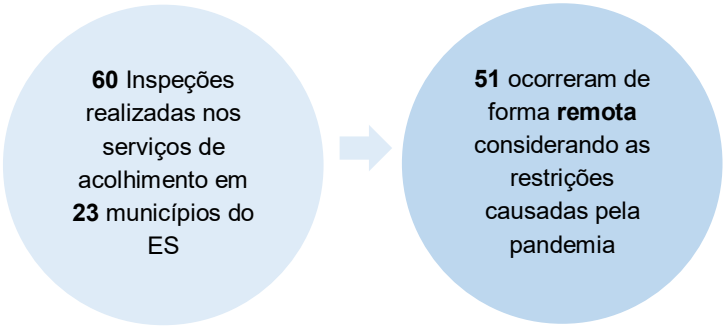
Objetivo

Oferecer apoio técnico às(aos) Promotoras(es) de Justiça durante as inspeções nos serviços de acolhimento institucional e familiar, com a emissão do respectivo relatório técnico, destacando-se a realização de inspeções remotas no período da pandemia causada pela covid-19, a fim de verificar as condições dos serviços e a situação em que se encontravam as crianças e os adolescentes, sobretudo no que se refere às ações de prevenção e de controle da contaminação pelo novo coronavírus.

Resultados alcançados

1. Realização de inspeções nos serviços de acolhimento dos seguintes municípios: Vitória, Serra, Cachoeiro de Itapemirim, Guarapari, Rio Bananal, Jaguaré, Anchieta, Piúma, Afonso Cláudio, Iconha, Ponto Belo, São Mateus, Castelo, Rio Novo do Sul, Presidente Kennedy, Cariacica, Itapemirim, Guaçuí, Pancas, Iúna, Marechal Floriano, Montanha e Boa Esperança;

2. No primeiro semestre de 2021, as inspeções ocorreram de forma remota, ao passo que no segundo semestre foi possível iniciar a retomada das inspeções presenciais em algumas localidades.



De olho na Socioeducação

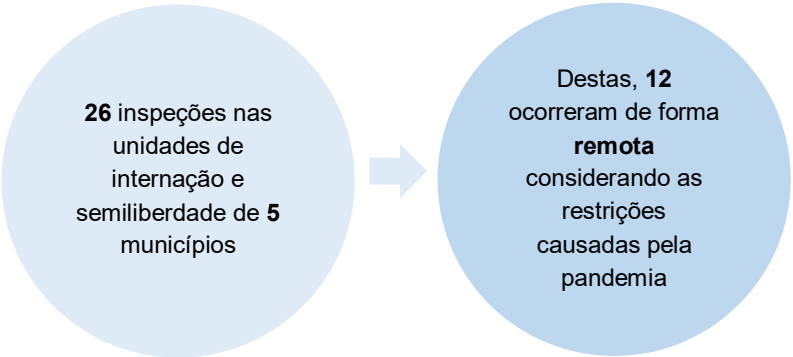
Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAIJ)

Objetivo

Oferecer apoio técnico à(ao) Promotora(Promotor) de Justiça durante as inspeções nas unidades de internação e de semiliberdade, com a emissão do respectivo relatório técnico, destacando-se a realização de inspeções remotas durante o período da pandemia causada pela covid-19, a fim de verificar as condições dos serviços e a situação em que se encontravam os adolescentes, sobretudo no que se refere às ações de prevenção e de controle da contaminação pelo novo coronavírus.

Resultados alcançados

1. Realização de inspeções em unidades de internação e de semiliberdade dos seguintes municípios: Vila Velha, Cariacica, Vitória, Serra e Linhares;
2. No primeiro semestre de 2021, as inspeções ocorreram de forma remota, ao passo que no segundo semestre foi possível iniciar a retomada das inspeções presenciais em algumas localidades, de acordo com o protocolo sanitário de cada unidade inspecionada.



Levantamento da Execução das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto no ES

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAIJ)

Objetivo

Traçar um panorama da execução das medidas socioeducativas em meio aberto no Estado do Espírito Santo, de forma a subsidiar a atuação da(o) Promotora(Promotor) de Justiça com as informações levantadas e a identificação das fragilidades existentes.

Resultados alcançados

3. Monitoramento de 23 serviços executores das medidas socioeducativas em meio aberto dos seguintes municípios: Guarapari, São José do Calçado, Cachoeiro de Itapemirim, Alegre, Jerônimo Monteiro, Rio Bananal, Dores do Rio Preto, Conceição do Castelo, Pancas, Itapemirim, Presidente Kennedy, Afonso Cláudio, João Neiva, Rio Novo do Sul, Mucurici, Ponto Belo, Castelo, Nova Venécia, Vila Pavão, Boa Esperança, Marataízes, Anchieta, Montanha;
4. Elaboração de 4 (quatro) relatórios técnicos relativos às inspeções realizadas nos respectivos serviços, a fim de subsidiar a atuação do órgão de execução.

Primeira Infância em Foco

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAIJ)

Objetivo

Fomentar a atuação do MPES em consonância com o Marco Legal da Primeira Infância, sensibilizando membras(os) e servidoras(es) sobre a importância de se promover ações que fortaleçam a implementação de políticas públicas voltadas ao tema, bem como disseminar entre as(os) profissionais que atuam no serviço de acolhimento práticas voltadas aos cuidados específicos nesse período da vida.

Resultados alcançados

1. Envio de material a todas(os) as(os) Promotoras(es) de Justiça para subsidiar a implementação do respectivo Plano Municipal da Primeira Infância;
2. Preparação de conteúdo e início da gravação de aulas a serem ofertadas na modalidade de Ensino a Distância - EaD, voltadas a profissionais dos serviços de acolhimento.

Serviços de Acolhimento Institucional - Equipar para Qualificar!

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAIJ)

Objetivo

Trata-se de um projeto elaborado em parceria com o Ministério Público do Trabalho (MPT), com o intuito de ofertar computadores para uso de crianças e adolescentes em cada serviço de acolhimento institucional do Espírito Santo, possibilitando a participação das(os) acolhidas(os) em cursos de qualificação profissional.

Resultados alcançados

Estabelecimento da ordem de prioridade dos serviços que serão beneficiados pelo projeto, a partir do levantamento de dados realizado pelo CAIJ, tomando como referência os serviços que não tinham nenhum computador ou que tinham em número menor que os demais.

Escuta especializada - Implementar é preciso!

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAIJ)

Objetivo

Fomentar a implementação da escuta especializada nos municípios do Espírito Santo, fornecendo suporte material e sensibilizando as(os) Promotoras(es) de Justiça sobre a necessidade e a importância da articulação do sistema de justiça com a rede de atendimento municipal, bem como da estruturação, pelo município, de espaço e de capacitação de profissionais para a adequada realização do serviço.

Resultados alcançados

- Envio de material a todas(os) as(os) Promotoras(es) de Justiça com atribuição na área da infância e da juventude para subsidiar a implementação da escuta especializada;

Realização de capacitação para realização do depoimento especial, com a presença da psicóloga do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Glicia Brazil, com a participação de 30 (trinta) membras(os) com atribuição na infância e na juventude e também na esfera criminal.

Fiscalização do Orçamento - Fundo da Infância e Adolescência e Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAIJ)

Objetivo

Fomentar a discussão acerca da fiscalização dos recursos destinados à infância e à adolescência, seus aspectos legais, competências, permissões e vedações, bem como disponibilizar material de apoio aos órgãos de execução com atribuição na área.

Resultados alcançados

1. Realização do evento “Fiscalização do Orçamento: Fundo da Infância e Adolescência e Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente - competências, vedações e permissões”, tendo a certificação de 34 (trinta e quatro) conselheiras(os) municipais e estaduais de direitos da criança e do adolescente;
3. Envio de material a todas as Promotorias de Justiça com atribuição na área da infância e da juventude para subsidiar o acompanhamento e a fiscalização do orçamento da infância.

Fomento à ampliação do Programa de Acolhimento Familiar no Espírito Santo

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAIJ)

Objetivo

Fomentar a implantação de Programa de Acolhimento Familiar nos municípios do Espírito Santo que ainda não dispõem do serviço, fornecendo suporte material e sensibilizando as(os) Promotoras(es) de Justiça para a necessidade e a importância de sua criação.

Resultados alcançados

1. Realização do evento "Bate-Papo com Café - Acolhimento Familiar: Por Quê Ampliar?", com a emissão de certificado para 57 (cinquenta e sete) membras(os) e servidoras(es);
2. Disponibilização de material de apoio aos órgãos de execução com atribuição na infância e na juventude, referente à ampliação do programa de acolhimento familiar.

DEMAIS INICIATIVAS

Capacitações e eventos promovidos e relacionados à área de atuação

Bate-Papo com Café - Acolhimento Familiar - Por Quê Ampliar?
Memória da Criança e Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes
Entrega voluntária e a Humanização da Adoção - Aspectos relevantes da Lei 13.509, de 22 de novembro de 2017
Orçamento da Infância e Juventude
Oitiva Informal - Dados para Políticas Públicas

ÁREA DE ATUAÇÃO: DEFESA DA CIDADANIA

AÇÕES DESENVOLVIDAS

Assessorar as(os) Promotoras(es) de Justiça na fiscalização das fundações de direito privado

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional Cível e de Defesa da Cidadania (CACC)

Objetivo

Subsidiar a atuação da(o) Promotora(Promotor) de Justiça com atribuição na curadoria de fundações, com manifestações e pareceres técnicos elaborados a partir da análise das contas prestadas anualmente pelas entidades, além do apoio técnico-jurídico e da manutenção do banco de dados com informações das fundações do Estado do Espírito Santo.

Resultados alcançados

148 Solicitações de análise de prestação de contas de Fundações recebidas em 2021

Para todas as solicitações foram emitidas e enviadas manifestações técnicas

PAFES - Painel das Fundações de Direito Privado do Estado do Espírito Santo

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional Cível e de Defesa da Cidadania (CACC)

Objetivo

Construir painel com banco de dados das informações das fundações de direito privado existentes no Estado do Espírito Santo, para publicidade interna e externa ao MPES, bem como impulsionar a promoção da regularização da situação das fundações existentes no Espírito Santo, a fiscalização do montante de recursos públicos repassados às entidades para serem utilizados em suas atividades-fim e a consolidação da atuação ministerial integrada.

Resultados alcançados

1. Instauração de 33 (trinta e três) procedimentos extrajudiciais pelas(os) membras(os) com atribuição na curadoria de fundações, com a finalidade de promover a regularização das instituições cadastradas e ativas no Sistema de Cadastro e Prestação de Contas (SICAP);
2. Conclusão do painel de BI sobre as fundações de direito privado do Espírito Santo, aguardando o seu lançamento.

52% das fundações cadastradas e ativas no SICAP foram alvo de procedimentos do MPES para regularização

Banco de Jurisprudências e Precedentes em Direito Civil e Cidadania

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional Cível e de Defesa da Cidadania (CACC)

Objetivo

Divulgar jurisprudências e teses de direito civil e cidadania no âmbito do MPES.

Resultados alcançados

1. Divulgação de 19 (dezenove) *cards* com jurisprudências atinentes às matérias cível e cidadania (pessoa idosa, pessoa com deficiência, família e terceiro setor);
2. Disponibilização de 3 (três) *newsletter* com a compilação de julgados, temas, precedentes e demais informações afetas à área cível (pessoa idosa, pessoa com deficiência, família e terceiro setor);
3. 75% (setenta e cinco por cento) do banco de dados com jurisprudência atinentes às matérias cível e cidadania (pessoa idosa, pessoa com deficiência, família e terceiro setor) concluído.

Implantação do PLID/ES e utilização do SINALID

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional Cível e de Defesa da Cidadania (CACC)

Objetivo

Implantar o Programa de Localização e Identificação de Desaparecidos (PLID) no Estado do Espírito Santo, em adesão ao Sistema Nacional de Localização e Identificação de Desaparecidos (SINALID/CNMP), por meio do estabelecimento de parcerias com os órgãos de proteção do Estado.

Resultados alcançados

1. Parcerias entre o MPES e órgãos públicos municipais, estaduais e federais, entidades privadas e sociedade civil organizada, envolvidos em atividades relacionadas ao fenômeno social do desaparecimento e situações correlatas;
2. Campanha de divulgação do SINALID/PLID/ES e de prevenção ao fenômeno social do desaparecimento;
3. Operacionalização interna do PLID-ES.

Fiscalização das Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs)

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional Cível e de Defesa da Cidadania (CACC)

Objetivo

Promover a análise qualitativa dos 8 (oito) serviços de acolhimento institucional para pessoa idosa que atingiram os menores índices nos indicadores do Panorama de Acolhimento Institucional de Pessoas Idosas (PAIPI), objetivando melhor adequação às normativas vigentes, bem como a análise do serviço que apresentou maior número de regularidades para o fomento de boas práticas identificadas.

Resultados alcançados

1. Inspeção e confecção de relatório técnico de 7 (sete) ILPIs com os menores índices de adequação às normativas vigentes;
2. Início do acompanhamento para verificação das melhorias alcançadas pelos serviços.

Monitoramento das instituições de acolhimento para pessoas com deficiência - residências inclusivas

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional Cível e de Defesa da Cidadania (CACC)

Objetivo

Monitorar o funcionamento das residências inclusivas durante o período da pandemia da covid-19, instituindo, no MPES, ferramenta digital (formulário eletrônico) que possibilite a coleta de informações sobre as ocorrências de casos suspeitos e confirmados entre usuárias(os) e trabalhadoras(es) desses serviços de acolhimento, bem como os óbitos ocorridos entre as pessoas com deficiência institucionalizadas, a fim de fomentar medidas de prevenção e de controle da infecção pelo novo coronavírus, bem como subsidiar, por intermédio de manifestação técnica, a atuação ministerial na defesa das pessoas com deficiência.

Resultados alcançados

1. Emissão de manifestação técnica para todos os formulários encaminhados pelas residências inclusivas, com encaminhamento aos órgãos de execução;
2. Publicação de 14 (quatorze) boletins informativos à sociedade contendo dados analisados e categorizados sobre a situação de contágio da covid-19 nas residências inclusivas.

Monitoramento das ILPIs durante o período da pandemia causada pela covid-19 e seus desdobramentos

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional Cível e de Defesa da Cidadania (CACC)

Objetivo

Monitorar o funcionamento das instituições de acolhimento para pessoas idosas durante o período da pandemia da covid-19, instituindo, no MPES, ferramenta digital (formulário eletrônico) que possibilite a coleta de informações sobre as ocorrências de casos suspeitos e confirmados entre usuárias(os) e trabalhadoras(es) das ILPIs, bem como os óbitos ocorridos entre as pessoas idosas institucionalizadas a fim de fomentar as medidas de prevenção e de controle da infecção pelo novo coronavírus, bem como subsidiar, por intermédio de manifestação técnica, a atuação ministerial na defesa das pessoas idosas institucionalizadas.

Resultados alcançados

1. Publicação de 24 (vinte e quatro) boletins informativos à sociedade contendo dados analisados e categorizados sobre a situação de contágio da covid-19 nas ILPIs;
2. Continuidade da utilização do formulário eletrônico, durante todo o ano de 2021;

3. Compartilhamento de informações com o Ministério Público do Trabalho no que tange aos registros de casos confirmados de infecção em profissionais das ILPIs;
4. Fomento das medidas de prevenção e de controle da infecção pelo novo coronavírus nas ILPIs;
5. Comunicação com a sociedade e com os órgãos de pesquisa do "Panorama de contaminação pelo novo coronavírus nas ILPIs em funcionamento no estado".

Panorama de Acolhimento Institucional de Pessoas Idosas (PAIPI): qualificando sua utilização e compreendendo seus resultados

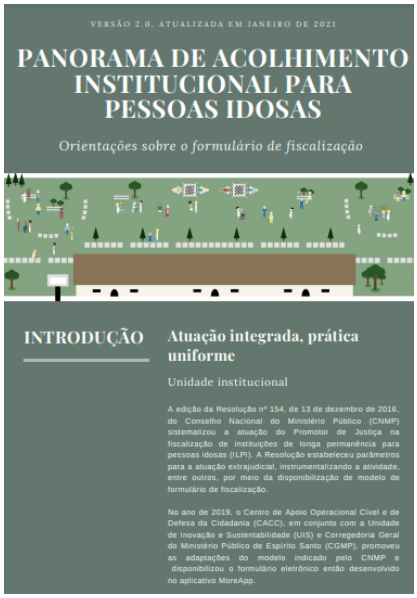
Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional Cível e de Defesa da Cidadania (CACC)

Objetivo

Promover o debate interdisciplinar sobre o PAIPI, por meio da realização de reuniões por videoconferência junto aos órgãos de execução e assessoras(es), em especial no que se refere aos quesitos contidos no formulário de fiscalização de instituições de longa permanência, de forma a qualificar a obtenção das informações.

Resultados alcançados

- Estruturação de nova ferramenta para alimentação do banco de dados do PAIPI;
- Realização de 2 (duas) reuniões com as Promotorias que realizam a fiscalização de ILPIs;
- Elaboração do “Diagnóstico Situacional 2021”, com a análise do funcionamento das ILPIs a partir do registro das informações resultantes da atuação das(os) membras(os) do MPES na defesa dos direitos fundamentais das pessoas residentes nesses serviços;
- Atualização da cartilha "Orientação sobre o roteiro eletrônico de fiscalização", com o intuito de contribuir para o aprimoramento da rotina de fiscalização pelas(os) próprias(os) Promotoras(es) de Justiça e, consequentemente, para melhorar a gestão dos dados coletados pelo MPES e dos resultados obtidos com a fiscalização.



Mapeamento e atualização dos serviços de acolhimento para pessoas idosas junto aos municípios

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional Cível e de Defesa da Cidadania (CACC)

Contextualização

A clandestinidade de instituições asilares atrai à população idosa por elas acolhida diversas formas de violência, além de dificultar a atuação eficaz da rede estruturada para a proteção e para a garantia dos direitos da pessoa idosa. No ano de 2021, ocorreram 6 (seis) óbitos de pessoas residentes em uma instituição clandestina localizada no Município de Itapemirim/ES, sob suspeita de maus-tratos.

A existência de instituições clandestinas que abrigam pessoas idosas é uma realidade no país e, com a pandemia da covid-19, a suscetibilidade desse público frente ao novo coronavírus, tornou-se ainda mais evidente e prejudicial para a população com demanda de acolhimento institucional.

Resultados alcançados

- Produção e encaminhamento aos órgãos de execução da Manifestação Técnica "A Clandestinidade nos cuidados à velhice: problematizando a prática irregular de acolhimento para pessoas idosas";
- Levantamento, junto aos municípios do Espírito Santo, de todos os serviços que acolhem pessoas idosas com oferta de moradia, que estejam atuando na localidade, e sugerindo a realização de busca ativa de eventuais serviços de acolhimento que estejam atuando irregularmente, no intuito de que sejam regularizados, acompanhados e fiscalizados. Foi obtido o retorno de 34 (trinta e quatro) municípios capixabas.

Ações de enfrentamento do novo coronavírus - Covid-19

Ações desenvolvidas relacionadas às ILPIs

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional Cível e de Defesa da Cidadania (CACC)

1. **Monitoramento mensal dos equipamentos de proteção individual (EPIs) nas ILPIs**

Acompanhamento mensal realizado por meio de formulário eletrônico iniciado no ano de 2020 e encerrado em janeiro de 2021, quando nenhuma instituição apontou a insuficiência de máscara cirúrgica para uso das(os) profissionais, protetor ocular/*Face Shield*, sabão líquido, papel toalha e álcool 70% (setenta por cento).

2. **Vacinação de grupos prioritários**

Acompanhamento da vacinação contra a covid-19 no âmbito das ILPIs do Espírito Santo, uma vez que no plano de estratégia do Governo Estadual a população alvo da 1ª fase de vacinação abrangeu "pessoas de 60 (sessenta) anos ou mais institucionalizadas".

Em todas as fases da vacinação, o CACC realizou o acompanhamento por meio de formulário eletrônico, obtendo o seguinte resultado:

- 1ª dose: 90 (noventa) formulários respondidos pelas ILPIs, de um universo de 92 (noventa e duas) instituições em funcionamento;
- 2ª dose: 87 (oitenta e sete) formulários respondidos pelas ILPIs, de um universo de 90 (noventa) instituições em funcionamento.

A coleta de dados ocorreu até o mês de janeiro/2021, a fim de verificar a situação das vacinações, no que tange à sua efetivação, indisponibilidade de doses ou eventuais recusas.

Para a dose de reforço, foram divulgadas orientações às(os) membras(os), ILPIs e municípios.

1. Fomento a manutenção dos cuidados após a vacinação contra covid-19

Foi elaborado um informativo e encaminhado às ILPIs, reforçando a necessidade de continuidade das medidas de prevenção no âmbito das instituições. Além disso, com o apoio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf), Vigilância Epidemiológica do Estado, Área Técnica do Idoso da Secretaria de Estado da Saúde (SESA), Secretaria Estadual de Assistência Social (SETADES) e Vigilância Sanitária, foi organizado o evento "Roda de Conversa com ILPIs Tema: permanência de cuidados após a vacinação", que contou com a presença de mais de 120 (cento e vinte) participantes.

Ações desenvolvidas relacionadas às residências inclusivas

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional Cível e de Defesa da Cidadania (CACC)

3. Vacinação de grupos prioritários

A 1ª fase de vacinação teve como população-alvo pessoas com deficiência institucionalizadas, além do objetivo de realizar o acompanhamento nas residências inclusivas do Espírito Santo. Em fevereiro de 2021, foi elaborado um formulário eletrônico, pelo qual as instituições prestaram informações acerca da não ocorrência de vacinação no local. Todas as residências inclusivas em funcionamento responderam à pesquisa que, a partir da análise dos formulários, resultou em um relatório encaminhado aos órgãos estatuais envolvidos e ao MPT.

O acompanhamento também foi realizado na etapa de aplicação da 2ª dose da vacina, obtendo retorno de todas as instituições em funcionamento.

Campanha para fomento da vacinação de pessoas idosas

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional Cível e de Defesa da Cidadania (CACC)

A campanha foi realizada em conjunto com a Assessoria de Comunicação (ASCM), utilizando as mídias digitais do MPES.

Acompanhamento e orientação aos órgãos de execução para imunização contra a covid-19 de pessoas idosas e com deficiência e trabalhadoras(es) de ILPIs admitidas(os) após a vacinação da instituição

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional Cível e de Defesa da Cidadania (CACC)

A ação realizada em conjunto com o Centro de Apoio Operacional de Políticas de Saúde (CAOPS) orientou os órgãos de execução com atribuições na saúde e na defesa dos direitos da pessoa idosa e da pessoa com deficiência para que:

1. fosse viabilizada, junto à Secretaria de Saúde e de Assistência Social de seu município, a imunização de pessoas idosas e de pessoas com deficiência residentes em instituições, bem como das(os) trabalhadoras(es) de tais estabelecimentos, admitidas(os) após a etapa de imunização que aconteceu na fase inicial da execução do Plano Nacional de Vacinação contra a covid-19;
2. fossem orientadas as instituições de assistência a pessoas idosas e a pessoas com deficiência para permanecerem em contato frequente com as(os) gestoras(es) das Secretarias de Saúde e de Assistência Social do município, a fim de garantir a imunização de todas aquelas pessoas residentes em instituições, bem como das(os) trabalhadoras(es) de tais estabelecimentos, admitidas(os) após a etapa de imunização.

DEMAIS INICIATIVAS

Capacitações e eventos promovidos e relacionados à área de atuação

A importância dos Conselhos, Controle Social e Participação Popular[1]
Envelhecer sem violência: lançamento do Painel Covid-19 Pessoas Idosas do Espírito Santo
2º Bate-Papo com Café em Família: Como o MP deve atuar em relação à alienação parental? Uma visão sistêmica do direito e da psicanálise"[2]

[1] Evento realizado em conjunto com o Centro de Apoio Operacional de Defesa Comunitária (CACO).

[2] Evento realizado em conjunto com o NUPA.

ÁREA DE ATUAÇÃO: DEFESA COMUNITÁRIA

AÇÕES DESENVOLVIDAS

Mapa da Política de Assistência Social do Estado do Espírito Santo

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional de Defesa Comunitária (CACO)

Objetivo

Manutenção das informações na ferramenta implementada em 2017, pelo CACO, que integra e fornece dados atualizados sobre a realidade do estado, notadamente no que tange à rede de serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e aos seus equipamentos instalados e disponíveis nos 78 (setenta e oito) municípios do Espírito Santo. O principal objetivo é fomentar e aprimorar a organização, a gestão e a fiscalização das políticas públicas nesses territórios.

Resultados Alcançados

Possibilitou ao Ministério Público caminhar em direção ao conhecimento da realidade social de cada município, visando instruir todos os atores envolvidos na política de Assistência Social, por exemplo, conselhos municipais, Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), secretarias municipais, entidades prestadoras de serviços, usuárias(os), Promotoras(es) de Justiça, servidoras(es) do MPES, além de outras(os), para assegurar a observância dos direitos das pessoas em situação de vulnerabilidade social, notadamente pelas políticas públicas e pelas redes de proteção social, cuja implementação e regular funcionamento guardem interfaces com a atuação do Ministério Público.

MAPA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO ES

Em 2021:
572 acessos
67% novos visitantes
32% de taxa de retorno

Defesa dos Direitos das Pessoas em Situação de Rua

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional de Defesa Comunitária (CACO)

Objetivo

Dialogar sobre a demanda da população em situação de rua no Espírito Santo, de forma conjunta e coletiva, é uma premissa do MPES, por meio do CACO. O referido debate possibilita a interlocução entre a rede de serviços dos municípios e o próprio Estado, que embora disponibilizem serviços para o público em questão, apresentam fragilidades, ineficiências e inadequações que precisam ser melhor trabalhadas.

Resultados Alcançados

1. Interlocução da rede de serviços dos municípios que compõem a região metropolitana;
2. Aprovação, sanção e publicação do texto legal da Política Estadual para Pessoas em Situação de Rua no ES (POLEPOP/ES);
3. Institucionalização do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Estadual para a População em Situação de Rua do Espírito Santo (CIAMOPOP/ES);
4. Realização de *Webinário* MP Debate que discutiu o tema "população em situação de rua e o acesso às políticas públicas".

Relatórios e pareceres técnicos

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional de Defesa Comunitária (CACO)

Objetivo

Assessorar e respaldar as(os) Promotoras(es) de Justiça na execução de suas atribuições, notadamente aquelas(es) que atuam diretamente na matéria da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), por meio de documentos técnicos elaborados com base em visitas institucionais realizadas nos municípios capixabas para levantamento da rede socioassistencial, incluindo a emissão de orientação de atuação para as demandas percebidas na localidade em análise.

Resultados Alcançados

Elaboração, no ano de 2021, de 8 (oito) relatórios sociais e pareceres técnicos pela equipe técnica de assistência social do CACO.

Atendimento a consultas técnicas e pesquisas

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional de Defesa Comunitária (CACO)

Objetivo

Realizar pesquisas bibliográficas e documentais, elaborar respostas às consultas técnicas e pesquisas referentes à política de Assistência Social e suas interfaces e interlocuções com as demais políticas públicas, visando assessorar e respaldar a atuação das(os) membras(os) do *parquet,* na execução de suas atividades vinculadas à política pública referida.

Resultados Alcançados

1. Disponibilização às(aos) membras(os) do *parquet* de modelos de peças tais como: Termos de Ajustamento de Condutas, Ação Civil Pública, Inquérito Civil referentes às análises da realidade dos municípios capixabas;
2. Elaboração de 18 (dezoito) consultas técnicas legitimamente referenciadas em legislações e normatizações vigentes acerca da política de Assistência Social, para respaldar a atuação das(os) membras(os) do *parquet* com atribuição na LOAS/SUAS.

Debate da pauta da diversidade sexual e da identidade de gênero no MPES

Unidade responsável: Comissão de Direito à Diversidade Sexual e à Identidade de Gênero (CDDS)

Objetivo

Debater a pauta da diversidade sexual e da identidade de gênero no âmbito do MPES de forma a incentivar e acompanhar as garantias ao respeito, à igualdade e à liberdade de orientação sexual e identidade de gênero.

Resultados alcançados

- Realização de 7 (sete) reuniões ordinárias;
- Recebimento e encaminhamento de 24 (vinte e quatro) denúncias oriundas da Ouvidoria Geral do MPES e do Disque 100, que versaram sobre a matéria da diversidade sexual e identidade de gênero. O encaminhamento é feito para as(os) Promotoras(es) de Justiça naturais;
- Realização do "Seminário da Comissão de Direito à Diversidade Sexual e à Identidade de Gênero no MPES", em agosto de 2021, no formato virtual, que contou com a participação de 193 (cento e noventa e três) pessoas;
- Realização do evento "Bate-papo com café: Decisão STF proferida na ADPF 527 MC/DF de 21 de março de 2021 e as pessoas LGBTI+ no sistema penitenciário do ES", em outubro de 2021, no formato virtual, que contou com a participação de 43 (quarenta e três) pessoas;
- Atualização do ato normativo que criou a comissão, de forma a alinhar a atuação ministerial às normativas nacionais e internacionais atuais de Direitos Humanos em relação à orientação sexual e à identidade de gênero;
- Campanha realizada na data comemorativa do Orgulho LGBTI, com a inserção da bandeira LGBTI nas páginas oficiais do MPES e nas mídias sociais, acompanhada de matérias relacionadas ao tema e de manifestações de membras(os) da Administração Superior;
- Início do projeto de incentivo à criação de comissões de direito à diversidade sexual e à identidade de gêneros nos Poderes Executivos e Legislativo dos municípios capixabas. Em 2021, mediante levantamento de informações junto aos Poderes, verificou-se a inexistência de tais órgãos. Assim, a comissão preparou material de apoio de forma a orientar a atuação ministerial e estimular o debate acerca da temática.

Ações de enfrentamento do novo coronavírus - Covid-19

Articulação e diálogo permanente com o Governo do Estado, visando à compreensão das formas de atuação para o enfrentamento da pandemia do coronavírus.

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional de Defesa Comunitária (CACO)

Objetivo

Promover a articulação institucional com as Secretarias Estaduais de Assistência Social, de Direitos Humanos (SEDH) e da Saúde para compreensão das formas de atuação para o enfrentamento da

pandemia do coronavírus, considerando as pessoas em situação de rua e o agravamento de sua condição de vulnerabilidade social e risco de morte em razão da covid-19, somado à insuficiência de políticas públicas e de serviços socioassistenciais de retaguarda.

Resultados Alcançados

1. Acompanhamento da atuação ministerial da 11ª Promotoria de Justiça Cível de Vitória (LOAS/SUAS municipal e estadual);
2. Realização de 5 (cinco) reuniões virtuais com os respectivos órgãos estaduais, a fim de incluir a população em situação de rua nos serviços socioassistenciais ofertados em razão da covid-19, por serem grupo de risco para a doença;
3. Recebimento de informações por e-mail com a descrição das ações empreendidas para enfretamento da pandemia, no que diz respeito à demanda de população de rua;
4. Acompanhamento das ações empreendidas pelo Poder Executivo, a partir da Recomendação expedida pelo MPES;
5. Inclusão da contagem de população de rua contaminada por coronavírus no Painel Covid do Espírito Santo, que foi elaborado pela SESA para acompanhamento contínuo do MPES;
6. Acompanhamento da implementação do auxílio emergencial estadual intitulado "Cartão ES Solidário".

Articulação e diálogo permanente com as(os) Promotoras(es) de Justiça naturais nos municípios do Espírito Santo, visando à compreensão das formas de atuação para o enfrentamento da pandemia do coronavírus.

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional de Defesa Comunitária (CACO)

Objetivo

Promover articulação institucional com as Promotorias de Justiça Cíveis e as secretarias municipais de Assistência Social, de forma a acompanhar as ações empreendidas para enfrentamento da pandemia no que diz respeito à demanda de população de rua nos municípios, bem como disponibilizar modelo de Notificação Recomendatória (NR) às(aos) membras(os).

Resultados Alcançados

1. Acompanhamento das ações empreendidas pelo Poder Executivo Municipal, a partir da Notificação Recomendatória expedida pelo MPES;
2. Acompanhamento da atuação ministerial a partir do material técnico encaminhado pelo Centro de Apoio às(aos) Promotoras(es) de Justiça com atribuição na LOAS no Espírito Santo;
3. Realização de reuniões virtuais com os municípios, a fim de incluir a população em situação de rua nos serviços socioassistenciais ofertados em razão da covid-19, por serem grupo de risco para a doença;
4. Recebimento de informações, por e-mail, com a descrição das ações empreendidas para enfretamento da pandemia, no que diz respeito à demanda de população de rua.

Em 2021 foram expedidas aos municípios **78** NR sobre atendimento à população em situação de rua

Produção de informes CACO para subsidiar a atuação ministerial das(os) membras(os) com atuação na LOAS/SUAS

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional de Defesa Comunitária (CACO)

Objetivo

Instrumentalizar as(os) membras(os) do MPES, com informações atualizadas sobre a política de Assistência Social nas esferas federal, estadual e municipal, no contexto da pandemia do coronavírus, de modo que atuem proativamente frente aos problemas detectados.

Resultados Alcançados

Produção de 5 (cinco) informes CACO em 2021, com a abordagem de temas como auxílio emergencial, recursos disponibilizados a estados e municípios, planos de ação, endereços dos principais serviços socioassistenciais para população de rua, funcionamento dos CRAS e CREAS nos municípios, suspensão de cadastramento dos beneficiários do Bolsa Família, dentre outros.

Acompanhamento da política de Segurança Alimentar e Nutricional

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional de Defesa Comunitária (CACO)

Objetivo

Articular estratégias de atuação junto aos Conselhos Estadual e Municipais de Segurança Alimentar para uma atuação eficiente e focada na defesa do direito humano à alimentação adequada e nutricionalmente equilibrada. A ação surge da necessidade de se garantir o fortalecimento dos equipamentos públicos de Segurança Alimentar e Nutricional legalmente constituídos, possibilitando o acesso à alimentação adequada e saudável à população que se encontra em situação de insegurança alimentar e nutricional nos municípios do Espírito Santo.

Resultados Alcançados

- Orientação técnica às Promotorias de Justiça em relação à política municipal de Segurança Alimentar de Vitória;
- Realização de *Webinário* MP Debate: O Direito Humano à Segurança Alimentar e Nutricional;
- Realização de 8 (oito) reuniões para articulação da atuação do MPES, da Defensoria Pública estadual e os Conselhos Estadual e Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional;

- Acompanhamento das atividades e atuação do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional.

DEMAIS INICIATIVAS

Capacitações e eventos promovidos e relacionados à área de atuação

SUAS e as alterações do Cadastro Único: exclusão digital x aumento da pobreza
O Direito Humano à Segurança Alimentar e Nutricional
A importância dos conselhos, controle social e participação popular[3]
A população em situação de rua e o acesso às políticas públicas

ÁREA DE ATUAÇÃO: VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

AÇÕES DESENVOLVIDAS

Fortalecendo Redes: Políticas Públicas para Mulheres no Território

Unidade responsável: Núcleo de Enfrentamento às Violências de Gênero em Defesa dos Direitos das Mulheres (NEVID)

Objetivo

Disponibilizar às(aos) membras(os) do MPES metodologia estruturada de fomento, implementação e monitoramento de Políticas Públicas de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher no Estado do Espírito Santo, por meio de uma atuação integrada entre os órgãos de execução com atribuição nas diversas temáticas que possuem transversalidade com as políticas de enfrentamento às violências doméstica e familiar contra as mulheres.

A partir da metodologia e atuação integrada, buscou-se:

1. Construção de fluxos e protocolos municipais de atendimento às mulheres em situação de violência;
2. Adequação dos espaços físicos dos serviços de referência no atendimento às mulheres, composição das equipes de trabalho desses serviços;

[3] Evento realizado em conjunto com o CACC.

3. Qualificação e melhoria do atendimento ofertado;
4. Sensibilização de gestoras(es) e técnicas(os) municipais para a temática enfrentamento à violência contra as mulheres;
5. Difusão de conhecimentos sobre violência de gênero, violência doméstica contra mulheres, Lei Maria da Penha e temas correlatos.

Resultados Alcançados

1. Reformulação da metodologia de trabalho considerando as recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS) de prevenção à covid-19 e o trabalho remoto no âmbito do MPES;
2. Desenvolvimento do projeto em 5 (cinco) municípios (Vila Velha, Jaguaré, Presidente Kennedy, Iúna e Rio Bananal);
3. Realização de oficina sobre violência contra as mulheres e Lei Maria da Penha em todos os municípios contemplados pelo projeto no ano de 2021;
4. Acompanhamento pelas(os) Coordenadoras(es) dos Subnúcleos do NEVID das medidas adotadas nos municípios em que o projeto tenha sido contemplado anteriormente.

Capacitação sobre Violência de Gênero para Policiais Civis e Militares - Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006

Unidade responsável: Núcleo de Enfrentamento às Violências de Gênero em Defesa dos Direitos das Mulheres (NEVID)

Objetivo

Capacitar policiais civis e militares, que atuam ou podem vir a atuar com a temática Violência de Gênero, visando fortalecer a rede de atendimento à mulher vítima de violência, contribuindo para o aprimoramento da qualidade dos serviços prestados.

Resultados Alcançados

1. Reformulação da metodologia de trabalho considerando as recomendações da Organização Mundial de Saúde de prevenção à covid-19, sendo realizado no formato online no período da pandemia;
2. Realização de 2 (duas) oficinas com carga horária de 3 (três) horas voltadas a policiais militares, e de 4 (quatro) oficinas para policiais civis.

Participantes das oficinas realizadas em 2021	
Policiais Militares	**Policiais Civis**
999	208
TOTAL: 1.207	

Oficina sobre Violência de Gênero e Lei nº 11.340/2006 para a Guarda Municipal

Unidade responsável: Núcleo de Enfrentamento às Violências de Gênero em Defesa dos Direitos das Mulheres (NEVID)

Objetivo

Contribuir para o aprimoramento da qualidade do atendimento das Guardas Municipais às mulheres em situação de violência doméstica e familiar, qualificando os serviços que desenvolvem ou podem vir a desenvolver na temática da violência contra as mulheres sob a perspectiva de gênero, visando fortalecer a rede de atendimento às mulheres em situação de violência. Assim, o projeto visou à capacitação de guardas municipais, além da pactuação de estratégias de atuação, a exemplo da elaboração de fluxo e protocolos de atendimento, que favoreçam a atuação integrada de toda a rede de atendimento.

Resultados Alcançados

1. Formalização dos Acordos de Cooperação Técnica com os municípios do Espírito Santo;
2. Início das reuniões para alinhamento das atividades e a confecção do cronograma para o ano de 2022.

Levantamento Estadual da Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres

Unidade responsável: Núcleo de Enfrentamento às Violências de Gênero em Defesa dos Direitos das Mulheres (NEVID)

Objetivo

Compor um banco de dados com informações referentes às ações e aos serviços ofertados pelos 78 (setenta e oito) municípios capixabas às mulheres em situação de violência, com coleta de dados e publicação do relatório final a cada 2 (dois) anos.

Resultados Alcançados

Produção de relatório final da "3ª edição do Levantamento Estadual da Rede de Enfrentamento às Mulheres em Situação de Violência" e iniciada a revisão para sua publicação.

Encontro Estadual sobre a Lei Maria da Penha

Unidade responsável: Núcleo de Enfrentamento às Violências de Gênero em Defesa dos Direitos das Mulheres (NEVID)

Objetivo

Colaborar para a disseminação do conhecimento de legislações relacionadas ao enfrentamento da violência contra as mulheres, além de reflexões sobre as violências doméstica e familiar e de gênero contra as mulheres e o alargamento do diálogo e do conhecimento das ferramentas voltadas à efetivação da Lei Maria da Penha.

Resultados Alcançados

Realização do VIII Encontro Estadual sobre a Lei Maria da Penha, no dia 6 de agosto de 2021, na modalidade virtual, em parceria com o Centro de Apoio Operacional Eleitoral (CAEL), com a participação de 115 (cento e quinze) pessoas no período da manhã e de 148 (cento e quarenta e oito) pessoas no período da tarde.

Subnúcleos em Ação: Redes Municipais de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres

Unidade responsável: Núcleo de Enfrentamento às Violências de Gênero em Defesa dos Direitos das Mulheres (NEVID)

Objetivo

Instrumentalizar e qualificar os Subnúcleos para que executem, de forma regionalizada, o trabalho de fomento e de acompanhamento das políticas públicas de enfrentamento às violências de gênero contra as mulheres, de modo transversal.

Resultados Alcançados

1. O Projeto foi desenvolvido em 59 (cinquenta e nove) municípios do Estado do Espírito Santo, tendo sido elaborados os relatórios conclusivos de atividades em relação a 13 (treze) dos municípios;
2. Realizadas reuniões com a rede de enfretamento e/ou atendimento às violências contra as mulheres e representantes de Subnúcleos e Promotorias de Justiça:

Municípios contemplados no projeto Subnúcleos em Ação - 2021				
Subnúcleo II	**Subnúcleo III**	**Subnúcleo IV**	**Subnúcleo V**	**Subnúcleo VI**
Guarapari Marataízes Itapemirim Alfredo Chaves Anchieta Iconha Domingos Martins Piúma Marechal Floriano Vargem Alta	Mimoso do Sul Venda Nova do Imigrante Iúna Divino de São Lourenço Irupi Castelo Rio Novo do Sul Muqui Cachoeiro de Itapemirim Atílio Vivacqua Ibitirama Bom Jesus do Norte Alegre Ibatiba	Barra de São Francisco Água Doce do Norte Nova Venécia Vila Pavão São Gabriel da Palha Vila Valério Ibiraçu Pedro Canário Montanha São Mateus Ponto Belo	Baixo Guandu Colatina Guaçuí Aracruz Afonso Cláudio João Neiva Santa Leopoldina Laranja da Terra Marilândia Itaguaçu Santa Maria de Jetibá Brejetuba	Linhares Rio Bananal Sooretama Ecoporanga Governador Lindenberg

3. As reuniões foram realizadas pelas(os) Coordenadoras(es) dos Subnúcleos do NEVID, de forma articulada com as(os) Promotoras(es) de Justiça naturais;

4. No Núcleo Central, as reuniões foram realizadas com a rede estadual de atendimento às mulheres em situação de violência e a rede municipal de Cariacica, Viana, Serra e Vitória.

Pacto Estadual de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres

Unidade responsável: Núcleo de Enfrentamento às Violências de Gênero em Defesa dos Direitos das Mulheres (NEVID)

Contextualização

O Pacto é um documento orientador para a elaboração das políticas públicas voltadas às mulheres no Estado do Espírito Santo. É fruto de um trabalho realizado pela Câmara Técnica de Monitoramento das Ações do Pacto, coordenado pela Secretaria de Estado de Direitos Humanos, por meio da Subsecretaria de Estado de Políticas para as Mulheres e desenvolvido em parceria com prefeituras municipais, Secretarias de Estado e outros órgãos públicos. Foi elaborado pela primeira vez em 2011 e atualizado com base no atual cenário de constantes violações dos direitos das mulheres.

O MPES, por meio do NEVID, desde 2011 participa da elaboração e do desenvolvimento de atividades definidas pelo Pacto Estadual pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e participa das reuniões mensais da Câmara Técnica de Monitoramento das Ações do Pacto, coordenado pela Secretaria de Estado de Direitos Humanos.

Resultados Alcançados

Considerando o desenvolvimento da Ação 1.1.3 (Eixo 1 - Garantia da aplicabilidade da Lei Maria da Penha), que versa sobre a realização de campanhas anuais, com datas alusivas à promoção dos direitos das mulheres, o NEVID elegeu como ações prioritárias e realizou, em parceria com a ASCM, as seguintes campanhas:

8 de março - Dia Internacional da Mulher
18 de maio - Dia Nacional de Enfrentamento ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes
25 de julho - Dia da Mulher Negra Afro-latino-americana e Caribenha
7 de agosto - Aniversário da Lei Maria da Penha
15 de outubro - Dia das Trabalhadoras rurais e Semana Estadual da Mulher Rural instituída pela Lei nº 11.097, 8 de janeiro de 2020
25 de novembro – Dia Internacional da Não Violência contra a Mulher (ONU) e Dia Estadual de Combate ao Feminicídio (Lei nº 11.113, 6 de março de 2020)
6 de dezembro - Dia Nacional do Laço Branco e Dia dos Direitos Humanos

Ações de enfrentamento do novo coronavírus - Covid-19

Enfrentamento às violências de gênero contra as mulheres durante a pandemia causada pela covid-19

Unidade responsável: Núcleo de Enfrentamento às Violências de Gênero em Defesa dos Direitos das Mulheres (NEVID)

Objetivo

Acompanhar as medidas necessárias e urgentes no sentido de garantir a continuidade e a efetividade da prestação dos serviços da rede de atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e intrafamiliar, por meio de estratégias que possibilitem o acesso aos serviços públicos de proteção destinados a salvaguardar suas vidas, observando as recomendações das autoridades sanitárias quanto à prevenção do coronavírus.

Resultados Alcançados

1. Confecção de 14 (quatorze) relatórios de dados sobre violência doméstica e familiar contra as mulheres durante a pandemia da covid-19;
2. Confecção e proposição de Notificação Recomendatória Conjunta em relação ao abrigamento durante a pandemia da covid-19 na Casa Abrigo Estadual;
3. Envio de comunicado NEVID com modelos de documentos para o acompanhamento da rede de atendimento às mulheres em situação de violência;
4. Acompanhamento e fiscalização pelas(os) Coordenadoras(es) dos Subnúcleos do NEVID das Políticas Públicas e de Segurança Pública implementadas em benefício das vítimas de violência doméstica, enquanto perdurar as restrições geradas pela pandemia da covid-19.

ÁREA DE ATUAÇÃO: PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS

AÇÕES DESENVOLVIDAS

Integração do NPDH com os Centro de Apoio, Núcleos e Grupos do MPES e órgãos da sociedade

Unidade responsável: Núcleos de Proteção aos Direitos Humanos (NPDH)

Objetivo

Estimular o MPES a trabalhar a favor do contingente humano vulnerável, seja pelo gênero, raça, etnia, idade, condição social e orientação sexual, visando à promoção de ações que viabilizem a implementação de políticas, programas, projetos na defesa dos Direitos Humanos e na articulação com os movimentos sociais.

Resultados Alcançados

1. Participação nas ações estratégicas do GAP-COVID-19, em especial no acompanhamento da vacinação e nos atendimentos e orientações relativos a eventuais violações de direitos humanos em incidentes decorrentes da pandemia;
2. Participação em reuniões do Conselho Estadual e Direitos Humanos (CEDH), com o compromisso de propor, monitorar e avaliar a política pública de educação em direitos humanos do Espírito Santo;
3. Realização de estudos e disseminação de informações relacionadas à temática aos órgãos de execução;
4. Acompanhamento de questões relacionadas a direitos humanos levantadas acerca do sistema prisional de todo o Espírito Santo, de forma articulada com o Grupo Especial de Trabalho em Execução Penal (GETEP) e as(os) Promotoras(es) de Justiça naturais;
5. Análise e encaminhamento de denúncias sobre supostas violações de direitos humanos recebidas pelo NPDH, além das enviadas por representantes da sociedade.

Patrimônio Público e Eleitoral

OBJETIVO ESTRATÉGICO
Intensificar a prevenção e o combate à corrupção, à improbidade administrativa, à lavagem de dinheiro e aos crimes na administração pública e eleitorais.

DESCRIÇÃO DO OBJETIVO
Fortalecer a defesa do patrimônio público pela implementação de ações de controle e de prevenção de atos de improbidade administrativa e de crimes na administração pública, principalmente mediante o incentivo à competência administrativa, o combate à corrupção e à lavagem de dinheiro e a busca pelo respeito aos princípios constitucionais que norteiam a administração pública. Além disso, intervir no processo eleitoral, promovendo ações preventivas e repressivas contra a corrupção eleitoral e o uso abusivo da máquina administrativa.

ÁREA DE ATUAÇÃO: ELEITORAL

AÇÕES DESENVOLVIDAS

Encontros Preparatórios

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional Eleitoral (CAEL)

Objetivo

Promover o alinhamento institucional e a capacitação técnica mínima das(os) Promotoras(es) de Justiça Eleitorais e da sua equipe de apoio, servidoras(es) e estagiárias(os), além de fomentar e organizar iniciativas institucionais com o maior grau de homogeneidade possível.

Resultados Alcançados

1. Realização de 3 (três) Encontros Preparatórios para as eleições:
    a. *Webinar* Doações Irregulares;
    b. Oficina Prática Sisconta Eleitoral 2021;
    c. 1º Encontro Preparatório para as Eleições Gerais - Reforma Eleitoral: impactos na atuação do MP e perspectivas para as próximas eleições.
2. Organização dos Encontros Preparatórios que serão realizados em 2022, visando à capacitação das(os) membras(os) com atribuição eleitoral e sua equipe de apoio para as eleições gerais.

Diálogos Eleitorais

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional Eleitoral (CAEL)

Objetivo

Promover reuniões, encontros, bate-papos, audiências públicas, palestras ou outras formas de interação direta com a sociedade civil, partidos políticos e/ou candidatas(os) sobre temas eleitorais, como cotas de gênero, *fake news*, ficha limpa, corrupção eleitoral e controle social, e/ou temas relacionados ao exercício da cidadania ativa.

Resultados Alcançados

Realização de 2 (dois) encontros onde foram debatidos:

1. Violência Política contra as Mulheres - o tema foi debatido juntamente com o VIII Encontro Estadual sobre a Lei Maria da Penha;
2. Aplicação da Lei Anticorrupção aos Partidos Políticos - realizado no formato virtual e contou com a participação de 80 (oitenta) pessoas.

Transparência e Estratégia Eleitoral

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional Eleitoral (CAEL)

Objetivo

Compilar, organizar e analisar dados relativos às iniciativas (judiciais ou extrajudiciais) das(os) Promotoras(es) Eleitorais com a finalidade de acompanhar seus resultados e dar transparência à sociedade da atuação do Ministério Público Estadual na seara eleitoral.

Resultados Alcançados

1. Criação de taxonomia própria para registro no Sistema de Gestão de Autos do MPES (Gampes) das denúncias encaminhadas ao MPES e que sejam oriundas do sistema Pardal da justiça eleitoral;
2. Sensibilização de membras(os) e servidoras(es) para a importância da coleta de dados estatísticos, com a disponibilização do rol de taxonomias específicas da atuação judicial e extrajudicial do Gampes, referente ao ajuizamento das ações eleitorais de Representação por Doação Acima dos Limites Legais, Registro de Candidatura, entre outras;
3. Auxílio a membras(os) e servidoras(es) na classificação dos trabalhos referentes ao período de Doações Irregulares;
4. Compilação dos dados referentes às iniciativas (judiciais ou extrajudiciais) das(os) Promotoras(es) Eleitorais durante as fases do processo eleitoral de 2021;
5. Acompanhamento de Ações Eleitorais para compilação de dados.

Vereadora(Vereador) eleita(o): deveres e prerrogativas das funções

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional Eleitoral (CAEL)

Objetivo

Promover, logo após as eleições municipais de 2021, reuniões por Zona ou Zonas Eleitorais, em que as(os) eleitas(os), especialmente as(os) vereadoras(es) e as(os) gestoras(es) em primeiro mandato, terão instruções sobre suas funções, notadamente quanto aos seus deveres, à improbidade, ao zelo pela coisa pública, etc.

Resultados Alcançados

Foram realizados 7 (sete) encontros, divididos em 10 (dez) grupos por municípios integrantes das 50 (cinquenta) Zonas Eleitorais do Espírito Santo.

ÁREA DE ATUAÇÃO: PATRIMÔNIO PÚBLICO

AÇÕES DESENVOLVIDAS

Fortalecimento do Controle Social

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público (CADP)

Objetivo

Compartilhar com a(o) cidadã(ão) conhecimentos sobre planejamento orçamentário, execução de despesas e outros assuntos relacionados aos recursos públicos, visando estimular a formação de uma infinidade de fiscais do dinheiro público, o que ajudará na prevenção e no combate à corrupção.

Resultados Alcançados

1. Realização de pesquisa junto aos municípios capixabas com o objetivo de realizar diagnóstico e análise das atuais estruturas dos Conselhos Municipais;
2. Com base nos dados obtidos na pesquisa, foi elaborado material sobre o tema e enviado aos órgãos de execução.

Fortalecimento das Ouvidorias

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público (CADP)

Objetivo

Atuar, por meio de ação integrada e complementar do MPES e da Controladoria-Geral da União (CGU), junto aos municípios do Espírito Santo visando fomentar a importância das Ouvidorias, bem como buscar a integração entre elas, com o compartilhamento da base dados com os órgãos colaboradores, de forma a gerar uma rede de comunicação eficaz de banco de dados. Além disso, contribuir para a criação de estruturas e capacidades para implantação, disseminação e fortalecimento de Ouvidorias Públicas no Estado do Espírito Santo.

Resultados Alcançados

1. Realização de pesquisa direcionada aos municípios no que tange aos aspectos formais, estruturas física, de atendimento e de pessoal e planejamento estratégico das ouvidorias municipais;
2. Com base nos dados obtidos na pesquisa, foi elaborado material sobre o tema e enviado aos órgãos de execução.

Tipologias em Improbidade Administrativa

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público (CADP)

Objetivo

Fornecer, mensalmente, material específico e especializado acerca dos temas mais recorrentes nos procedimentos que tratam da defesa do patrimônio público, tais como superfaturamento em licitações e contratos, direcionamento de licitações, admissão irregular de pessoal, qualidade técnica de obras e de infraestrutura, irregularidade em dispensa de licitação, loteamento, acumulação de cargos públicos, portal da transparência, dentre outros.

Resultados Alcançados

Desde o início do projeto até o final do ano de 2021, foram elaboradas e enviadas aos órgãos de execução 14 (quatorze) Tipologias.

Ações de enfrentamento do novo coronavírus - covid-19

Atuação GAP-COVID-19 (Defesa do Patrimônio Público)

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público (CADP)

Resultados Alcançados

1. Elaboração de estudo com base nos portais da transparência dos municípios capixabas, dos governos estadual e federal, contendo análise referente à fiscalização de repasses de recursos da União para Estados e Municípios, visando ao combate à pandemia da covid-19. O material com os dados coletados foi encaminhado às(aos) Promotoras(es) de Justiça com atribuição no patrimônio público;
2. Contribuição para a elaboração de Notificações Recomendatórias destinadas à aplicação de multas por descumprimento de medidas sanitárias, para a aplicação de vacinas no grupo prioritário e para o adequado armazenamento de vacinas;
3. Encaminhamento de material de apoio específico sobre a pandemia aos órgãos de execução, disponibilizando modelos de peças, decisões, legislação e demais conteúdos atualizados.

DEMAIS INICIATIVAS

Capacitações e eventos promovidos e relacionadas à área de atuação

Foi realizado no dia 9 de dezembro de 2021, em parceria com o Ceaf, CAOPS e Centro de Apoio Operacional Criminal (CACR), o evento “Dia Internacional Contra a Corrupção”, em comemoração ao Dia Internacional de Enfrentamento à Corrupção, que teve como palestrantes o Superintendente Regional da Polícia Federal/ES, Eugênio Ricas, e o Desembargador do Tribunal Regional Federal da 4ª região, João Pedro Gebran Neto.

Direito do consumidor

OBJETIVO ESTRATÉGICO
Estimular a eficiência do sistema de defesa das(os) consumidoras(es), assegurando o acesso à informação e a autonomia das pessoas para defesa dos seus direitos.

DESCRIÇÃO DO OBJETIVO
Atuar no fortalecimento da autonomia das(os) cidadãs(ãos) na defesa dos seus direitos e da sociedade, por meio da promoção de ações para a implementação e a efetividade da rede de proteção à(ao) consumidora(consumidor) e demais órgãos de vigilância, além de informar e orientar a população acerca dos seus direitos nas relações de consumo.

AÇÕES DESENVOLVIDAS

Guia Jurídico sobre produtos alimentícios artesanais de origem animal

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional da Defesa aos Direitos do Consumidor (CADC)

Objetivo

Auxiliar na atuação da(o) Promotora(Promotor) de Justiça com atribuição na matéria consumerista elaborando um guia contendo a sistematização e a compilação das legislações federais, estaduais e municipais referentes à comercialização de produtos alimentícios caseiros.

Resultados Alcançados

Realização de parceria com o Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (IDAF) para construção conjunta do guia para auxílio às(aos) membras(os) do MPES e, posteriormente, possível atuação conjunta na confecção de “guia orientativo” para produtoras(es).

Esgoto com Transparência

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional da Defesa aos Direitos do Consumidor (CADC)

Objetivo

Auxiliar as(os) Promotoras(es) de Justiça e as(os) colaboradoras(es) do MPES com fornecimento de informações técnicas de fiscalização da tarifa de água e esgoto na região e, além disso, assegurar à(ao) cidadã(ão) consumidora(consumidor) a transparência das informações acerca da coleta e do tratamento de esgoto veiculadas pela Companhia Espírito Santense de Saneamento (Cesan) e pelos Serviços Autônomos de Água e Esgoto (SAAEs), onde houver.

Resultados Alcançados

Conclusão do relatório da pesquisa e encaminhamento às(aos) Promotoras(es) de Justiça com atribuição consumerista para conhecimento e possível atuação no que entenderem cabível.

Estruturação dos Procons municipais existentes

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional da Defesa aos Direitos do Consumidor (CADC)

Objetivo

Qualificação dos Procons existentes por meio do fortalecimento do sistema municipal de defesa do consumidor, incentivando a plena atuação dos Procons para garantir a informação e a autonomia da população para a defesa de seus direitos.

Resultados Alcançados

1. Conclusão da pesquisa "Diagnóstico situacional dos Procons municipais (estruturas técnica, de pessoal e física", com aplicação de questionário a 40 (quarenta) Procons municipais e confecção de relatório da pesquisa;
2. Parceria com Procon Estadual para atuação conjunta, a fim de mitigar a deficiência dos órgãos municipais de defesa do consumidor;
3. Publicidade da pesquisa entre os agentes de defesa do consumidor.

Campanha Consumidor Consciente

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional da Defesa aos Direitos do Consumidor (CADC)

Objetivo

Auxiliar o público em geral e as Promotorias de Justiça com orientações voltadas aos direitos básicos e aos canais de atendimento dos órgãos de defesa do consumidor, por meio de campanhas nas redes sociais institucionais (site e *Instagram* do MPES).

Resultados Alcançados

1. Parceria com a ASCM para divulgação de assuntos alinhando o projeto "Terça do Consumidor" com o projeto "Consumidor Consciente". Foram encaminhados 24 (vinte e quatro) assuntos diferentes sobre temas consumeristas;
2. Divulgação de texto explicativo sobre a Lei do superendividamento (Lei nº 14.181, de 1º de julho de 2021);
3. Elaboração e divulgação de cartilhas orientativas:
    a. Guia da Meia-Entrada - orientações para obter o benefício no Estado do ES;
    b. Cartilha de Logística Reversa - contribuição de conteúdo consumerista para o documento desenvolvido pelo CAOA.

Segurança Pública

OBJETIVO ESTRATÉGICO
Atuar no combate à criminalidade, em especial a organizada, no controle externo da atividade policial e no cumprimento da Lei de Execução Penal, contribuindo para a efetividade da segurança pública.

DESCRIÇÃO DO OBJETIVO
Contribuir para a segurança da população no sentido de coibir a violência, reduzir a criminalidade ou os seus índices, principalmente quando há ação organizada. Fomentar a adequada estrutura do aparelho estatal, visando conferir mais eficiência aos órgãos envolvidos na persecução penal, a fim de garantir maior efetividade à sanção penal, ratificando, assim, a importância institucional na articulação da rede de segurança pública.

ÁREA DE ATUAÇÃO: CRIMINAL

AÇÕES DESENVOLVIDAS

Cards do CAO Criminal

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional Criminal (CACR)

Objetivo

Fornecer informações especializadas às Promotorias de Justiça para o desempenho de suas atividades, bem como ao público externo, por meio das redes sociais gerenciadas pela ASCM.

Resultados Alcançados

1. Levantamento semanal de jurisprudências em temas que envolveram a área criminal;
2. Confecção de *cards*;
3. Encaminhamento semanal dos *cards* às(aos) Promotoras(es) de Justiça e à ASCM.

Despatrimonialização da(o) ré(u) como forma de combate ao crime organizado

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional Criminal (CACR)

Objetivo

Combater o crime organizado através do esgotamento dos recursos materiais que financiam, sustentam e tornam atraente a prática criminosa, promovendo a despatrimonialização da(o) ré(u), de modo que, uma vez apreendidos os bens que sejam produto ou proveito do crime, bem como aqueles que tenham origem em patrimônio ilícito da(o) ré(u), nos termos do recém-implementado art. 91-A do Código Penal, a(o) acusada(o) não possua meios materiais de perpetrar a conduta criminosa, enfraquecendo a rede do crime organizado.

Resultados Alcançados

Requerimento ao Comitê Gestor da Tabela Unificada para inclusão de taxonomia específica no sistema Gampes para o registro da existência de pedido de indenização na denúncia.

Fluxo de direcionamento e assistência às vítimas do delito

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional Criminal (CACR)

Objetivo

Promover a atuação das(os) membras(os) para a execução de todas as medidas cabíveis para amenizar as consequências do delito sofrido pela vítima, bem como direcioná-la, no que for necessário, para o restabelecimento e a preservação de sua integridade física e moral durante e após a instrução criminal. Além disso, visou informar à sociedade sobre como o MPES pode atuar na busca pela minimização dos danos.

Resultados Alcançados

1. Reuniões entre o CACR e Secretaria Estadual de Saúde e Assistência Social;
2. Elaboração e disponibilização às(aos) membras(os) de modelos de ofícios e peças jurídicas.

Levantamento de ações penais e inquéritos policiais complexos

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional Criminal (CACR)

Objetivo

Desenvolver e executar um acompanhamento minucioso e incisivo das ações penais/inquéritos policiais mais complexos atribuídos às(aos) Promotoras(es) de Justiça, em especial no que tange aos aspectos processuais de prazo e momento em que se encontra o processo e/ou inquérito, de modo que estes sejam listados e cuidadosamente monitorados para que, assim, sejam realizadas todas as diligências possíveis, a fim de evitar a prescrição da demanda.

Resultados Alcançados

1. Início das tratativas para estruturação da Comissão Permanente de Casos Criminais Estratégicos (COPEG);

2. Estruturação de ferramentas para realizar o levantamento e o acompanhamento dos casos criminais complexos, com apoio da Unidade de Qualidade e Processos e da Unidade de Inovação e Sustentabilidade da Assessoria de Gestão Estratégica (AGE).

Medidas para reparação de danos à vítima

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional Criminal (CACR)

Objetivo

Fomentar a atuação conjunta de membras(os) e demais autoridades competentes para a execução de todas as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis à reparação de danos à vítima, na medida de suas competências, direcionando e facilitando os trâmites burocráticos com a disponibilização de peças e de documentos que auxiliem a prática.

Resultados Alcançados

- Criação do movimento "requerimento de indenização para a vítima" pelo Comitê Gestor das Tabelas Unificadas, visando ao registro do requerimento na denúncia;
- Disponibilização de material de apoio (peças e documentos) aos órgãos de execução

Reuniões de compartilhamento estratégico

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional Criminal (CACR)

Objetivo

Fomentar entre as(os) membras(os) do MPES a realização de reuniões periódicas com representantes dos órgãos de segurança pública dos municípios, a fim de compartilhar informações sobre a criminalidade da região e, assim, traçar soluções para reduzir o crime organizado, com eventuais realizações de operações de combate ao crime.

Resultados Alcançados

Divulgação, em meio eletrônico, visando incentivar às(aos) membras(os) a realizarem reuniões de compartilhamento estratégico.

Enfrentamento à Macrocriminalidade

Unidade responsável: Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco)

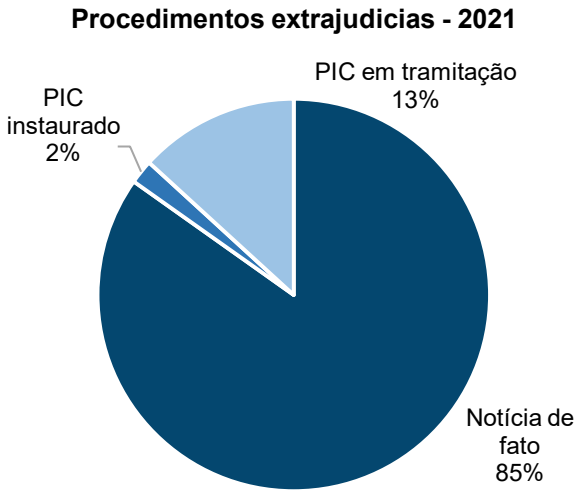
Contextualização

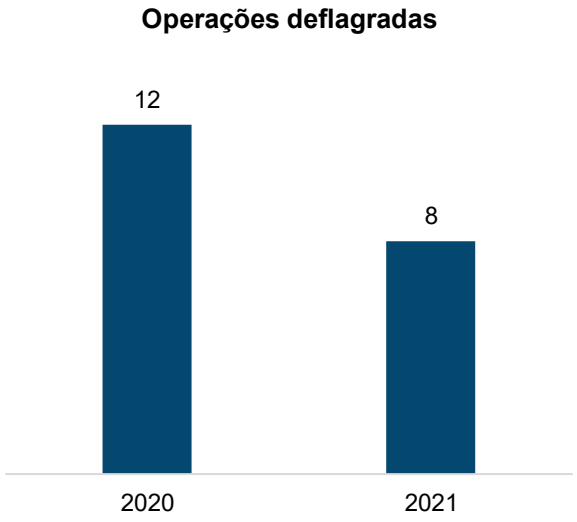
O enfrentamento da macrocriminalidade no âmbito do MPES, notadamente na prevenção, na identificação e na repressão de atos praticados por organizações criminosas que atentem contra interesse público de alta relevância e que por sua natureza, complexidade e abrangência demandem atuação especial, é potencializada pela atuação conjunta ou em colaboração do Gaeco com as(os) Promotoras(es) de Justiça naturais.

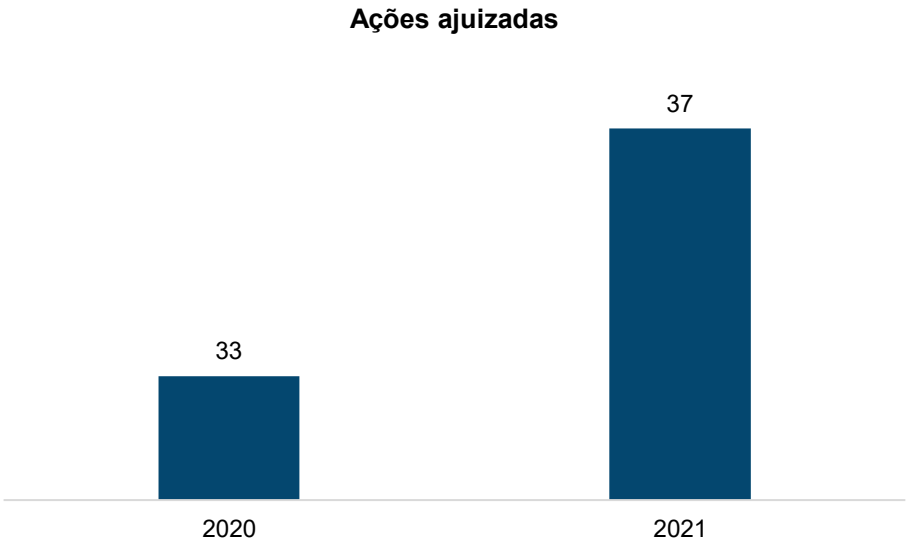
O Gaeco, por sua vez, é composto por 3 (três) unidades: Central, Sul e Norte, que agem de forma sincronizada e harmônica com as diretrizes operacionais do Gaeco Central, com o Planejamento Estratégico do MPES e com as metas e planos estabelecidos conjuntamente.

Resultados Alcançados

No ano de 2021, no âmbito das unidades do Gaeco, foram deflagradas 8 (oito) operações, com o oferecimento de 37 (trinta e sete) denúncias relacionadas a 15 (quinze) denunciadas(os).







No que diz respeito ao combate à sonegação fiscal e à lavagem de dinheiro, o Gaeco Central alcançou, em 2021, a recuperação efetiva de R$ 3.616.848,89 (três milhões, seiscentos e dezesseis mil, oitocentos e quarenta e oito reais e oitenta e nove centavos) aos cofres públicos.

Tramitaram no Gaeco Central, pelo sistema Gampes, 900 (novecentos) autos, com 2.267 (dois mil duzentos e sessenta e sete) movimentos registrados no ano de 2021.

Foram atendidas ao todo 97 (noventa e sete) solicitações de apoio a órgãos de execução nas unidades do Gaeco Central, Norte e Sul. Também foram realizadas 170 (cento e setenta) oitivas de investigadas(os) e testemunhas.

Laboratório de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro (LAB-MPES)

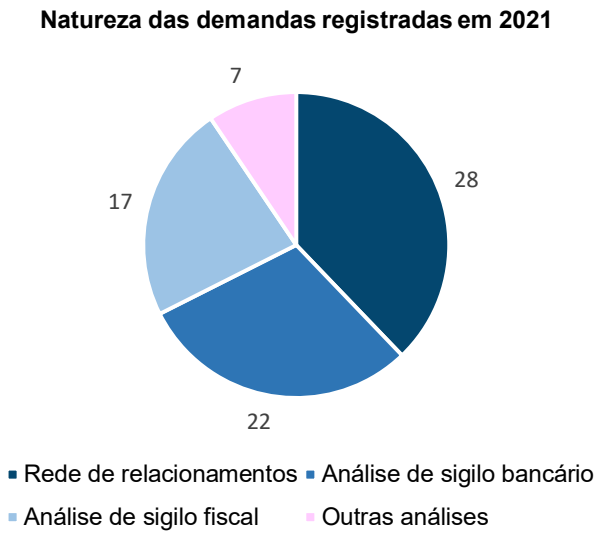
Contextualização

O LAB-LD do Ministério da Justiça foi concebido na Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA), constituindo uma ferramenta apta a analisar, mediante o uso de diversos softwares e de pessoal qualificado, grande volume de informações para serem utilizadas em investigações de grande complexidade, especialmente no combate à corrupção e à lavagem de dinheiro.

Em 2011, o LAB-MPES foi formalmente criado com o escopo de atender toda a instituição, produzindo, a pedido das(os) membras(os) do MPES, análises técnicas para auxílio em investigações cíveis e criminais regularmente instauradas, notadamente no combate à corrupção, à sonegação fiscal e à lavagem de dinheiro, por meio de pessoal qualificado, *softwares* e equipamentos.

Resultados Alcançados

No ano de 2021, as demandas recebidas foram provenientes de 36 (trinta e seis) membras(os) do MPES e envolveram o montante de R$ 435.208.213,92 (quatrocentos e trinta e cinco milhões, duzentos e oito mil, duzentos e treze reais e noventa e dois centavos) referentes aos ativos (bens, direitos e valores) com indícios de ilicitude.



Importante observar a preocupação constante em manter atualizada a base de dados desse Laboratório, com o intuito de dar continuidade à realização de um trabalho proativo de cruzamento e análise de informações existentes em bancos de dados públicos, a fim de reprimir diversos tipos de fraudes e de combater a corrupção.

Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (CIRA/ES)

Contextualização

O Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (CIRA/ES) foi criado pela Lei Estadual nº 10.548, de 27 de junho de 2016, com a finalidade de propor medidas judiciais e administrativas pelos órgãos e pelas instituições públicas que o integram para o aprimoramento das ações e a busca da efetividade na recuperação de ativos de titularidade do Estado.

Com reuniões ordinárias e extraordinárias realizadas desde o início de suas atividades (no ano de 2014), quando ainda regulamentado pelo Decreto Estadual nº 3.612-R, de 10 de julho de 2014, o CIRA/ES conseguiu atingir seu objetivo com a efetiva atuação de suas(seus) integrantes (representantes do Ministério Público Estadual, da Procuradoria-Geral do Estado, da Secretaria de Estado da Fazenda e da Polícia Civil).

Resultados Alcançados

1. 2 (duas) reuniões ordinárias, para estabelecer as diretrizes gerais de atuação do CIRA, definir contribuintes sobre as(os) quais recairão as ações dos órgãos e discutir medidas a serem adotadas pelas instituições integrantes do colegiado para otimizar as respectivas atuações;
2. Realização de mutirão para oferecer às(aos) contribuintes que foram alvo de representações fiscais para fins penais a oportunidade de aderirem ao Programa de Parcelamento

Incentivado de Débitos Fiscais, instituído pela Lei Estadual nº 11.331, de 14 de julho de 2021:

22 débitos inscritos em dívida ativa quitados ou parcelados → **R$ 14.281.648,21** recuperados aos cofres do estado do ES

3. Redução do acervo de inquéritos policiais e notícias de fato em trâmite na Delegacia de Crimes contra a Ordem Tributária (DCCOT) e no Gaeco /MPES.

DEMAIS INICIATIVAS

Capacitações e eventos promovidos e relacionados à área de atuação

Bate Papo com Café - Delegacia Online - DEON
Estratégia para instrução e debates em plenário
Bate-Papo com Café - Validade e coleta de provas digitais
Live Papo de Escola MPMS e MPES - Direito Fundamental da Vítima
Provita - Antecipação da produção probatória em processos que figurem envolvidos inseridos no programa
Estratégias para Instrução e Debates em Plenário: Tribunal do Júri – Caso Milena Gottard

Suporte à atuação finalística na área de atuação

Estudos realizados pelo CACR:

- Desvio de vacinas e/ou uso do cargo ou influência para obtenção de vantagem e priorização indevida em programa de vacinação;
- Obrigatoriedade de comparecimento ao local de trabalho externo pela(o) reeducanda(o) durante o gozo da saída temporária;
- Conduta da(o) advogada(o) que abandona o plenário e suas consequências;
- Conduta da(o) médica(o) do SUS em cobrar um valor da(o) paciente por usar uma máquina particular daquela(e);
- Obrigatoriedade do uso do ARLA32 e seus reflexos na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

Indicativos formulados pelo CACR:

- Indicativo da temática "obrigatoriedade de comparecimento da(o) reeducanda(o) a trabalho externo durante o gozo de saída temporária" como tema-piloto para fins de Incidente de Resolução de Demanda Repetitiva (IRDR);
- Indicativo do Agravo de Execução Penal nº 0002885-08.2018.8.08.0050 como caso-piloto para que sobre ele incida a Conversão do Incidente de Assunção de Competência em Incidente de Resolução de Demanda Repetitiva.

Indicativos formulados pelo CACR à SPGI:

1. Formulação de Tese Jurídica acerca da impossibilidade de concessão de *habeas corpus ex officio* em recurso exclusivo da acusação;
2. Formulação de Tese Jurídica acerca da impossibilidade de o Superior Tribunal de Justiça proceder à dosimetria da pena sem que os autos sejam devolvidos à instância inferior, configurando-se Supressão de Instância;
3. Formulação de Tese Jurídica acerca da impossibilidade do instituto da reformatio *in mellius* em recurso exclusivo da acusação;
4. Formulação de Tese Jurídica acerca da obrigatoriedade do uso do ARLA32 e infringências aos arts. 54 e 56 da Lei nº 9.605/1998 em face de seu inadimplemento.

ÁREA DE ATUAÇÃO: CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL

AÇÕES DESENVOLVIDAS

Controle externo da atividade policial com impacto na segurança pública

Unidade responsável: Núcleo de Controle Externo da Atividade Policial (NCAP)

Objetivo

Implementação de ações visando ao estreitamento da relação interinstitucional com as demais autoridades dos órgãos de segurança pública, por meio de reuniões de compartilhamento estratégico, trabalhos conjuntos e/ou procedimentos extrajudiciais instaurados com a finalidade de combater à criminalidade organizada e/ou para acompanhar e fiscalizar, de forma continuada, a regularidade e a adequação de procedimentos adotados pelas forças policiais.

Resultados Alcançados

1. Realização de reuniões interinstitucionais, envolvendo:
    a. Governo do Estado por meio do Programa "Estado Presente em Defesa da Vida";
    b. Superintendência Estadual da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN);

c. Corregedoria e Diretoria de Inteligência da Polícia Militar do Estado do Espírito Santo (PMES);
d. Gabinete do Delegado-Geral e Corregedoria da Polícia Civil do Estado do Espírito Santo (PCES);
e. Comandantes dos Batalhões de Polícia Militar da Região Metropolitana da Grande Vitória;
f. Subsecretário para Assuntos Penais da Secretaria de Estado da Justiça (SEJUS/ES).

2. Instituição da Sala de Situação na estrutura do NCAP, setor de inteligência e acompanhamento de variáveis de segurança pública, sendo integrado por 4 (quatro) agentes. No ano de 2021, destacou-se o piloto com adoção de diretrizes conjuntas em relação aos protocolos adotados pela PMES nas sugestões por pedidos cautelares, adequando-os e padronizando-os aos preceitos do *parquet*, proporcionando aos órgãos de execução maior embasamento para a cognição a respeito da viabilidade ou não do pedido.
3. Produção de 60 (sessenta) relatórios pelo setor de inteligência;
4. Realização de ações conjuntas decorrentes da atuação da Sala de Situação do NCAP, tais como “Operação Sentinela”, e das manifestações ocorridas em 7 de setembro.

5. Houve 4 (quatro) medidas cautelares pleiteadas pelo NCAP e deferidas judicialmente, dentre elas as operações “Restauração”, “Puri” e “Famulus”.

ÁREA DE ATUAÇÃO: EXECUÇÃO PENAL

AÇÕES DESENVOLVIDAS

Hora de Voar e Sair

Unidade responsável: Grupo Especial de Trabalho em Execução Penal (GETEP)

Objetivo

Complementar as ações desenvolvidas pelo Estado proporcionando à(ao) interna(o) ambiente adequado para formação de turmas de internas(os) das unidades prisionais localizadas em Vila Velha para leitura e discussão de livros, o que pode levar à possibilidade de remição das penas aplicadas pela(o) juíza(juiz).

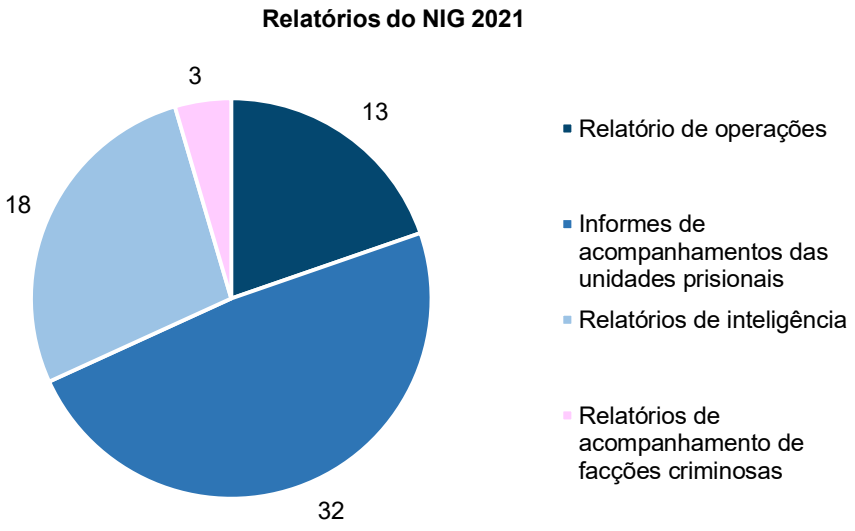
Resultados Alcançados

Em função das restrições de acessos às unidades prisionais, o projeto foi executado apenas no Departamento de Polícia Judiciária (DPJ) de Novo México, tendo finalizado o ano com 20 (vinte) participantes.

Núcleo de Inteligência (NIG)

Unidade responsável: Grupo Especial de Trabalho em Execução Penal (GETEP)

Resultados Alcançados



ÁREA DE ATUAÇÃO: VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

AÇÕES DESENVOLVIDAS

Mapa de Mortes Violentas de Mulheres: de A a Z

Unidade responsável: Núcleo de Enfrentamento às Violências de Gênero em Defesa dos Direitos das Mulheres (NEVID)

Objetivo

Disponibilizar novas informações relacionadas à atuação do Ministério Público no enfrentamento à violência de gênero contra a mulher nos dados já sistematizados sobre os homicídios de mulheres praticados em território capixaba, como forma de possibilitar a análise de estratégias e políticas públicas aptas a enfrentar a violência contra as mulheres. As informações foram disponibilizadas em painel de *Business Intelligence,* desenvolvido em 2018 e posteriormente aprimorado.

Resultados Alcançados

1. Iniciada a construção da 2ª fase do mapa com o levantamento de dados e a revisão das informações sobre investigação e tramitação de procedimentos criminais;
2. Pesquisa sobre a conclusão das investigações, oferecimento de denúncia pelo Ministério Público e realização dos júris.

Grupo com Homens Autores de Violência de Gênero contra as Mulheres

Unidade responsável: Núcleo de Enfrentamento às Violências de Gênero em Defesa dos Direitos das Mulheres (NEVID)

Objetivo

Fomentar a criação de grupos com homens autores de violência de gênero contra as mulheres nos municípios do Espírito Santo, por meio do assessoramento técnico e jurídico aos órgãos de execução e às respectivas redes de atendimento às mulheres dos municípios, além da disponibilização de estudo técnico orientativo para a construção e a atuação desses grupos, auxiliando na condução de reuniões preparatórias na localidade.

Resultados Alcançados

A implementação e o monitoramento dos grupos durante o período da pandemia permaneceram suspensos, sendo que as atividades do projeto foram voltadas à realização de estudos técnicos para subsidiar as(os) membras(os) no fomento e na implementação dos grupos.

1. Confecção de 7 (sete) manifestações solicitadas pelas Promotorias de Justiça de Ibiraçu, João Neiva, Marechal Floriano, Venda Nova do Imigrante, São Mateus, Linhares e Sooretama;
2. Coleta de informações sobre a realização dos grupos em unidades prisionais do Espírito Santo;
3. Confecção de Nota Técnica conjunta CACO/NEVID Nº 001/2021 sobre o atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar e ao seu agressor nos serviços da política de Assistência Social.

Vale destacar que o Subnúcleo IV iniciou, em conjunto com o Núcleo Central do NEVID, o planejamento para instalação de grupos reflexivos para homens autores de violência doméstica e familiar contra a mulher em municípios que integram a região de abrangência, tais como Nova Venécia, Mucurici, Montanha, Pedro Canário, Conceição da Barra, Ecoporanga, Água Doce do Norte, Barra de São Francisco, Jaguaré, Pinheiros, Boa Esperança, Vila Pavão e Ponto Belo.

Além disso, registra-se o acompanhamento de políticas públicas voltadas aos agressores realizada pelo Subnúcleo VI do NEVID.

Formulário de Avaliação de Riscos para Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar

Unidade responsável: Núcleo de Enfrentamento às Violências de Gênero em Defesa dos Direitos das Mulheres (NEVID)

Objetivo

Implementar a utilização do Formulário Nacional de Avaliação de Riscos para mulheres em situação de violência doméstica e familiar e do fluxo estruturado para aplicação do referido instrumento junto à rede de atendimento.

Resultados Alcançados

a) Realização de curso "O gênero bate à porta do judiciário: aplicando o formulário nacional de avaliação de risco", em parceria entre o MPES com o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, com carga horária de 80 (oitenta) horas e destinado a membras(os) e servidoras(es) do MPES, Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo (TJES), Polícias Civil e Militar e técnicas(os) e gestoras(es) da rede de atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e familiar do Estado do Espírito Santo;
b) Formalização de Acordo de Cooperação Técnica entre o MPES, o TJES e a Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social (SESP), objetivando a aplicação do Formulário Nacional de Avaliação de Risco no Estado do Espírito Santo;
c) Monitoramento da aplicação do Formulário Nacional de Avaliação de Risco e assessoramento técnico às(aos) membras(os).

Acesso à saúde

OBJETIVO ESTRATÉGICO
Garantir o acesso da população a serviços eficientes de atenção à saúde.

DESCRIÇÃO DO OBJETIVO
Buscar junto aos entes federativos, por meio de suas(seus) gestoras(es) de saúde, a disponibilização de serviços eficientes que garantam o direito integral à saúde, notadamente em seus aspectos preventivos e coletivos, de modo a promover o acesso universal e igualitário às ações e aos serviços de saúde.

AÇÕES DESENVOLVIDAS

Saúde Bucal

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional de Implementação das Políticas de Saúde (CAOPS)

Objetivo

Disponibilizar às(aos) membras(os) do MPES instrumentos técnicos/jurídicos para subsidiar eventual atuação para adequação dos serviços de saúde bucal dos municípios do estado, de acordo com legislação sanitária vigente.

A atuação do Ministério Público relacionado ao presente projeto refere-se ao Programa Brasil Sorridente da Política Nacional de Saúde Bucal estabelecida pelo Ministério da Saúde.

Resultados Alcançados

1. Apresentação, nos dias 27, 28 e 29 de setembro de 2021, do diagnóstico da Rede de Saúde Bucal, a partir do levantamento de dados realizado em 2020 envolvendo 62,8% (sessenta e dois inteiros e oito décimos por cento) dos municípios capixabas com rede de saúde bucal;
2. Elaboração de material subsídio para atuação da(o) Promotora(Promotor) de Justiça.

Saúde Mental

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional de Implementação das Políticas de Saúde (CAOPS)

Objetivo

Municiar as(os) membras(os) do MPES com instrumentos técnicos/jurídicos para subsidiar eventual atuação para adequação dos serviços de saúde mental, de acordo com a legislação sanitária vigente. A análise leva em conta o Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que dispõe,

em seu art. 5º, inciso III, que uma Região de Saúde deve conter, no mínimo, ações e serviços, dentre outros, de atenção psicossocial.

Resultados Alcançados

1. Apresentação, nos dias 27, 28 e 29 de setembro de 2021, do diagnóstico da Rede de Saúde Mental, a partir do levantamento de dados realizado em 2020 envolvendo 30,8% (trinta inteiros e oito décimos por cento) dos municípios capixabas com rede de saúde bucal;
2. Elaboração de material subsídio para atuação da(o) Promotora(Promotor) de Justiça.

Materno-Infantil

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional de Implementação das Políticas de Saúde (CAOPS)

Objetivo

Realizar diagnóstico situacional da rede materno-infantil das maternidades do estado e fomentar a atuação ministerial em prol das adequações das inconformidades levantadas, garantindo a assistência à saúde de qualidade a gestantes, parturientes e recém-nascidas(os).

Resultados Alcançados

1. Monitoramento do diagnóstico da Rede Materno-Infantil;
2. Apresentação, nos dias 27, 28 e 29 de setembro de 2021, do diagnóstico da Rede Materno-Infantil, a partir do levantamento de dados realizado envolvendo 51,3% (cinquenta e um inteiros e três décimos por cento) dos municípios capixabas com rede de saúde bucal;
3. Elaboração de material subsídio para atuação da(o) Promotora(Promotor) de Justiça com atribuição correlata.

Pronto Atendimento

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional de Implementação das Políticas de Saúde (CAOPS)

Objetivo

Oferecer às(aos) Promotoras(es) de Justiça subsídios para a busca da adequação dos serviços de saúde prestados pelos Prontos Atendimentos, nos termos das normativas vigentes. A análise leva em conta o Decreto Federal nº 7.508/2011, que dispõe em seu art. 5º, inciso II, que uma Região de Saúde deve conter, no mínimo, ações e serviços, dentre outros, da atenção em urgência e emergência.

Resultados Alcançados

1. Realização do I Encontro Estadual de Urgência e Emergência do Espírito Santo, objetivando fomentar melhorias na rede de urgência e de emergência do estado.

2. Elaboração e disponibilização de material subsídio para atuação da(o) Promotora(Promotor) de Justiça.

Saúde Básica

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional de Implementação das Políticas de Saúde (CAOPS)

Objetivo

Fomentar a atuação efetiva, preventiva e resolutiva do MPES na fiscalização da execução das Políticas Públicas da Atenção Básica, em especial na melhoria da prestação de ações e serviços nas Unidades Básicas de Saúde em todos os municípios do estado. Para isso, é importante oferecer às(aos) Promotoras(es) de Justiça subsídios para a busca da adequação dos serviços ofertados, nos termos das normativas vigentes.

Resultados Alcançados

Realização de 1 (uma) visita técnica pela equipe de serviço social em instituições de saúde, conforme solicitação das(os) Promotoras(es) de Justiça, com emissão de parecer técnico.

Destaca-se que em razão da pandemia as visitas técnicas pela equipe de serviço social nos estabelecimentos de saúde pública, com emissão de relatório técnico, estão suspensas desde abril de 2020 em razão da pandemia da Covid-19. No entanto, a visita técnica vem sendo substituída pela análise documental dos respectivos estabelecimentos de saúde, quando cabível, buscando prestar o auxílio necessário à(ao) Promotora(Promotor) de Justiça.

Ações de enfrentamento do novo coronavírus - covid-19

Atuação conjunta e uniforme no MPES

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional de Implementação das Políticas de Saúde (CAOPS)

O CAOPS desenvolveu atividades em busca de uma atuação ministerial conjunta e uniforme, com encaminhamento de comunicados e material subsídio. Na tabela a seguir, são apresentadas as atividades de destaque do CAOPS no enfrentamento da pandemia da covid-19:

Modelos de Notificação Recomendatória
1. Requisitar as informações necessárias que o caso requer, e, ao final, observado o descumprimento no tocante às normas de segurança à saúde da população dos municípios para a realização da Campanha Nacional de Vacinação para enfrentamento da Covid-19;
2. Garantia na íntegra do Decreto Estadual nº 4838-R, de 17 de março de 2021, junto ao Poder Executivo municipal;
3. Manutenção do diálogo frequente com gestoras(es) de saúde e que sejam garantidas ações mais efetivas na Atenção Primária à Saúde (APS) para o enfrentamento da pandemia da covid-19;
4. Definição e regulamentação de ato normativo ou administrativo municipal com imposição de multa para as(os) cidadãs(ãos) que descumprirem as medidas sanitárias estabelecidas em atos normativos federal, estadual e municipal, especificando as autoridades responsáveis pela fiscalização e pelo recolhimento da multa;
5. Adoção imediata de todas as providências administrativas que se fizerem necessárias para que as doses distribuídas pela SESA ao município sejam aplicadas efetivamente na população alvo, de acordo com a ordem de prioridade já definida no Plano Nacional de Vacinação contra a Covid-19, no Plano Operacional de Estratégia de Vacinação contra a Covid-19 do Estado do Espírito Santo e Resoluções oriundas da Comissão Intergestores Bipartite (CIB/SUS-ES) já publicadas;

6. Cumprimento da Nota Técnica Covid-19 nº 50/2020, expedida pela SESA, contendo recomendações técnicas e instruções para serviços funerários e familiares para enfrentamento da pandemia causada pelo novo coronavírus;
7. Solicitação para que as Secretarias Municipais de Saúde deem conhecimento das orientações contidas na Nota Técnica Covid-19 nº 50/2020, expedida pela SESA, para todas(os) as(os) trabalhadoras(es) da saúde que atuam nos estabelecimentos de saúde dos seus respectivos municípios, em especial nos PAs/UPAs;
8. Fiscalização dos serviços de saúde prestados pelos PAs/UPAs dos municípios, em especial quanto ao perfil das(os) pacientes que estão procurando atendimento nesses serviços de saúde (se estão recebendo o devido acolhimento/atendimento/testagem/acompanhamento/ monitoramento na atenção básica), bem como se está sendo realizada a devida atualização do quadro clínico das(os) pacientes junto ao Sistema de Regulação de Leitos da SESA e/ou SAMU-192, e o tempo médio de permanência dessas(es) pacientes até a regulação;
9. Manutenção de diálogo frequente com as(os) prefeitas(os) municipais e gestoras(es) de saúde dos municípios e, ao final, observado possível descumprimento no tocante às normas de segurança à saúde da população local.

Encaminhamento de informações e orientações às(aos) membras(os)

1. Informe Técnico - Campanha Nacional de Vacinação contra a Covid-19;
2. Orientação para manutenção de diálogo frequente com prefeitas(os) e gestoras(es) de saúde dos municípios no sentido de que sejam adotadas todas as medidas administrativas que se fizerem necessárias para que ocorra o registro obrigatório de aplicação das vacinas contra a covid-19 nos sistemas de informação do Ministério da Saúde, nos termos da Portaria GM/MS nº 69, de 14 de janeiro de 2021;
3. Normas acerca da Campanha Nacional de Vacinação contra Covid-19;
4. Comunicação sobre a disponibilidade no sítio eletrônico do Ministério da Saúde do painel com informações relativas às doses;
5. Segundo Relatório de Acompanhamento da Imunização contra a Covid-19, elaborado pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES);
6. Informações acerca dos processos judiciais relacionados à determinação ao Poder Público, por meio da SESA, para providenciar a disponibilização de leitos de Unidades de Terapia Intensiva (UTIs) em favor das(os) pacientes relacionadas(os) aos processos, para tratamento da covid-19 e outras enfermidades;
7. Nota Técnica nº 27/2021-SECOVID/GAB/SECOVID/MS que trata da administração de dose de reforço de vacinas contra a Covid-19;
8. Normas referentes ao acompanhamento do andamento da Campanha Nacional de Vacinação contra a covid-19, bem como quanto ao cumprimento das normas sanitárias em vigor;
9. Quantitativo de usuárias(os), por município, que não completaram o esquema vacinal contra covid-19;
10. Nota Técnica Covid-19 nº 026/2021 - SESA/SSAS/GEPORAS/SSVS/GEVS que estabelece recomendações para prevenção e controle de infecções pelo novo coronavírus a serem adotadas na população idosa que vive em ILPI do Espírito Santo;
11. Informações sobre a implantação do Programa Melhor em Casa;
12. Cópia do Relatório TCEES nº 011/2021, produzido a partir da Auditoria Operacional com o objetivo de avaliar se o quantitativo de equipamentos, insumos e profissionais disponíveis para realizar as mamografias está adequado ao atendimento da população e quais os principais aspectos que impedem ou retardam a realização dos exames de detecção precoce do Câncer de Mama.

Outros

1. Solicitação de informações para as(os) Promotoras(es) de Justiça objetivando levantamento dos dados sobre a Campanha Nacional de Vacinação contra a Covid-19 nos municípios capixabas;
2. Encaminhamento de modelo de ofício objetivando uma atuação conjunta e uniforme das(os) membras(os) do MPES no tocante ao acesso aos leitos hospitalares, orientando no sentido de que: a) fosse prestado atendimento às(aos) usuárias(os) do SUS que necessitem de regulação para leitos hospitalares adequados para o seu tratamento; b) antes da adoção de quaisquer medidas/ações judiciais, entrassem em contato com a SESA, por meio dos números de contato informados, para verificar se a(o) paciente já se encontra inserida(o) no Sistema de Regulação, e tomasse conhecimento de seu quadro clínico, objetivando evitar uma possível inversão na lista de prioridades.
3. Participação em reuniões interinstitucionais para tratar de assuntos relativos à imunização da covid-19, entre outros.

Direito à educação

OBJETIVO ESTRATÉGICO
Garantir o direito à educação de qualidade e a correta aplicação das verbas públicas, fortalecendo o controle social.

DESCRIÇÃO DO OBJETIVO
Garantir o cumprimento do direito à educação de qualidade, atuando com foco no acesso e na permanência na escola. Para tanto, o Ministério Público deve ter como principais objetivos a universalização da educação básica, com ênfase na educação infantil e no ensino médio, a fiscalização da implementação das políticas públicas essenciais e a correta aplicação das verbas educacionais, por meio do fortalecimento do controle social.

AÇÕES DESENVOLVIDAS

Guia de Atuação - Fomento à educação integral e controle da evasão e do abandono escolar

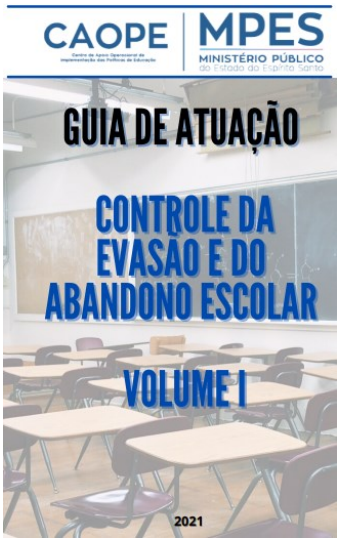
Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional de Implementação das Políticas de Educação (CAOPE)

Objetivo

Montagem de Guia de atuação com 2 (dois) volumes contendo materiais diversos (doutrina, precedentes, peças, informações técnico jurídicas, manifestações técnicas) que apresentem sugestões de ação para o enfrentamento da evasão/abandono escolar, além de estimular a adoção de educação em tempo integral para crianças e adolescentes, prioritariamente em relação àquelas acompanhadas pelos CRAS e CREAS ou em situação de vulnerabilidade.

Resultados Alcançados

- Publicação de 2 (dois) volumes do Guia de atuação contendo manifestações técnicas, relatórios e modelos de peças;



- Envio de 66 (sessenta e seis) procedimentos para as Promotorias de Justiça com atribuição em educação, com dados de crianças e adolescentes que não foram localizadas no Censo Escolar 2020 (ou seja, não matriculadas), por município.

51 procedimentos instaurados sobre evasão escolar em 2021 dentre as 67 PJs da educação

+

9 procedimentos instaurados sobre educação em tempo integral em 2021 dentre as 67 PJs da educação

Divulgação de estudos publicados pelo TCEES e de material de apoio correlato à educação

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional de Implementação das Políticas de Educação (CAOPE)

Objetivo

Facilitar a análise de políticas educacionais pelos órgãos de execução, por meio da disponibilização de dados confeccionados por órgão competente, como o TCEES, bem como de documentos relacionados ao assunto tratado e, quando relevante, de minutas de peças para a atuação.

Resultados Alcançados

Envio de 3 (três) memorandos circulares às Promotorias de Justiça com atribuição em educação com documentos publicados pelo TCEES e material de apoio do CAOPE abordando:

1. Oferta de ensino durante a pandemia;
2. Plano Plurianual e Plano Municipal de Educação;
3. Desigualdades educacionais.

Olho Vivo na Alimentação Escolar

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional de Implementação das Políticas de Educação (CAOPE)

Objetivo

Estimular o correto funcionamento dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAEs) e estabelecer parceria visando à obtenção de cópias de pareceres, atas de reunião e análise de contas feitas especialmente durante a pandemia, a fim de verificar eventuais atos de improbidade e mau uso da verba pública em decorrência da situação de emergência, relacionados à aplicação da Lei Federal nº 13.987, de 7 de abril de 2020.

Resultados Alcançados

Envio de material de apoio às(aos) Promotoras(es) de Justiça contendo manifestações técnicas, modelos de peças e 67 (sessenta e sete) relatórios municipais sobre alimentação escolar no contexto de suspensão das aulas presenciais decorrente da pandemia da covid-19 nos municípios.

Ações de enfrentamento do novo coronavírus - covid-19

Atuação conjunta e uniforme no MPES

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional de Implementação das Políticas de Educação (CAOPE)

O CAOPE desenvolveu atividades em busca de instrumentalizar as Promotorias de Justiça com atribuição em educação no acompanhamento e na fiscalização do retorno presencial do ensino, do cumprimento do Protocolo de Biossegurança para prevenção e controle da covid-19 no ambiente escolar, bem como das medidas para minimizar os impactos negativos decorrentes do longo período do fechamento das escolas, por meio das seguintes ações:

Encaminhamento de informações e orientações às(aos) membras(os)
1. Reunião com as Promotorias de Justiça com atribuição em educação para tratar dos assuntos: alimentação escolar, atividades pedagógicas não presenciais (APNP) e recursos financeiros para adequação de escolas ao contexto da pandemia da covid-19;
2. Acompanhamento e divulgação de informações e normas atualizadas relacionadas ao direito à educação e à covid-19;
3. Estudo das medidas específicas para a oferta da educação nos municípios de risco moderado, alto e extremo;
4. Estudo acerca de decisões judiciais no intuito de verificar o entendimento do Judiciário brasileiro acerca da suspensão de aulas presenciais na Educação Básica, diante do avanço da pandemia da covid-19 em 2021;
5. Participação em diversas reuniões com os atores envolvidos com a educação para tratar sobre o retorno seguro das aulas presenciais e os impactos do período de fechamento das escolas;
6. Estudo sobre os impactos do fechamento prolongado das escolas na aprendizagem, na saúde mental e na proteção de crianças e adolescentes, bem como acerca do acesso à internet, da conectividade das escolas públicas e dos custos de fechamento das escolas;
7. Análise e formatação de documento com decisões judiciais sobre covid-19;
8. Estudo de legislação municipal acerca do retorno às aulas presenciais para orientação aos órgãos de execução;
9. Reunião com as Promotorias de Justiça com atribuição em educação para apresentar e discutir o material elaborado pelo CAOPE sobre retorno seguro das aulas presenciais nas redes municipais;
10. "Guia para Monitoramento da Retomada das Aulas na Rede Pública Municipal", elaborado para auxiliar as Promotorias de Justiça com atribuição em matéria de educação;

11. Reunião com os Conselhos Municipais de Educação para discutir sobre o retorno presencial na educação infantil nas redes municipais de ensino;
12. Estudo sobre Enunciados da Comissão Permanente da Educação (dos anos de 2020 e 2021).

Levantamentos e pesquisas

1. Pesquisa online com alunas e alunos da educação básica para avaliar a qualidade do ensino ofertado durante a pandemia, com a participação de 11.875 (onze mil oitocentos e setenta e cinco) estudantes;
2. Acompanhamento semanal do mapeamento de risco e as medidas relacionadas à educação;
3. Pesquisa sobre as estratégias desenvolvidas pelas redes municipais para o retorno das aulas presenciais e medidas adotadas no período de suspensão das atividades presenciais;
4. Pesquisa sobre retorno às aulas, realizada em parceria firmada entre a Associação dos Municípios do Estado do Espírito Santo (AMUNES) e União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME-ES), o MPES e o Governo do Estado do Espírito Santo;
5. Acompanhamento dos dados inseridos na Plataforma Escola Segura, desenvolvida pelo Governo do Estado do Espírito Santo, para monitoramento das ações de controle da covid-19, adotadas pelos estabelecimentos de ensino, públicos e privados, localizados no estado, e dos casos de afastamentos de estudantes e trabalhadoras(es) por suspeita ou confirmação de contaminação pela covid-19;
6. Pesquisa junto aos municípios para verificar o planejamento das Secretarias Municipais de Educação acerca do suporte, acolhimento e organização pedagógica, de forma a dimensionar a estruturação dos municípios e fomentar ações que eventualmente não foram adotadas;
7. Levantamento do retorno às aulas presenciais (modelo adotado, normas municipais) nos municípios do Espírito Santo, após adoção das medidas extraordinárias estabelecidas pelo Governo do Estado, que suspenderam as aulas presenciais em todos os municípios;
8. Acompanhamento da elaboração dos Planos Estratégicos de Controle da Covid-19 das unidades de ensino no Estado do Espírito Santo e monitoramento do cumprimento das medidas de prevenção e controle da covid-19 no ambiente escolar;
9. Pesquisa sobre a atuação dos Conselhos Municipais de Educação na pandemia da covid-19;
10. Pesquisa sobre o monitoramento das Vigilâncias em Saúde no cumprimento do protocolo sanitário de prevenção e controle da covid-19 no ambiente escolar.

Modelos de documentos para atuação

1. Elaboração e disponibilização de modelos de peças referente ao acompanhamento de medidas adotadas para retomada das aulas presenciais em 2021, de forma segura no contexto da pandemia da covid-19;
2. Elaboração de material de apoio para auxiliar na fiscalização das medidas adotadas pelas unidades de ensino no cumprimento do Protocolo de Biossegurança das Escolas no Espírito Santo;
3. Elaboração de material de apoio, com análise técnica e modelos de peças, referente ao acompanhamento de medidas adotadas para retomada das aulas presenciais, quanto à aplicação de verba pública na adequação das unidades municipais de ensino e na aquisição de insumos para cumprimento do protocolo de biossegurança;
4. Estudo, análise e confecção de minutas de peças para auxiliar os órgãos de execução na temática do retorno das aulas presencias na pandemia da covid-19;
5. Confecção de material de apoio, contendo minuta de Portaria de Procedimento Administrativo, minuta de ofício, minuta de Notificação Recomendatória, referentes ao acompanhamento de medidas adotadas para a realização de aulas de Educação Física nas unidades de ensino da rede pública municipal, no contexto da pandemia da covid-19;
6. Elaboração de material de apoio sobre infraestrutura escolar e informações acerca do Processo de fiscalização nº 00415/2021-7 do TCEES de acompanhamento da retomada e continuidade das atividades nas escolas das redes públicas municipais (ensino fundamental e médio) para o ano letivo de 2021, bem como a adoção de medidas protetivas para profissionais e alunas(os).

Documentos orientativos para a sociedade

1. Cartilha informativa contendo as medidas exigidas pelo Protocolo de Biossegurança para ambientes escolares seguros no contexto da pandemia da covid-19.

Proteção ao meio ambiente

OBJETIVO ESTRATÉGICO
Fomentar a proteção e a defesa do meio ambiente, sendo indutor dos poderes públicos e da sociedade em busca da concretização das políticas públicas e da reparação dos danos causados.

DESCRIÇÃO DO OBJETIVO
A defesa e a proteção do meio ambiente buscam promover a proteção dos recursos naturais e a reparação da degradação ocorrida, devendo ser observado, quando necessário, um aspecto mais holístico que a necessidade dessa proteção estar alinhada com o desenvolvimento sustentável.

AÇÕES DESENVOLVIDAS

Banco de dados de informações jurídicas na defesa do meio ambiente

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente, de Bens e Direitos de Valor Artístico, Estético, Histórico, Turístico, Paisagístico e Urbanístico (CAOA)

Objetivo

Organizar um banco de dados do CAOA com informações técnico-jurídicas relativas à defesa do meio ambiente, visando oferecer apoio às Promotorias de Justiça nas pesquisas sobre jurisprudências em teses (Direito Ambiental), jurisprudências recentes de Direito Ambiental, repercussão geral, súmulas, julgados ambientais, a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, e o entendimento prático do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a sua aplicação, jurisprudência ambiental do TJES e banco de peças ambientais do MP brasileiro.

Resultados Alcançados

1. Realização de publicidade sobre a necessidade de todas(os) as(os) envolvidas(os) no assunto de meio ambiente inserirem informações técnico-jurídicas no banco de dados;
2. Elaboração de fluxo de filtragem e organização das informações técnico-jurídicas por temas específicos relacionados ao meio ambiente;
3. Conclusão do armazenamento das informações coletadas sobre os temas.

Monitoramento do bioma Mata Atlântica do Espírito Santo quanto ao aumento no volume de desmatamentos ilegais

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente, de Bens e Direitos de Valor Artístico, Estético, Histórico, Turístico, Paisagístico e Urbanístico (CAOA)

Objetivo

Monitorar, fiscalizar e tomar as medidas necessárias sobre as áreas desmatadas ilegais do bioma Mata Atlântica e, assim, inibir ações ilegais para, posteriormente, recuperá-las.

Resultados Alcançados

1. Apresentação do relatório referente aos resultados das ações de fiscalização das áreas com suspeita de desmatamento ilegal;
2. Apresentação do relatório referente ao resultado das fiscalizações da Operação Nacional Mata Atlântica em Pé.

Construção de políticas públicas nas unidades de conservação do Estado do ES

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente, de Bens e Direitos de Valor Artístico, Estético, Histórico, Turístico, Paisagístico e Urbanístico (CAOA)

Objetivo

Assegurar que, até 31 de dezembro de 2022, as 17 (dezessete) Unidades de Conservação (UCs) do Estado do Espírito Santo estejam em conformidade com a Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e a Lei Estadual nº 9.462, de 11 de junho de 2010, e, assim, se tornem mais sustentáveis, possuam uma gestão administrativa mais efetiva e estejam preparadas para cumprir os objetivos pelas quais foram criadas, permitindo, dessa forma, que sejam vetores de desenvolvimento ambiental, social e territorial.

Resultados Alcançados

Acompanhamento dos Termos de Compromisso Ambientais (TCAs) das 17 (dezessete) UCs, celebrados entre o MPES e o Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA), Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEAMA) e Departamento de Edificações e de Rodovias do Estado do Espírito Santo (DER-ES).

Entregas realizadas nas UCs em 2021	
Unidade de Conservação	**Entregas**
Monumento Natural o Frade e a Freira	Publicação da Zona de Amortecimento.
Monumento Natural Serra das Torres	Contratação do Plano de Manejo.
Parque Estadual da Pedra Azul	Criação do parque estadual; Início da execução da obra da sede e administração; Aprovação e publicação do Plano de Manejo; Definição e publicação da Zona de Amortecimento.
Reserva Biológica Duas Bocas	Contratação para execução da obra da sede e administração.
Parque Estadual Cachoeira da Fumaça	Revisão do projeto e orçamento elaborado para construção da sede. Contratação do Plano de Manejo.

Área de Proteção Ambiental Lagoa de Guanandy	Contratação de Plano de Manejo.
Área de Relevante Interesse Ecológico Morro da Vargem	Criação do Conselho Gestor; Contratação do Plano de Manejo.
Reserva de Desenvolvimento Sustentável Concha D'Ostra	Termo de Referência para elaboração do Plano de Manejo.
Parque Estadual Itaúnas	Termo de Referência para revisão do Plano de Manejo.
Parque Estadual Paulo Cesar Vinha	Levantamento Fundiário; Composição do Conselho.
Parque Estadual Mata das Flores	Realização de pelo menos 50% (cinquenta por cento) do levantamento fundiário.
Área de Proteção Ambiental Pedra do Elefante	Termo de Referência para elaboração do Plano de Manejo.

Incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR) e incidente de assunção de competência (IAC)

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente, de Bens e Direitos de Valor Artístico, Estético, Histórico, Turístico, Paisagístico e Urbanístico (CAOA)

Objetivo

Estimular a colheita de propostas de temas a serem tratados por meio de incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR) e incidente de assunção de competência (IAC), modulando por súmulas os casos análogos, propiciando, assim, a diminuição de abertura de procedimentos e o estabelecimento de diretrizes para arquivamentos ou proposição de ações judiciais das matérias em defesa do meio ambiente, de bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico, paisagístico e urbanístico.

Resultados Alcançados

1. Compilação de dados pelo CAOA de que se tenha ciência do que já foi decidido como precedente na matéria ambiental, urbanismo e demais temas correlatos na defesa do meio ambiente, e que haja distinção dos precedentes, jurisprudências etc.;
2. Alimentação de banco de dados de informações jurídicas apuradas na defesa do meio ambiente, urbanismo e patrimônio.

Melhoria da qualidade do ar RMGV - TCA nº 036/2018

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente, de Bens e Direitos de Valor Artístico, Estético, Histórico, Turístico, Paisagístico e Urbanístico (CAOA)

Contextualização

A ação decorre da assinatura do TCA Preliminar com a empresa ArcelorMittal, em novembro de 2017, no qual ficou estabelecida a avaliação técnica a ser realizada pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB) e custeada pelo governo do Estado.

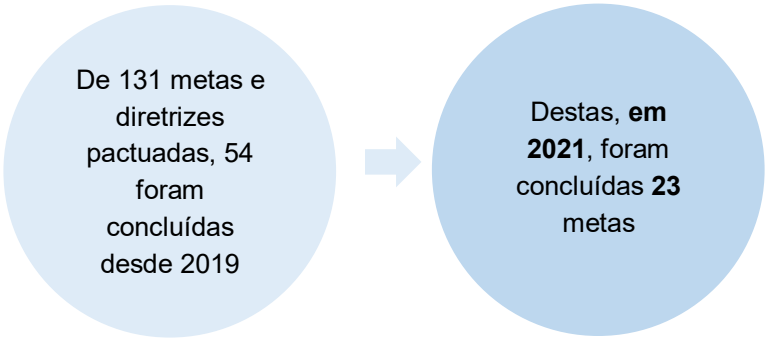
Em sua primeira fase, alcançou-se o objetivo esperado com a assinatura do TCA nº 036/2018, pactuando a avaliação técnica da CETESB e o cumprimento do plano de metas que possibilita a melhoria da gestão e controle das emissões de poluentes atmosféricos no complexo siderúrgico e portuário.

A atual fase do projeto envolve o acompanhamento do cumprimento do TCA, por meio de reuniões da comissão formada especificamente para tal atividade.

O principal objetivo junto à empresa é melhorar a qualidade do ar da Região Metropolitana da Grande Vitória, por meio do cumprimento das 131 (cento e trinta e uma) metas e diretrizes no prazo de 5 (cinco) anos.

Resultados Alcançados

O CAOA, em conjunto com a Coordenadoria Regional de Meio Ambiente e Urbanismo da Região Metropolitana (CRMME), realiza o acompanhamento do cumprimento do TCA como integrante da comissão, em que foram constatados os seguintes resultados:



Melhoria da qualidade do ar RMGV - TCA nº 035/2018

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente, de Bens e Direitos de Valor Artístico, Estético, Histórico, Turístico, Paisagístico e Urbanístico (CAOA)

Contextualização

A ação decorre da assinatura do TCA Preliminar com a empresa Vale S/A, em novembro de 2017, no qual ficou estabelecida a avaliação técnica a ser realizada pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB) e custeada pelo governo do Estado.

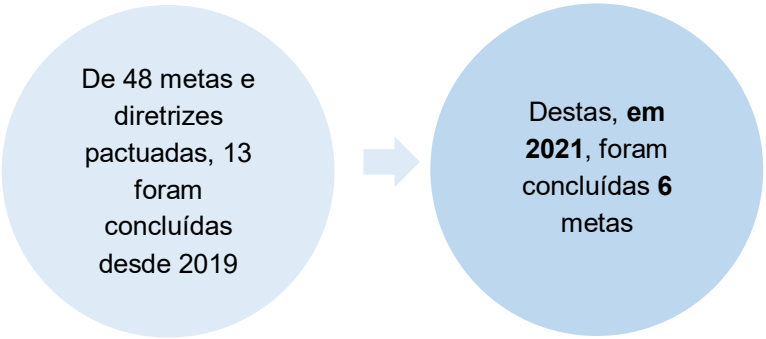
Em sua primeira fase, alcançou-se o objetivo esperado com a assinatura do TCA nº 035/2018, pactuando a avaliação técnica da CETESB e o cumprimento do plano de metas que possibilita a melhoria da gestão e controle das emissões de poluentes atmosféricos no complexo siderúrgico e portuário.

A atual fase do projeto envolve o acompanhamento do cumprimento do TCA, por meio de reuniões da comissão formada especificamente para tal atividade.

O principal objetivo junto à empresa é melhorar a qualidade do ar da Região Metropolitana da Grande Vitória por meio do cumprimento das 48 (quarenta e oito) metas e diretrizes no prazo de 5 (cinco) anos.

Resultados Alcançados

O CAOA, em conjunto com a CRMME, realizou o acompanhamento do cumprimento do TCA como integrante da comissão, em que foram constatados os seguintes resultados:



Recursos hídricos: monitoramento quanti-qualitativo de bacia hidrográfica por aplicativo

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente, de Bens e Direitos de Valor Artístico, Estético, Histórico, Turístico, Paisagístico e Urbanístico (CAOA)

Objetivo

Desenvolver e disponibilizar, por meio de parcerias, informações através de ferramentas de inteligência (aplicativo para smartfone) sobre vazão e monitoramento da qualidade do corpo hídrico da bacia do Rio Santa Maria de Vitória.

Resultados Alcançados

Assinatura do Termo de Acordo entre o MPES e a ArcelorMittal e a Agência Estadual de Recursos Hídricos (AGERH).

Regulamentação da Lei de Política Nacional de Educação Ambiental nº 9.795, de 27 de abril de 1999, e o Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, nos municípios do Espírito Santo

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente, de Bens e Direitos de Valor Artístico, Estético, Histórico, Turístico, Paisagístico e Urbanístico (CAOA)

Objetivo

Buscar a adesão das(os) membras(os) do MPES e a mobilização das(os) gestoras(es) dos municípios para publicação da Lei de Política Municipal de Educação Ambiental e construção dos Programas nos municípios de Colatina, Marilândia, Baixo Guandu, Sooretama, Governador Lindemberg e Linhares.

Resultados Alcançados

1. Formalização de parceria entre o MPES, o IEMA e a Secretaria de Estado da Educação (SEDU).
2. Efetivação de etapas do projeto nos municípios de Linhares, Colatina, Governador Lindemberg e Sooretama, conforme tabela a seguir:

Etapas concluídas em 2021	
Município	**Entregas**
Linhares	Publicação da Lei de Política Municipal de Educação Ambiental e construção do Programa; Projeto na Câmara para votação e publicação.
Colatina	Implantação e Implementação da Lei Municipal de Educação Ambiental.
Governador Lindemberg	Assinatura de Termo de Cooperação.
Sooretama	Implantação e implementação da Lei da Política de Educação Ambiental; Documento pronto para análise da prefeitura.

Política Nacional de Resíduos Sólidos: fomentar economia circular no Espírito Santo

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente, de Bens e Direitos de Valor Artístico, Estético, Histórico, Turístico, Paisagístico e Urbanístico (CAOA)

Objetivo

Elaborar Cartilha de Resíduos Sólidos como ferramenta de consulta para as(os) Promotoras(es) de Justiça iniciarem um entendimento para, posteriormente, ser construída uma Política Estadual de Resíduos Sólidos.

Resultados Alcançados

Publicação da Cartilha de Resíduos Sólidos que em sua construção envolveu pesquisas sobre o tema, diagnóstico sobre as ações de logística reversa existentes no Espírito Santo e alinhamento com o CADC, de forma a agregar a visão da atuação na área de defesa do consumidor no tema da cartilha.

Saneamento básico: regulação dos serviços de água e esgoto

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente, de Bens e Direitos de Valor Artístico, Estético, Histórico, Turístico, Paisagístico e Urbanístico (CAOA)

Objetivo

Estimular a adequação das Agências Reguladoras dos serviços de água e esgoto de acordo com a Lei de Saneamento Básico nos municípios capixabas.

Resultados Alcançados

1. Pesquisa de diagnóstico sobre a situação dos Municípios de Linhares, Baixo Guandu, Colatina e Marilândia;
2. Realização de evento de capacitação e sensibilização no formato *webinar*.

Planos de atuação das Coordenadorias Regionais por Bacias Hidrográficas e Coordenadorias Temáticas

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente, de Bens e Direitos de Valor Artístico, Estético, Histórico, Turístico, Paisagístico e Urbanístico (CAOA)

Contextualização

Considerando o aumento da demanda e a complexidade das questões ambientais, especialmente as de amplitude regional, e levando em apreço a necessidade de se ampliar o atendimento especializado a fim de preservar esse patrimônio ambiental para as presentes e futuras gerações, o MPES publicou a Portaria PGJ nº 2.936, de 20 de março de 2019, e a Portaria PGJ n° 548, de 2 de outubro de 2020, que criaram 6 (seis) Coordenadorias Regionais por Bacias Hidrográficas e 5 (cinco) Coordenadorias Temáticas Ambientais, dando início a uma atuação regionalizada em defesa do Meio Ambiente, por Bacias Hidrográficas.

A partir das nomeações, as(os) Coordenadoras(es) Regionais e as(os) Coordenadoras(es) Temáticos passaram a atuar em colaboração junto aos entes da política da bacia em nível estadual e municipal e com os respectivos Comitês de Bacias Hidrográficas (CBH) na troca de informações, no planejamento e no acompanhamento das obras e/ou serviços executados, com o intuito de:

- assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade e quantidade adequados aos respectivos usos;
- zelar pela utilização racional e integrada dos recursos hídricos;
- fortalecer a prevenção e a defesa contra eventos hidrológicos críticos de origem natural ou decorrentes do uso inadequado dos recursos naturais.

Resultados Alcançados

Início do planejamento das Coordenadorias com a elaboração dos Planos de Atuação para os anos de 2022 e 2023, abordando os eixos de atuação elencados para o biênio constantes na tabela a seguir:

Coordenadorias Regionais por Bacias Hidrográficas
1. Fortalecimento do Comitê de Bacia Hidrográfica; 2. Cobrança pelo uso dos recursos hídricos; 3. Enquadramento dos corpos hídricos; 4. Melhoria da qualidade da água - esgotamento sanitário; 5. Educação ambiental; 6. Recuperação da cobertura florestal; 7. Regularização dos loteamentos irregulares e clandestinos; 8. Enfrentamento à crise hídrica.

Coordenadoria Temática: Qualidade do Ar
1. Acompanhar o efetivo cumprimento dos termos de compromisso TCA 035 - Vale e TCA 036 - ArcelorMittal (Atendimento de metas e diretrizes) indicando influência na qualidade do ar; 2. Atuar na ampliação e aumento da cobertura da RAMQAr - RGV; 3. Atuar na expansão do monitoramento da qualidade do ar para os 10 municípios mais populosos do ES (Serra, Vila Velha, Cariacica, Vitória, Cachoeiro do Itapemirim, Linhares, São Mateus, Guarapari, Colatina e Aracruz); 4. Acompanhar a implementação do Programa Capixaba de Mudanças Climáticas e das recomendações do Centro Brasil do Clima.
Coordenadoria Temática: Saneamento
1. Adequação dos municípios à agência reguladora de saneamento.
Coordenadoria Temática: Resíduos Sólidos
1. Uniformização e formalização de contratos entre o poder público municipal e as associações de catadores de materiais recicláveis, conforme Lei nº 12.305/2010; 2. Estimular a implementação da logística reversa de embalagens no estado, conforme Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010, Resolução CONSEMA nº 004, de 16 de julho de 2019 e Acordo setorial nacional assinado em 25/11/2015; 3. Estimular a implementação da logística reversa de aço no Espírito Santo, conforme Lei nº 12.305/2010, Decreto nº 7.404/2010, Resolução CONSEMA Nº 004/2019 e Termo de Compromisso assinado com o MMA em 21/12/2018.
Coordenadoria Temática: Unidades de Conservação
1. Condicionantes Ambientais; 2. Termo de Compromisso Ambiental das Unidades de Conservação Estaduais; 3. Seminário de Unidades de Conservação.
Coordenadoria Temática: Patrimônio Histórico-Cultural
1. Historiografia, patrimônio e cultura dos municípios do ES.

Acordo de Cooperação Técnica MPES e Vale S/A

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente, de Bens e Direitos de Valor Artístico, Estético, Histórico, Turístico, Paisagístico e Urbanístico (CAOA)

Contextualização

O Acordo de Cooperação Técnica envolvendo a empresa Vale S/A considerou o disposto na Cláusula 2.7.2 do Termo de Compromisso Ambiental n° 035/2018 e teve como objeto conceder apoio para implementação de "**Observatório Ambiental do MPES",** por meio da estruturação das Coordenadorias Regionais Temáticas e por Bacias Hidrográficas do MPES.

Resultados Alcançados

1. Formalização do Acordo de Cooperação Técnica;
2. Iniciada a etapa de execução da obra de infraestrutura e entrega dos equipamentos para a implementação do Observatório Ambiental do MPES e estruturação das Coordenadorias.

Acordo de Cooperação Técnica MPES e Arcelormittal

Unidade responsável: Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente, de Bens e Direitos de Valor Artístico, Estético, Histórico, Turístico, Paisagístico e Urbanístico (CAOA)

Contextualização

O acordo firmado entre o MPES e a empresa ArcelorMittal teve por objetivo possibilitar a implementação de **"Observatório Ambiental do MPES"** com a estruturação de um ambiente exclusivo e integrado das fontes de dados ambientais públicos, relevantes para o acesso direto das informações referentes a recursos ambientais do estado pelo MPES. Previu, ainda, a disponibilização em tempo real de *dashboards* e indicadores de controle ambientais alinhados aos padrões de qualidade da legislação ambiental aplicável.

Resultados Alcançados

1. Formalização do Acordo de Cooperação Técnica;
2. Iniciada a etapa de construção da plataforma de acompanhamento de dados e indicadores.

MPES na recuperação do Rio Doce após rompimento da barragem de Mariana/MG

Unidade responsável: Grupo de Trabalho de Recuperação do Rio Doce (GTRD)

Contextualização

O GTRD foi criado pela Portaria PGJ nº 8.697, de 3 de novembro de 2016, com o objetivo específico de garantir a efetividade das ações desenvolvidas para a mitigação, a reparação e a compensação dos danos ambientais, sociais e econômicos sofridos no Estado do Espírito Santo, resultantes do rompimento de barragem de rejeitos da Samarco Mineração S.A., situada em Mariana/MG.

No ano de 2021, o Grupo passou por significativas alterações, introduzidas pela Portaria PGJ nº 456, de 28 de julho de 2021, que redefiniu sua estrutura e atribuições, e pela Portaria PGJ nº 457, de 28 de julho de 2021, que instituiu a Força-Tarefa para Acompanhamento da Recuperação da Bacia do Rio Doce, pós-desastre de Mariana - FT-RD, na qual o GTRD funciona como um comitê de governança.

Nesse novo cenário, um dos principais papéis desempenhados pelo GTRD em 2021, através de sua coordenação, foi representar o MPES no processo de negociação, visando à repactuação dos programas socioeconômicos e socioambientais estabelecidos para reparação e compensação dos danos decorrentes do desastre do Rio Doce.

Resultados Alcançados

1. Representação do MPES em 94 (noventa e quatro) reuniões diretamente relacionadas ao processo de repactuação, seja em encontros com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) com todos os atores envolvidos para discutir os termos de eventual acordo, em reuniões técnicas para tratar de temas específicos ou em reuniões com integrantes do setor público e instituições de justiça para debates e alinhamentos de propostas;
2. Realização de rodadas de reuniões presenciais de negociação entre os meses de setembro e dezembro de 2021;
3. Participação em 2 (duas) audiências públicas promovidas pelo CNJ voltadas a ouvir pessoas atingidas, especialistas nas matérias abrangidas pelo desastre e representantes da sociedade civil;
4. Realização de reuniões, em formato virtual, com pessoas atingidas destinadas a ouvir suas expectativas e necessidades e trazer esclarecimentos sobre o desenvolvimento da repactuação, contando com a participação das(os) Promotoras(es) de Justiça naturais das

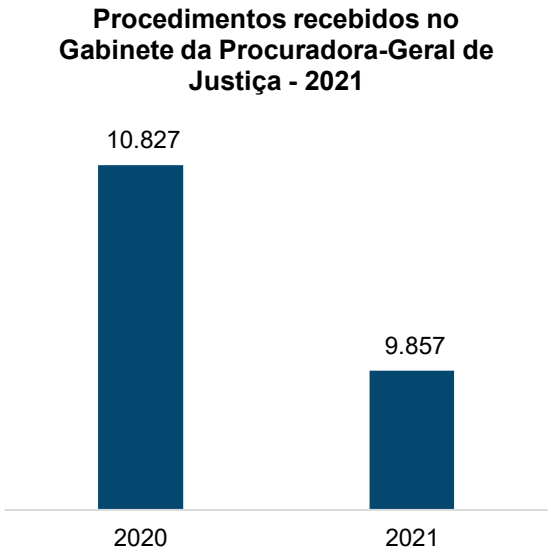
respectivas comarcas, representantes do Ministério Público Federal e das Defensorias Públicas Espírito Santo e da União;

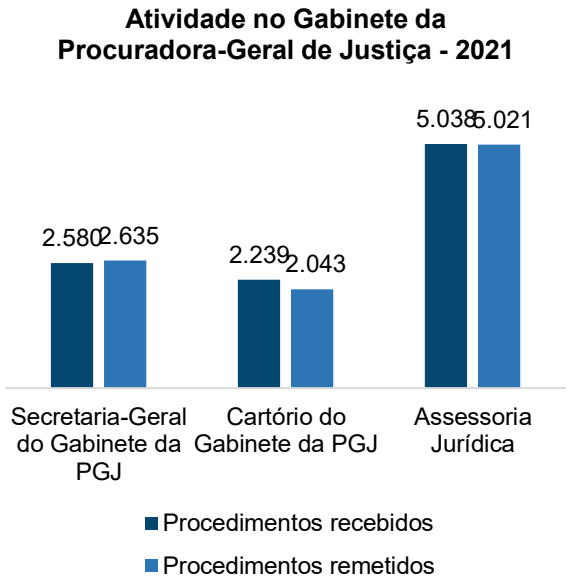
5. Estabelecimento de fluxos de trabalho para movimentação, comunicação e atuação nas ações judiciais.

Atuação em números

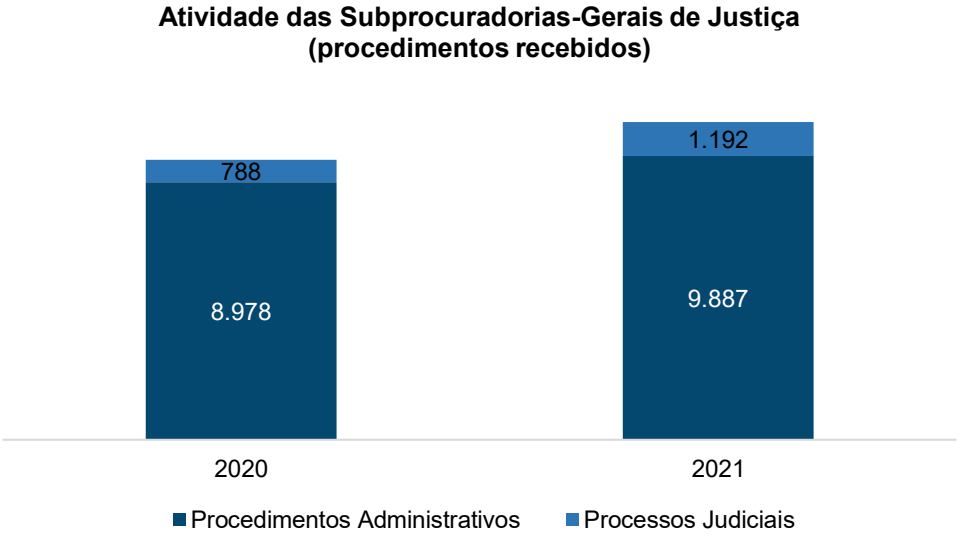
Dados estatísticos do Segundo Grau

Procuradora-Geral de Justiça

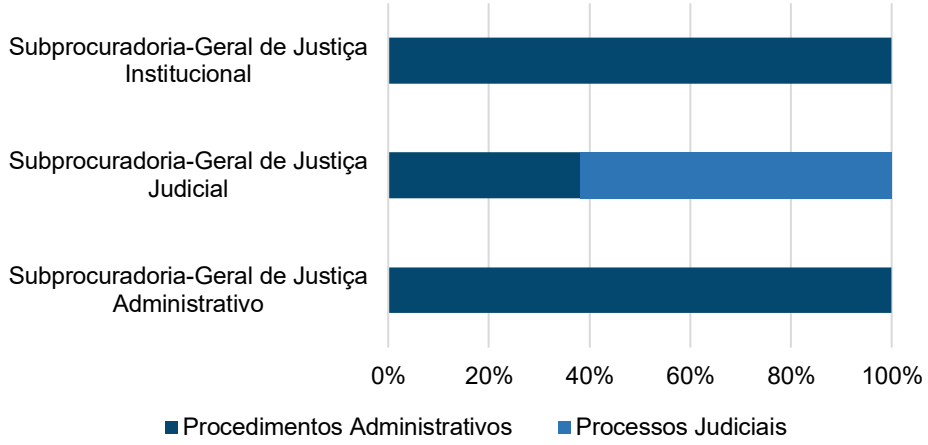




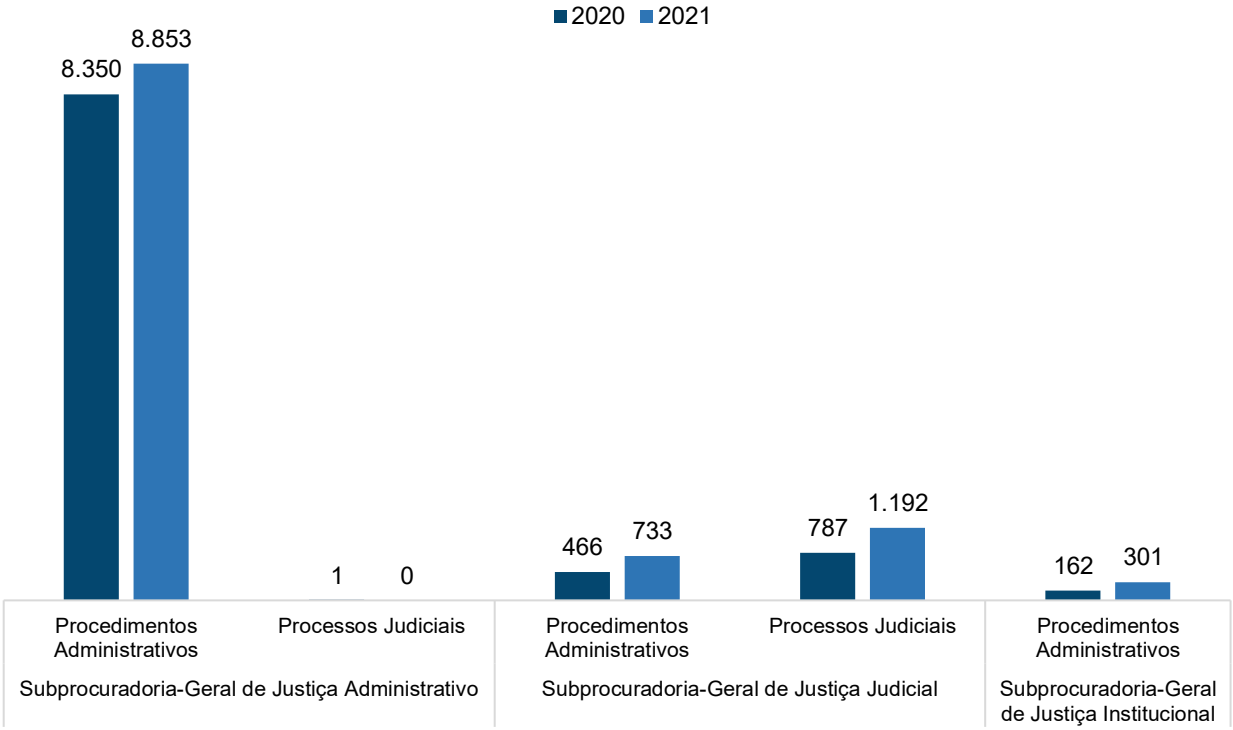
Subprocuradorias-Gerais de Justiça



Distribuição da atividade das Subprocuradorias-Gerais de Justiça (procedimentos recebidos) - 2021

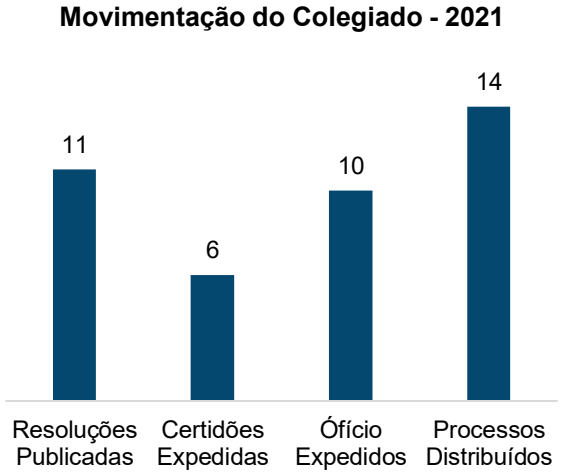


Atividade administrativa e judicial nas Subprocuradorias-Gerais de Justiça



Colégio de Procuradores de Justiça (COPJ)

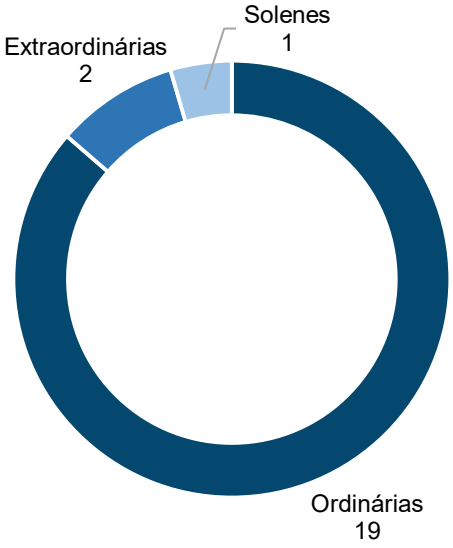
11 Sessões do COPJ realizadas em 2021, todas em caráter Ordinário



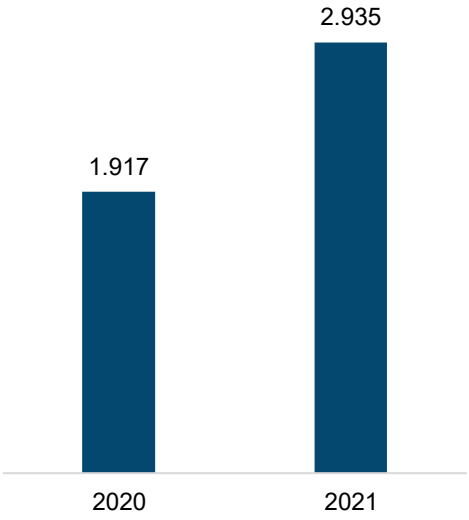
Conselho Superior do Ministério Público (CSMP)

Composição do Conselho Superior do Ministério Público	
Conselheiros	**Mandato**
Luciana Gomes Ferreira de Andrade	2020/2022
Carla Viana Cola	2020/2022
Maria Beatriz Renoldi Murad Vervloet	2021/2022
Elda Marcia Moraes Spedo	2021/2022
Josemar Moreira	2021/2022
Altamir Mendes de Moraes	2021/2022
Alexandre José Guimarães	2021/2022

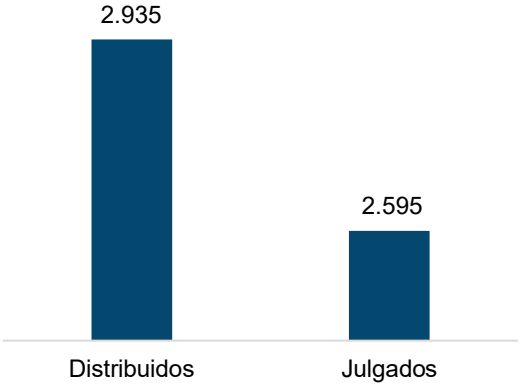
Sessões realizadas pelo CSMP - 2021



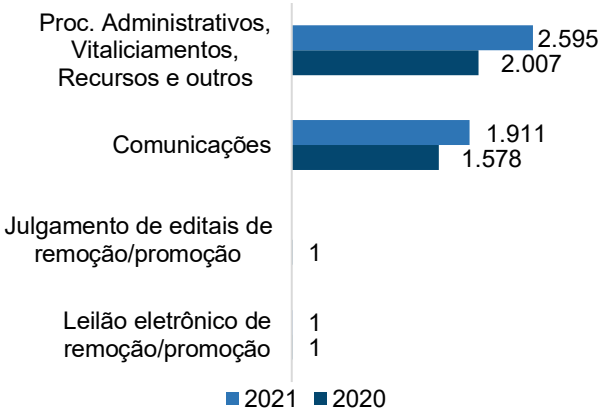
Processos distribuídos - CSMP



Atividade processual CSMP - 2021



Procedimentos apreciados - CSMP



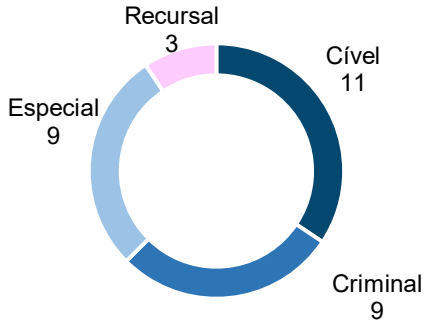
3 eleições deflagradas: CSMP, CNJ e TJES

6 Súmulas editadas

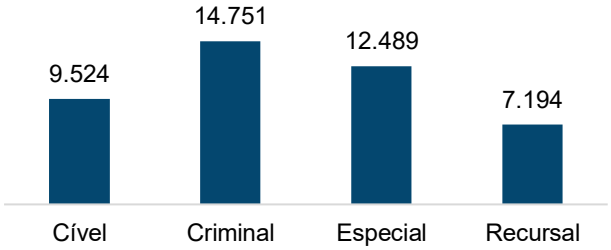
21 Resoluções expedidas

Procuradorias de Justiça

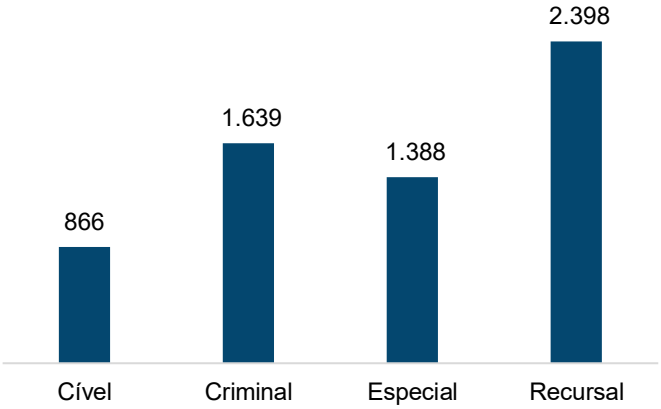
Distribuição de membras(os) titulares - 2021



Distribuição processual nas Procuradorias de Justiça - 2021



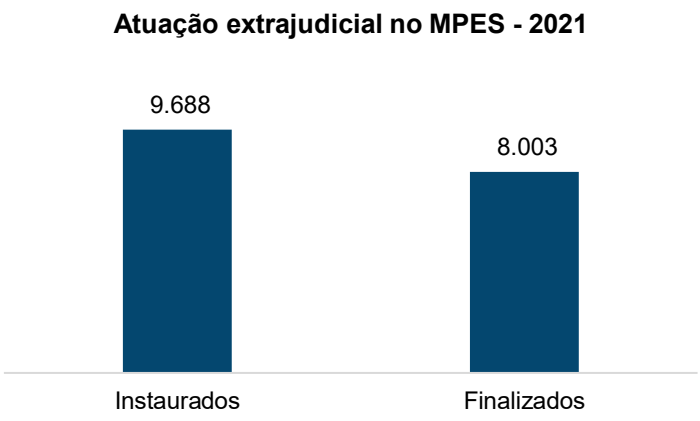
Média de processos distribúdos por membra(o) titular - 2021

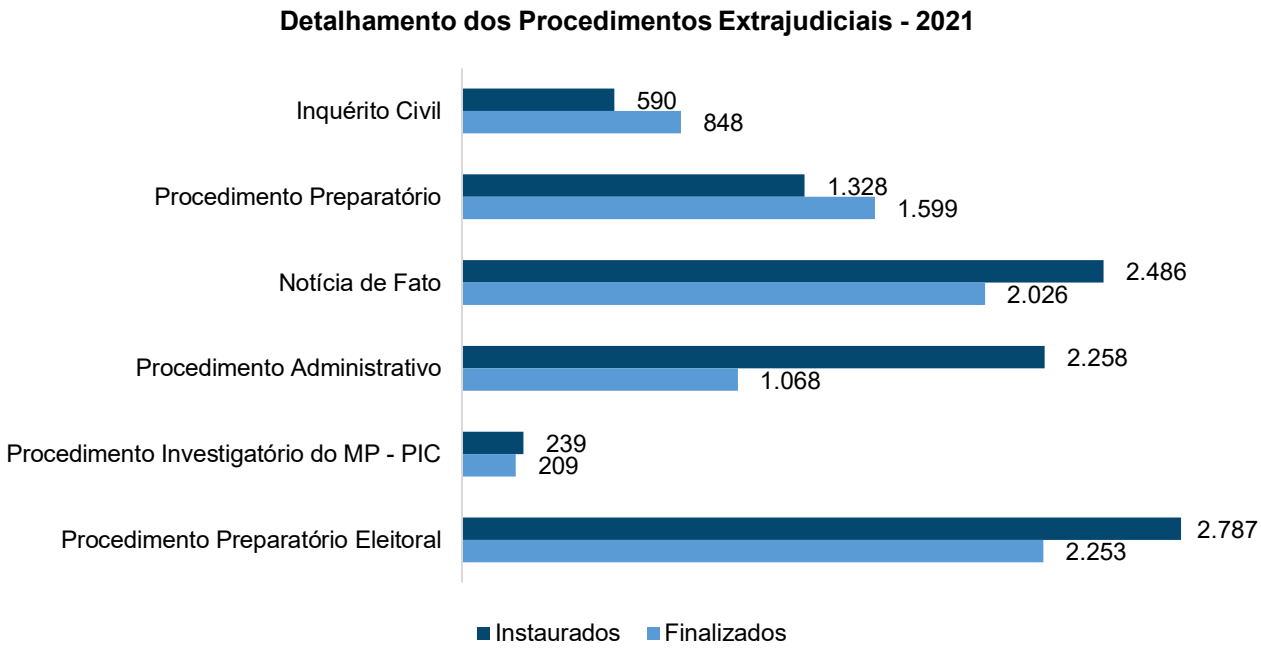


Dados estatísticos do Primeiro Grau

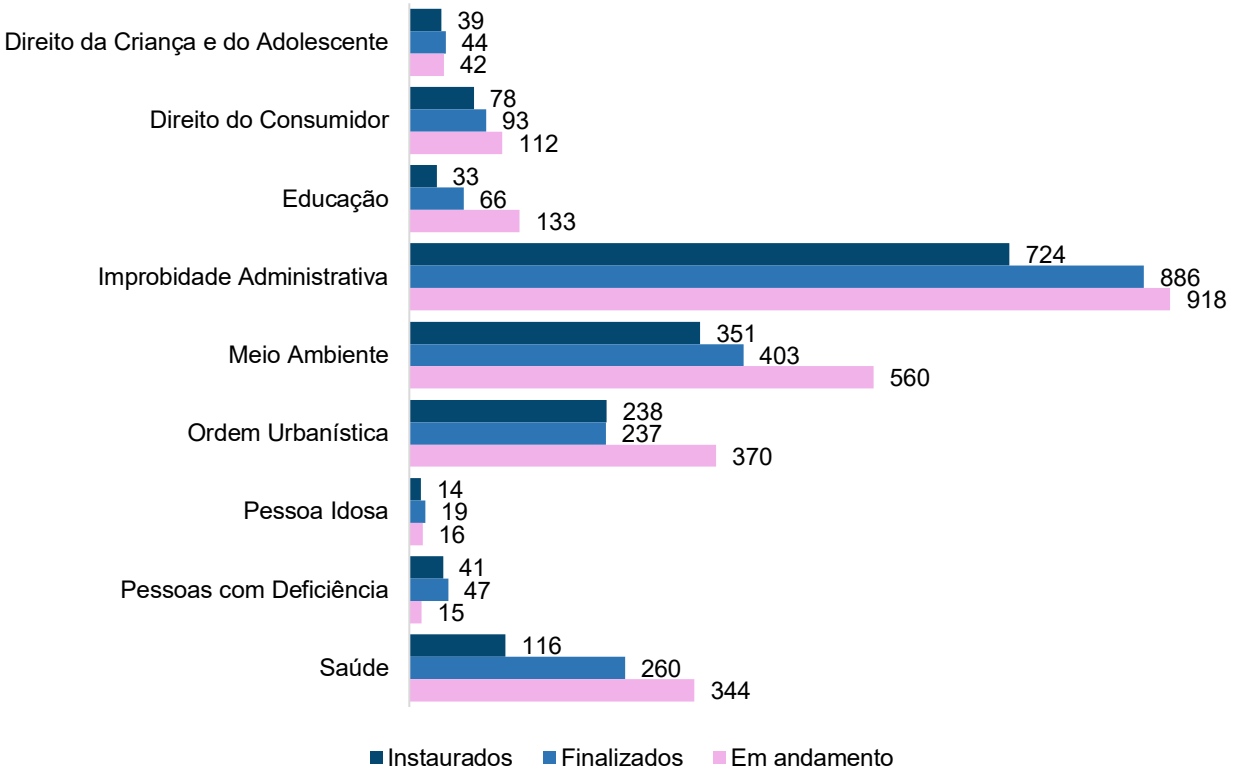
As informações constantes desta Seção são apresentadas nos moldes da **Resolução CNMP nº 74, de 19 de julho de 2011, alterada pela Resolução CNMP nº 195, de 11 de fevereiro de 2019**. Os dados foram extraídos do sistema Gampes por meio do Relatório da Atividades MPES - 2021.

Atuação Extrajudicial

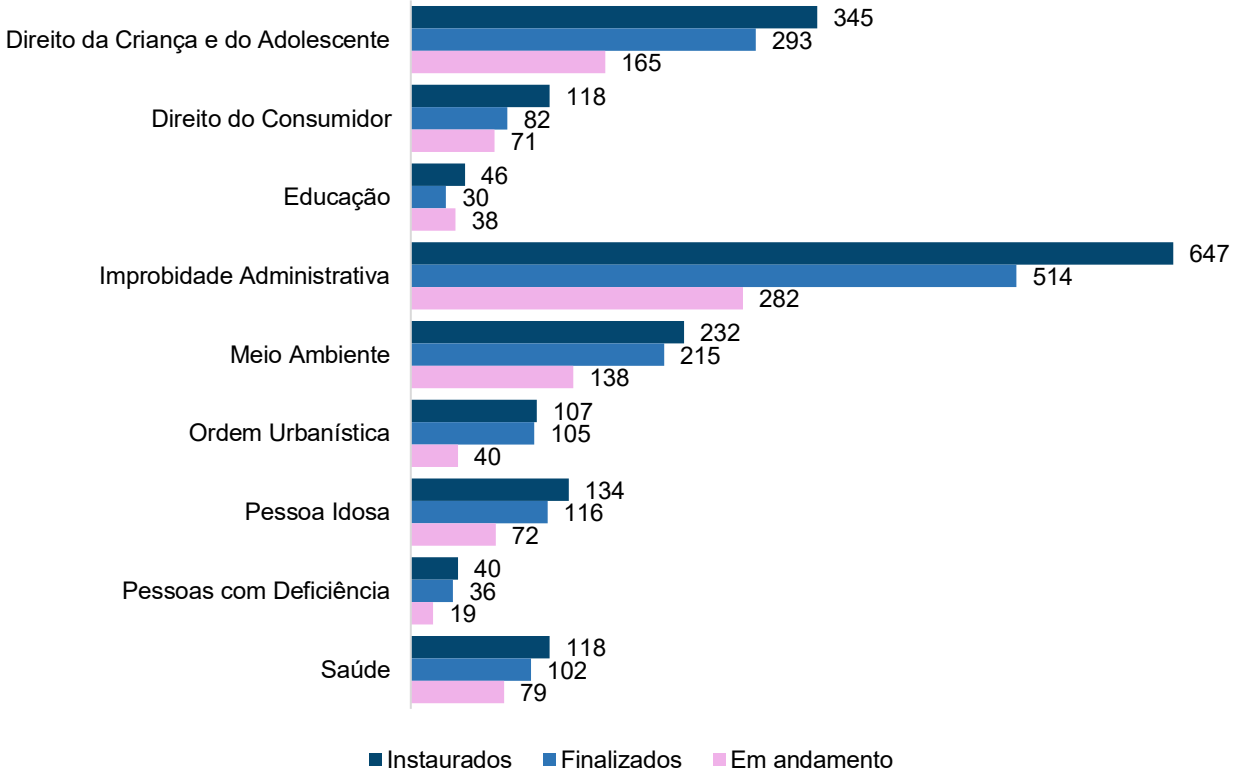




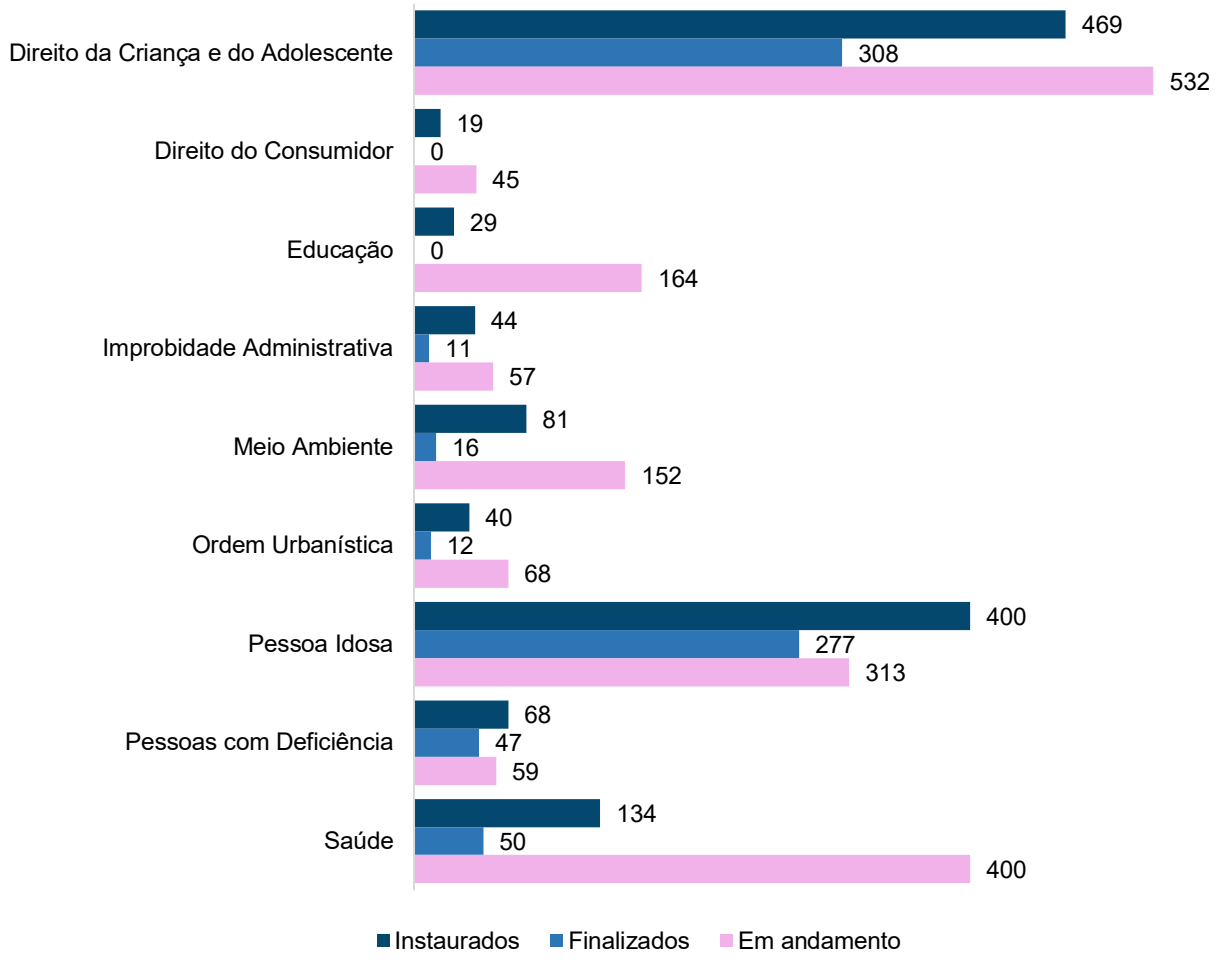
Detalhamento da atuação extrajudicial - Inquérito Civil e Procedimento Preparatório - 2021



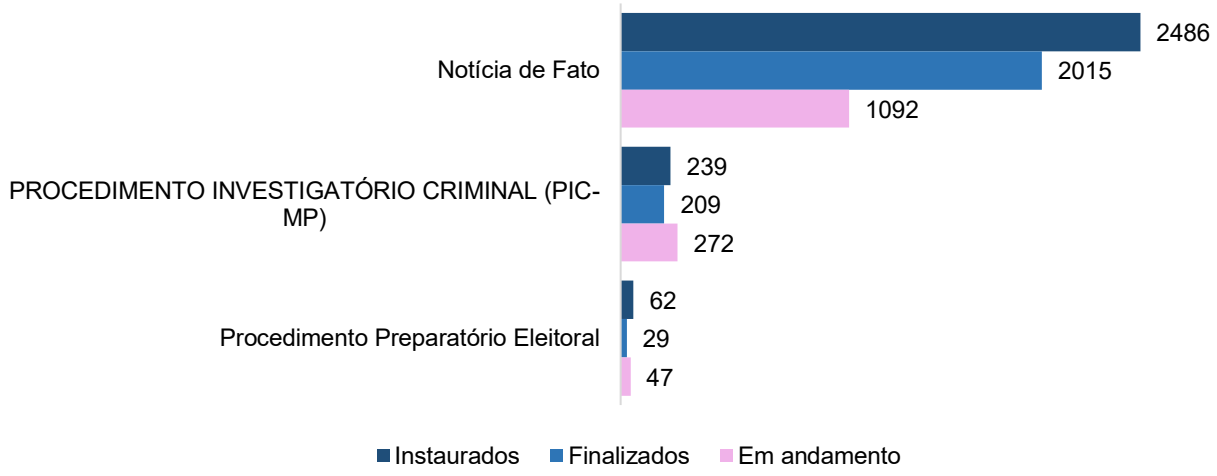
Detalhamento - Extrajudicial - Notícia de Fato - 2021



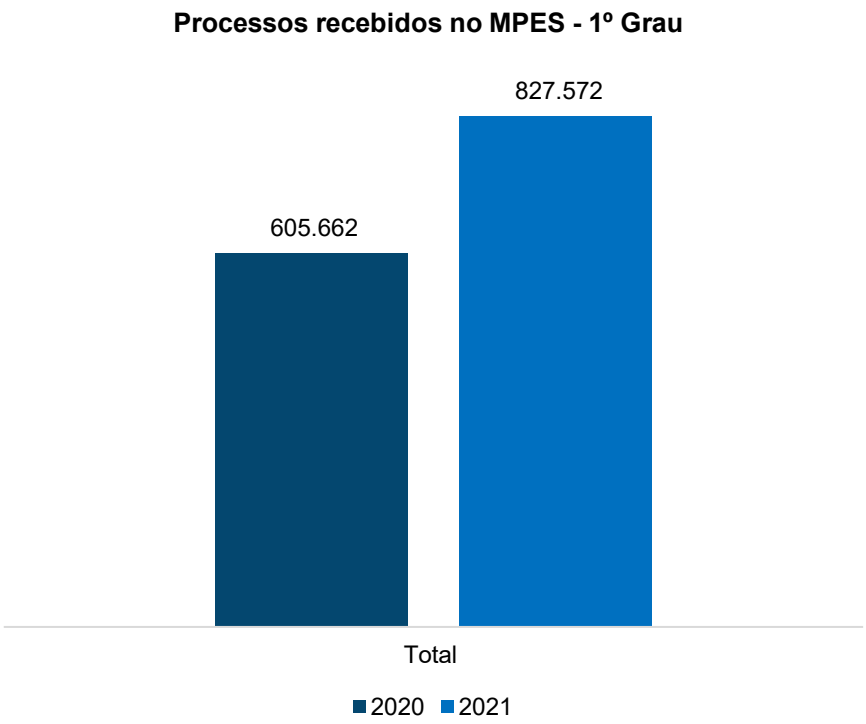
Detalhamento da atuação extrajudicial - Procedimento Administrativo - 2021

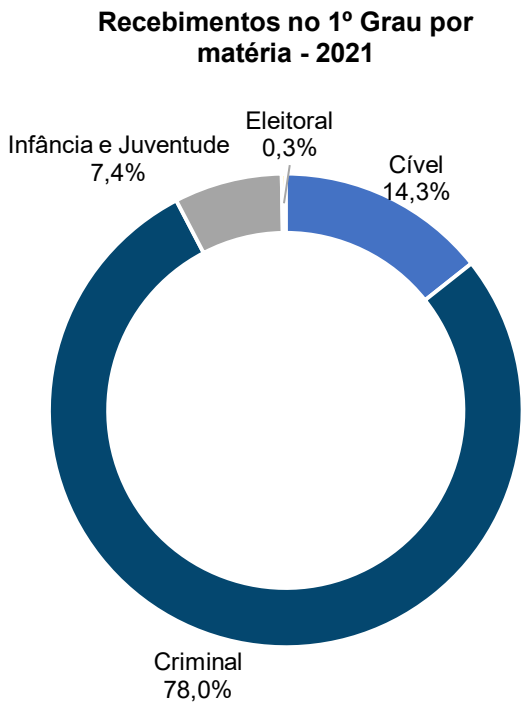


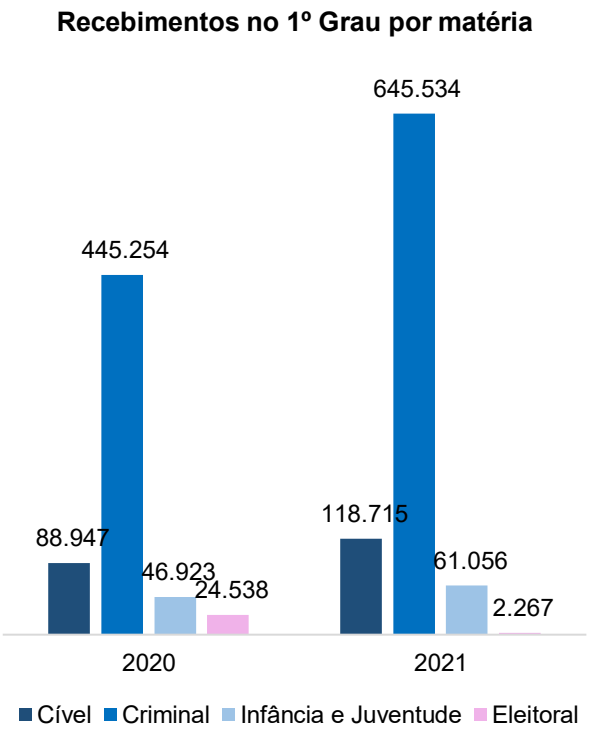
Detalhamento da atuação extrajudicial em matéria eleitoral - Procedimento Preparatório - 2021



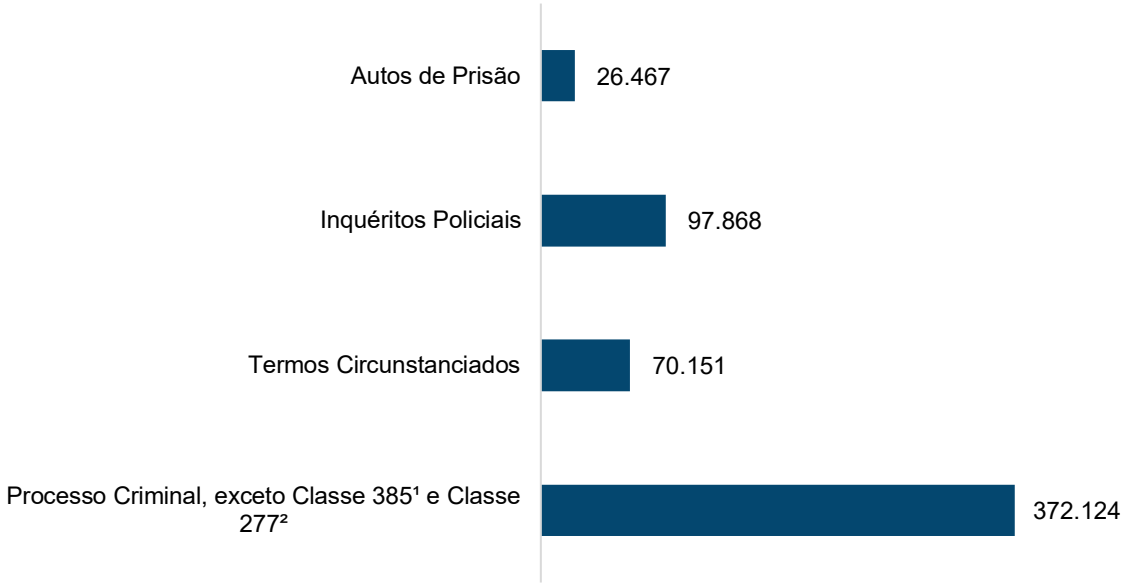
Atuação Judicial







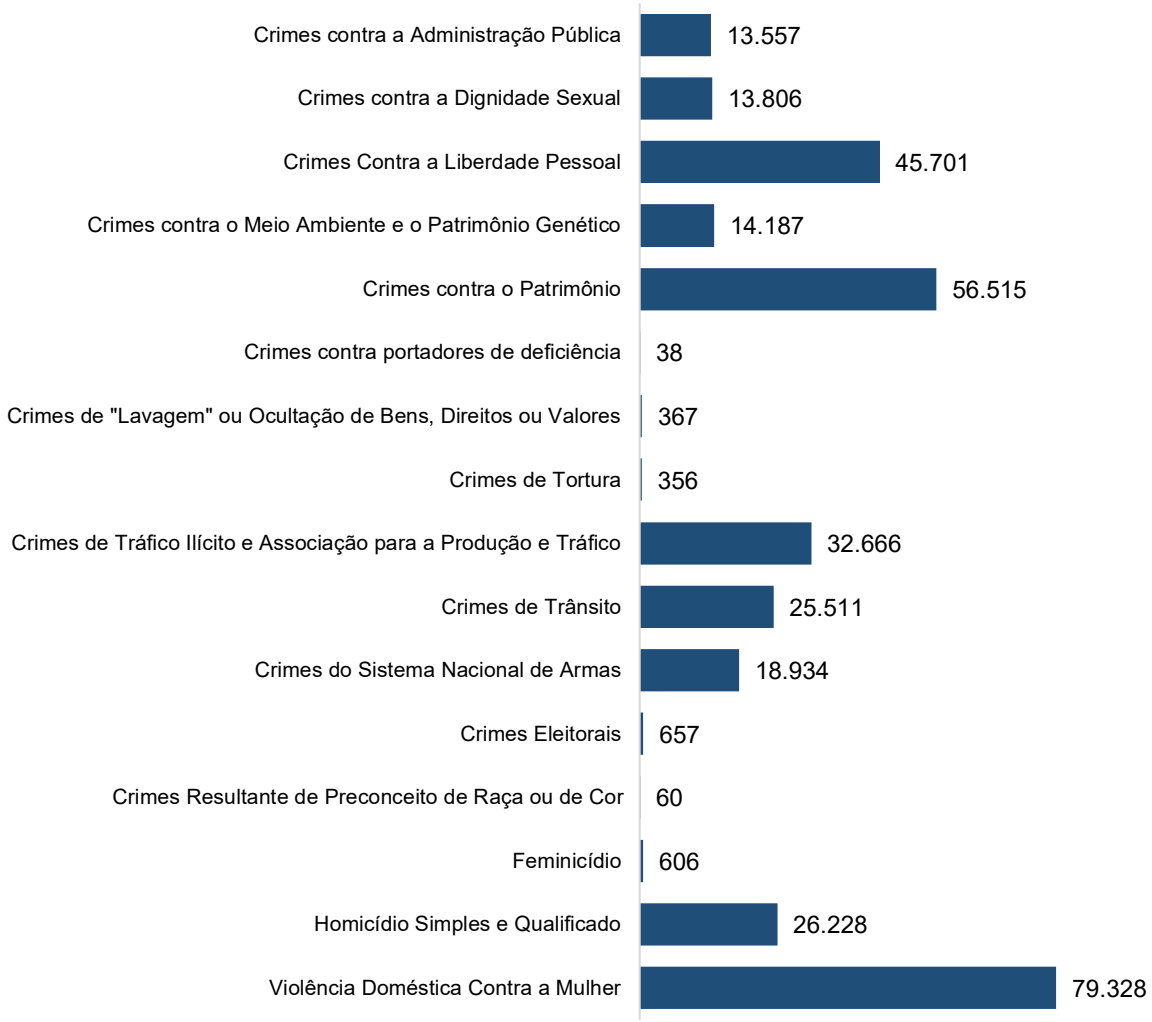
Recebimento em matéria Criminal - 2021



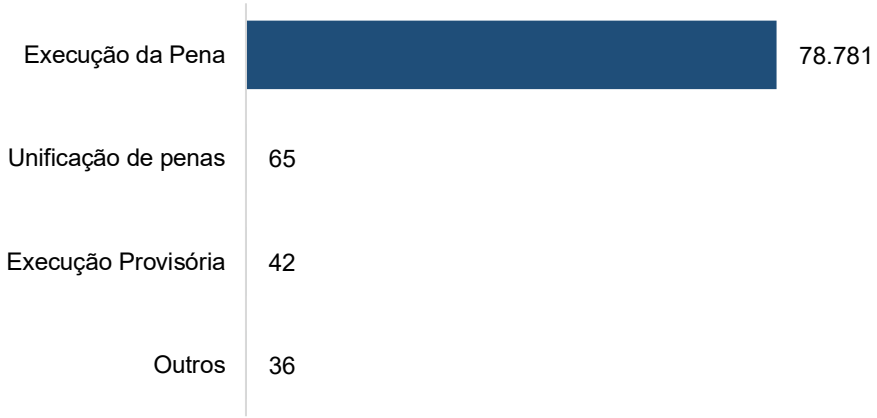
Nota:
1 - Classe 385: Execução Criminal
2 - Classe 277: Procedimentos Investigatórios

Detalhamento dos recebimentos em matéria Criminal - Inquérito Policial e Autos de Prisão - 2021

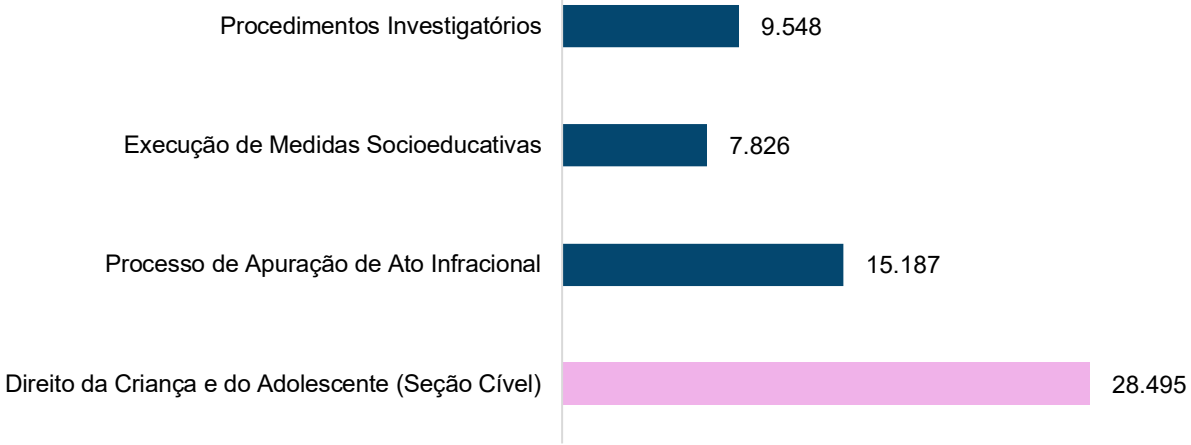
Detalhamento dos recebimentos em matéria Criminal - Processo Criminal - 2021



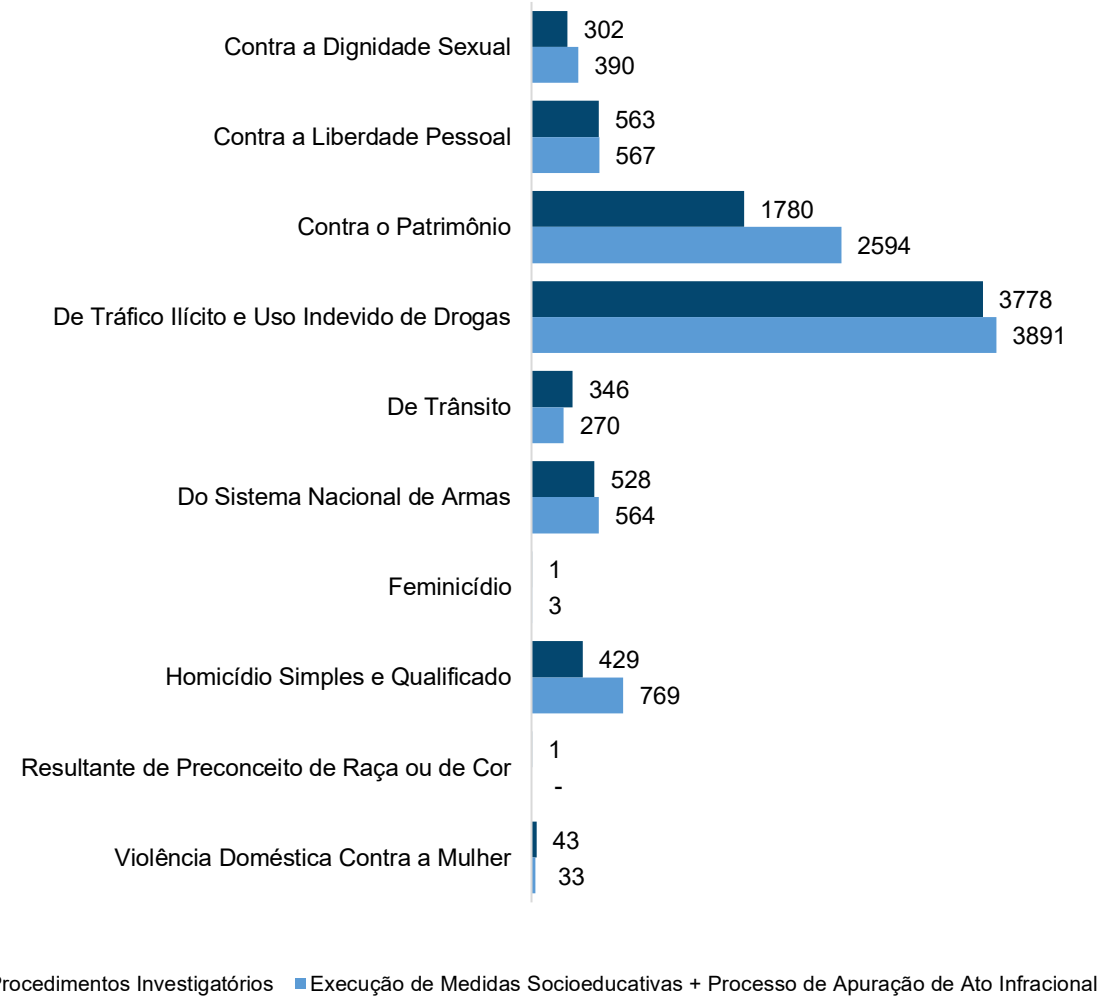
Detalhamento da atuação em matéria Criminal - Execução Penal - 2021



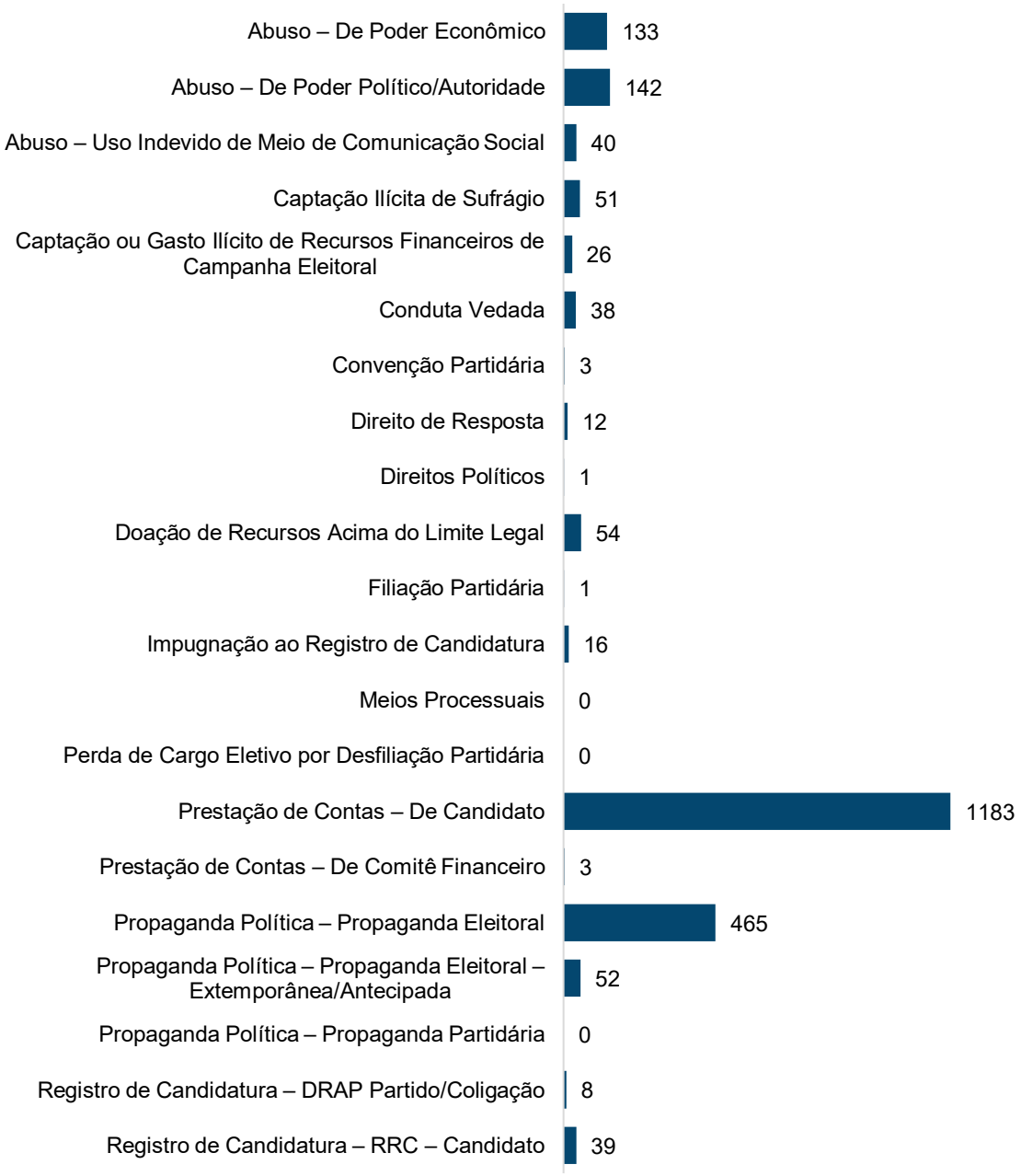
Recebimentos em matéria da Infância e Juventude - Ato Infracional e Seção Cível - 2021



Detalhamento dos recebimentos em matéria da Infância e Juventude - Ato Infracional 2021



Detalhamento dos recebimentos em matéria Eleitoral - Processo Eleitoral - 2021



Monitoramento da atuação

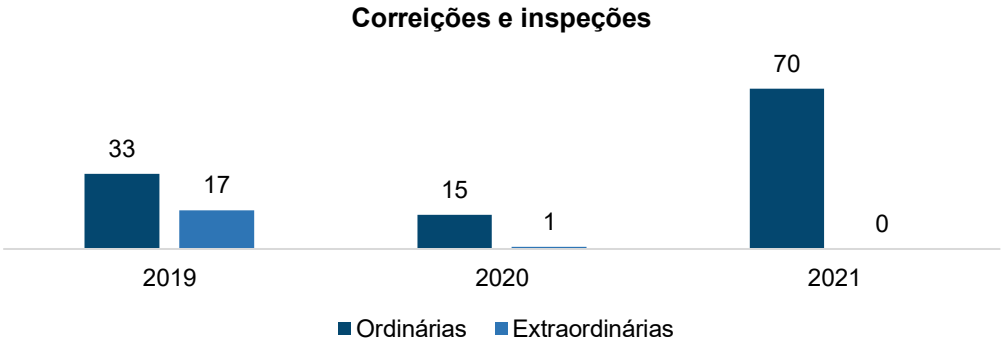
CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Na parte administrativa, a Corregedoria-Geral do MPES (CGMP) destacou as seguintes informações sobre as atividades de 2021:

A tramitação dos procedimentos e dos expedientes se deu por meio dos Sistemas Gampes e Sei!.	Como órgão orientador das Procuradorias e Promotorias de Justiça, recebeu 34 (trinta e quatro) consultas de membras(os) do MPES.
1.658 (mil seiscentos e cinquenta e oito) procedimentos recebidos, 678 (seiscentos e setenta e oito) remetidos e 878 (oitocentos e setenta e oito) arquivados no Gampes. Dentro do Sei!, foram 397 (trezentos e noventa e sete) procedimentos gerados, 1.315 (mil trezentos e quinze) com tramitação e 3.650 (três mil seiscentos e cinquenta) documentos gerados em 2021.	2 (duas) Portarias Conjuntas com a Procuradoria-Geral de Justiça relacionadas à necessidade de adoção de medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo novo coronavírus.
Foram realizadas 62 (sessenta e dois) correições ordinárias virtuais e 8 (oito) presenciais.	37 (trinta e sete) orientações foram expedidas às(aos) Promotoras(es) de Justiça.
74 (setenta e quatro) Procedimentos de Averiguação Preliminar e 75 (setenta e cinco) foram arquivados - 7 (sete) remanescentes de 2020. Desses, 1 (um) converteu-se em PAD e 6 (seis) estão em andamento.	1.212 (mil duzentos e doze) ofícios expedidos, sendo 13 (treze) circulares e 240 (duzentos e quarenta) contendo orientações às(aos) membras(os) do MPES, em decorrência da realização de correições ordinárias e extraordinárias realizadas nas Promotorias de Justiça.
95 (noventa e cinco) certidões, sendo 71 (setenta e uma) destinadas às(aos) Promotoras(es) de Justiça com designação para função eleitoral	1 (um) termo de depoimento (oitiva) colhido de forma virtual.
Recebimento de 4 (quatro) fichas de conceito “Ótimo”.	1 (um) Promotor de Justiça iniciou o estágio probatório e 3 (três) tiveram o vitaliciamento homologado.
2 (duas) recomendações expedidas relacionadas a: atendimento ao público e observância ao fluxo relacionado ao TCO.	1 (um) Provimento expedido instruindo as(os) membras(os) em estágio probatório quanto à necessidade de preenchimento de relatório referente às sessões do Júri.
11 (onze) relatórios foram apresentados à Corregedoria Nacional (CNMP), conforme determinação desta.	1 (um) procedimento encontra-se em acompanhamento decorrente da correição da Corregedoria Nacional de 2018 e 57 (cinquenta e sete) foram instaurados para fiscalizar o cumprimento das determinações decorrentes da correição extraordinária de 2021.

Destaca-se que, considerando a continuidade da situação de pandemia provocada pelo novo coronavírus, as correições, em sua maioria, foram mantidas na modalidade virtual.

Durante as correições, foram examinados pela Corregedoria-Geral um total de **8.374** (oito mil trezentos e setenta e quatro) feitos, dentre procedimentos extrajudiciais do Ministério Público e procedimentos judiciais eletrônicos.



Eficiência Operacional

Um MPES +Digital

O cenário da pandemia em que o mundo ainda se encontra obrigou o MPES a acelerar o passo de transformação que estava planejado e a reinventar suas ações, já que foi necessário substituir o tradicional modelo de trabalho e potencializar o uso de tecnologias, inclusive para permitir o pleno acesso das pessoas à instituição. Nesse sentido, a manutenção e a implementação de soluções inovadoras e tecnológicas, atualizando e modernizando processos, sempre com foco na eficiência, na prestação do serviço e na redução de custos para o Estado, foi uma estratégia vencedora.

Ter um modelo padrão de organização administrativa no MPES, seja nos órgãos de execução ou nos administrativos, que é o objetivo do Programa de Padronização e Organização Administrativa do MPES (Propad), iniciado em 2015, fez toda a diferença positiva para a solidificação de um MPES mais digital e voltado para o futuro, com os pés no presente. O comprometimento de membras(os) e servidoras(es), além do engajamento da alta gestão, contribuiu para que, nesse momento, a instituição esteja com seu acervo de autos extrajudiciais integralmente digitalizado.

Além disso, melhorias foram desenvolvidas e lançadas no Sistema de Gestão de Autos Eletrônicos do Ministério Público do Estado do Espírito Santo (e-Gampes), buscando otimizar os recursos e melhorar as condições de trabalho nas Promotorias de Justiça. Por se tratar de um processo de melhoria contínua da ferramenta, a instituição está se preparando para a integração do e-Gampes com outras ferramentas dos órgãos que compõem o ecossistema de justiça e segurança pública.

Cabe ressaltar, todavia, que a digitalização na instituição não é uma tarefa simples, notadamente no que tange aos investimentos em estruturas e equipamentos de tecnologia, bem como à segurança das informações que transitam pelos sistemas do MPES. Nesse diapasão, foi instituído o Comitê Estratégico de Proteção de Dados Pessoais (CEPDAP) que elaborou um projeto que visa adequar o MPES aos requisitos definidos na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). As atividades tiveram início em 2021 e continuarão ao longo de 2022.

Por fim, para assegurar que todas as ações institucionais chegassem de forma rápida, clara e objetiva às pessoas que fazem parte do MPES, bem como àquelas impactadas por sua atuação, a ASCM acentuou a transformação das mídias institucionais (site, intranet, perfis em redes sociais, etc.), a fim de que a informação chegasse o mais rápido possível ao público-alvo. Diante da polarização, dos conflitos e de tantas incertezas, terreno fértil para notícias falsas, a credibilidade da marca do MPES é fundamental para o acesso ao conteúdo confiável.

A seguir, serão apresentadas as ações executadas e/ou em andamento pelas(os) membras(os) e pelas(os) servidoras(es) do MPES direcionadas à eficiência operacional da instituição, que buscam garantir a melhor aplicação dos recursos disponíveis.

Comunicação Institucional

CANAIS DE COMUNICAÇÃO

Para se posicionar perante os públicos interno e externo diante de um mundo cada vez mais conectado e inundado de informações, a comunicação institucional tornou-se um componente estratégico. No MPES, além de ser uma ferramenta de propagação de acontecimentos e da cultura organizacional, ela é um poderoso instrumento de acessibilidade e transparência.

Nesse sentido, a ênfase em uma abordagem mais célere e digital tornou-se, ainda mais, um ponto central da Assessoria de Comunicação do MPES, no contexto pandêmico dos últimos 2 (dois) anos. Dessa forma, coube à ASCM dar continuidade à atuação estratégica de forma a ampliar a divulgação junto à sociedade das ações ministeriais de enfrentamento da covid-19, mobilizar e conscientizar a população para o enfrentamento da doença, bem como reforçar junto às(aos) membras(os), servidoras(es) e demais colaboradoras(es) da instituição a rotina de trabalho remoto, assim como a manutenção das medidas de prevenção do novo coronavírus.

Para conversar com o público externo, a ASCM potencializou a utilização das mídias digitais como o perfil no Instagram (*@mpespiritosanto*), Facebook (f*acebook.com/mpespiritosanto*), Youtube (*youtube.com/mpespiritosanto*), site (*mpes.mp.br).*

Balanço de publicações em 2021

927 conteúdos publicados
+/- 15,3 mil seguidoras(es)

927 conteúdos publicados
+/- 5 mil seguidoras(es)

77 vídeos publicados

Internamente, além da intranet e de inúmeras campanhas, as listas de transmissão do WhatsApp foram fundamentais para a difusão dos conteúdos de interesse das(os) membras(os) e servidoras(es).

Somados aos canais anteriores, o aplicativo **MPES Cidadão** complementa o mix de comunicação da institucional.

Edição especial da Revista +MP

A ASCM lançou, em maio de 2021, a edição especial da revista virtual +MP, trazendo a atuação institucional no primeiro ano de enfrentamento da pandemia da covid-19 e um balanço das diferentes ações em defesa da vida e dos direitos da(o) cidadã(ão) neste momento de crise, abordando áreas como saúde, educação, defesa comunitária, mobilidade urbana e direito do consumidor, entre outras. Além de textos e infográficos, a edição especial da +MP inclui áudios e vídeos com depoimentos da Procuradora-Geral de Justiça, de membras(os) do MPES e de representantes da sociedade, como o Governador do Estado, Renato Casagrande. A revista mostra que, somente em 2021, o MPES praticou mais de 80 (oitenta) mil atos relacionados à covid-19. Foram mais de 700 (setecentas) notificações recomendatórias expedidas, a maioria delas em procedimentos destinados a acompanhar e a fiscalizar políticas públicas relacionadas à pandemia.

Cobertura Tribunal do Júri

Para dar mais amplitude ao importante trabalho desenvolvido pelas(os) membras(os) que atuam no Tribunal do Júri na Grande Vitória, a ASCM elaborou um Plano de Comunicação para divulgar os julgamentos de casos de grande repercussão no estado e de abrangência nacional, como os júris do assassino confesso do ex-governador Gerson Camata e dos mandantes, intermediários e executores do assassinato da médica Milena Gottardi, ambos realizados em agosto. Neste último julgamento, realizado no Fórum Criminal de Vitória, o MPES obteve a condenação dos seis envolvidos no assassinato de Milena Gottardi, em um dos mais longos da história do Judiciário capixaba. Além de acompanhar presencialmente o julgamento desse caso, divulgando diariamente as informações, a ASCM promoveu coletiva de imprensa virtual com os Promotores de Justiça do caso, dias antes do início do Tribunal do Júri. Atuou de forma estratégica pautando, com antecedência, o assunto na imprensa capixaba. Ainda nesse episódio, a Assessoria de Comunicação intermediou entrevistas dos Promotores de Justiça do caso a veículos de imprensa, após a conclusão do julgamento.

CANAIS DE RELACIONAMENTO

Sala de Atendimento à(ao) Cidadã(ão)

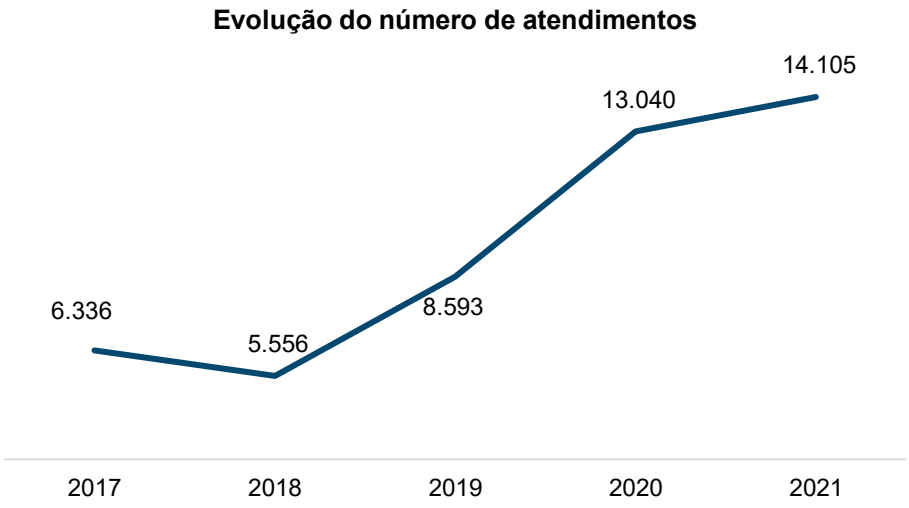
A necessidade de distanciamento social posta pela pandemia da covid-19 afetou o funcionamento das unidades do MPES. Logo, as Salas de Atendimento do Cidadão, marca importante dos recentes avanços na busca por um atendimento ainda mais humanizado, tiveram seu uso restrito. Presentes em todas as Promotorias de Justiça do Estado do Espírito Santo, esses espaços são muito importantes na relação do MPES com a(o) capixaba, pois possibilita uma primeira acolhida mais reservada, respeitando, dessa forma, a dignidade da pessoa humana.

Sala do Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição de Conflitos

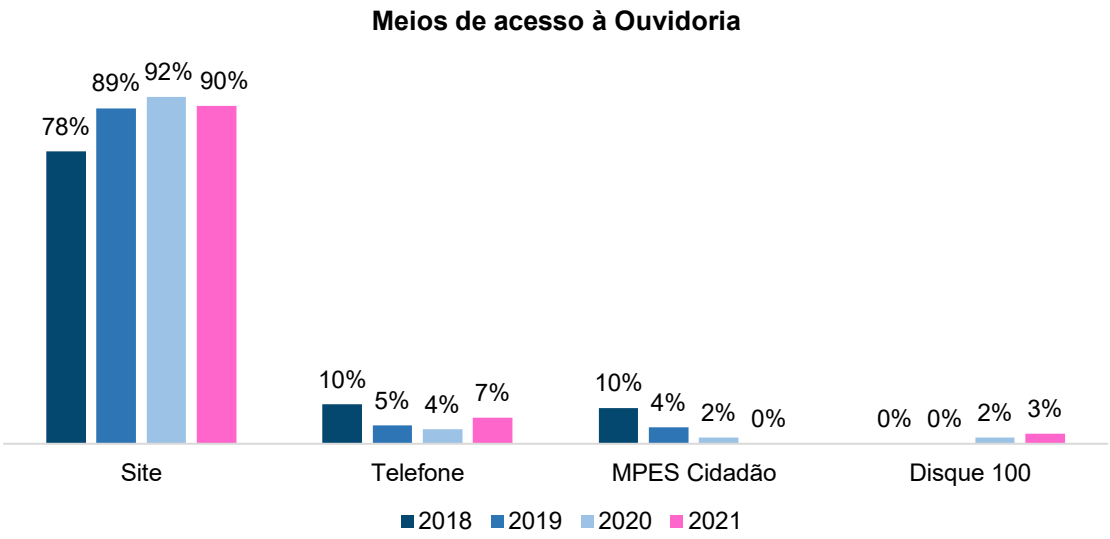
Criada com o foco em ampliar cada vez mais a busca de soluções consensuais, evitando a judicialização sempre que possível, a sala do Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição de Conflitos (NUPA) é um espaço multiuso, planejado com conceito de acolhimento, voltado para os métodos de autocomposição de conflitos, tais como a mediação, a negociação e as práticas restaurativas. A sala, localizada na Promotoria de Justiça Cível de Vitória, é aberta para receber as(os) integrantes da instituição e a sociedade.

Ouvidoria

A Ouvidoria no MPES, criada com a finalidade de aperfeiçoar o canal de atendimento ao público, com recebimento de denúncias, notícias, reclamações, sugestões, elogios e críticas da(o) cidadã(ão), tem apresentado números expressivos de atendimentos nos últimos anos, de acordo com os dados do sistema Ouvidoria do MPES.



Em 2021, dentre o total de manifestações apresentadas à Ouvidoria do MPES, foram finalizadas 13.655 (treze mil seiscentos e cinquenta e cinco) manifestações.



Os acessos por meio do site e do Disque 100 representam 93% (noventa e três por cento) dos atendimentos, o que mostra a força e a importância da prestação de serviços digitais às(aos) cidadãs(ãos).

Como forma de avaliar as manifestações da Ouvidoria quanto à satisfação e à resolutividade, desde 2018, existe um campo no sistema de "demandas positivas". Desde o início é possível identificar, aproximadamente, 988 (novecentas e oitenta e oito) manifestações que tiveram resolutividade através da Ouvidoria do MPES. Sendo 261 (duzentas e sessenta e uma) no ano de 2021.

Ouvidoria das Mulheres

Em 2021, a Ouvidoria passou a ter um canal específico para o atendimento especializado às mulheres. O conceito parte da necessidade de prestar um atendimento diferenciado ao público feminino que busca amparo no MPES. Para isso, disponibilizou à população algumas ferramentas de maneira a facilitar o contato e agilizar o registro das demandas, a saber:

- Atendimento especializado, por meio do Ramal 1 do 127;
- Criação de E-mail específico (ouvidoriadasmulheres@mpes.mp.br);
- Criação do WhatsApp da Ouvidoria da Mulher 27 99202-7596;

Para dar conhecimento do novo espaço, promoveu divulgação em canais específicos, como o SOS Marias, e também nos veículos oficiais do MPES da Ouvidoria das Mulheres

WhatsApp para desempenho e cumprimento de atos finalísticos

Atentos às necessidades de incremento dos recursos atualmente disponíveis e de modernização dos sistemas de comunicação utilizados no MPES, cada unidade ministerial dispõe de um aparelho celular com pacote de dados. A utilização do aplicativo WhatsApp *Business* é restrita à comunicação de atos processuais durante o período de expediente das Promotorias de Justiça, entre 12 (doze) e 18 (dezoito) horas.

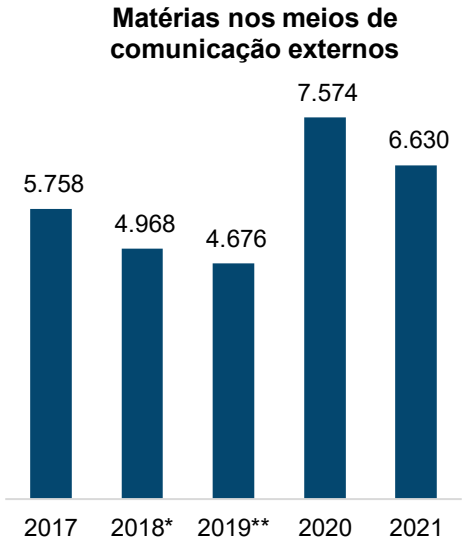
O número da linha telefônica é compartilhado com as(os) cidadãs(ãos) e as instituições públicas e privadas.

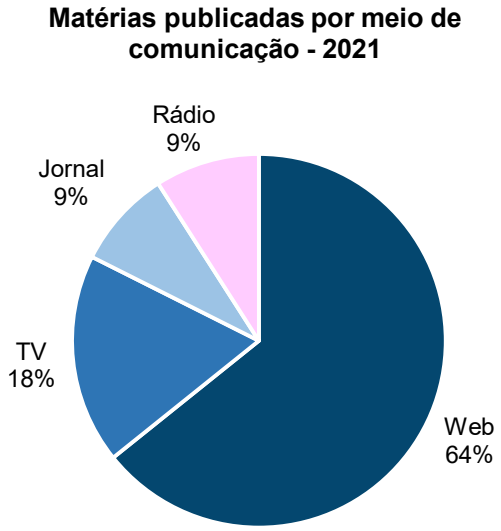
DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES DO MPES

Assessoria de Imprensa

A Assessoria de Comunicação Social atendeu, em 2021, 951 (novecentas e cinquenta e uma) demandas da imprensa local e nacional, tendo respondido 100% (cem por cento) desse total. Além disso, a ASCM prestou serviços na cobertura de diversas operações e em campanhas desenvolvidas pela instituição. Dentre outros, pode ser destacado o total de 625 (seiscentos e vinte e cinco) *releases* (matérias) produzidos e publicados no site institucional e outros 954 (novecentos e cinquenta e quatro) publicados na intranet.

Exposição na mídia





* Dados apurados até outubro de 2018 - ** Dados apurados a partir de abril de 2019

Media Training

Visando auxiliar as(os) membras(os) do MPES na aprimoração e no relacionamento com os profissionais de imprensa, a ASCM promoveu, nos dias 16, 19, 26 e 30 de abril de 2021, o primeiro curso virtual de capacitação “Media Training: Relacionamento do MPES com a Imprensa”. O workshop abordou dicas e situações práticas de como agir com as(os) jornalistas e teve como público-alvo as(os) dirigentes de Centros de Apoio Operacional, coordenadoras(es) de Núcleos e dos Gaeco (Central, Norte e Sul), além da Procuradora-Geral de Justiça e das(os) Subprocuradoras(es)-Gerais de Justiça. Cerca de 20 (vinte) membras(os) participaram da capacitação.

Diante da repercussão positiva e atendendo à demanda de membras(os), a ASCM realizou o segundo curso virtual de capacitação “Media Training: Relacionamento do MPES com a Imprensa”, nos dias 11, 14 e 18 de junho, voltado para as(os) Promotoras(es) de Justiça com atuação no Tribunal do Júri e na área Criminal.

Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Espírito Santo - Dimpes

O Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Espírito Santo - Dimpes é o canal de comunicação das publicações oficiais do MPES. Foi instituído pela Portaria PGJ nº 8.560, de 08 de agosto de 2019, que atribuiu à Assessoria Legislativa, no art. 7º, § 1º, a responsabilidade de inserir e publicar as matérias oriundas das Promotorias de Justiça, dos Centros de Apoio Operacional, das Coordenadorias Finalísticas, dos Núcleos e dos Grupos Especiais de Trabalho. O conteúdo do Dimpes pode ser acessado no campo “Serviços” constante do site da instituição.

Em 2021, foram incluídas e publicadas 4.395 (quatro mil trezentas e noventa e cinco) matérias no Dimpes, em atendimento aos princípios da publicidade e da transparência. Além disso, em conjunto com a CINF, foram iniciadas discussões acerca do aperfeiçoamento da ferramenta relativa ao diário para inserir outras informações e otimizar a experiência das(os) usuárias(os).

Diário Oficial do Ministério Público do Estado do Espírito Santo — Vitória, sexta-feira, 13 de março de 2020

MPES MINISTÉRIO PÚBLICO do Estado do Espírito Santo

DIMPES
Diário Oficial do MPES

Eder Pontes da Silva
Procurador-Geral de Justiça

Elda Márcia Moraes Spedo
Subprocuradora-Geral de Justiça Administrativo

Josemar Moreira
Subprocurador-Geral de Justiça Judicial

Alexandre José Guimarães
Subprocurador-Geral de Justiça Institucional

Carla Viana Cola
Corregedora-Geral do Ministério Público

Eliezer Siqueira de Sousa
Ouvidor do Ministério Público

Procuradores de Justiça
Catarina Cecin Gazele
Célia Lúcia Vaz de Araújo
Valdeci de Lourdes P. Vasconcelos
Adonias Zam
Sócrates de Souza
Fábio Velio Corrêa
José Claudio Rodrigues Pimenta
Andréa Maria da Silva Rocha
Benedito Leonardo Senatore
Maria de Fátima Cabral de Sá
Gustavo Modenesi Martins da Cunha
Sidia Nara Ofranti Ronchi
Luís Augusto Suzano
Altamir Mendes de Moraes
Humberto Alexandre Campos Ramos
Antonio Fernando Albuquerque Ribeiro
Maria Beatriz Renoldi Murad Venloet
Elisabeth da Costa Pereira
Cleber Pontes da Silva
Carla Stein
Samuel Scardini Filho
Edwiges Dias
Karla Dias Sandoval Mattos Silva
Almiro Gonçalves da Rocha
Izabel Cristina Salvador Salomão
Márcia Jacobsen

CIRCULAÇÃO IRRESTRITA - SEXTA-FEIRA, 13 DE MARÇO DE 2020

O Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Espírito Santo - Dimpes, instituído pela Portaria nº 8560 de 09 de agosto de 2019, com fundamento no inciso LXVII do art. 10 da Lei Complementar Estadual nº 95, de 28 de janeiro de 1997, é veiculado, sem custos, no sítio do Ministério Público do Estado do Espírito Santo (www.mpes.mp.br) na rede mundial de computadores (Internet). O Dimpes é o instrumento oficial de publicação, divulgação e comunicação dos atos processuais, procedimentais e administrativos do MPES e substitui a versão impressa das publicações oficiais. Sua publicação atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), instituída pela MP-2.200-2/2001.

Portal Legislação

Trata-se de importante ferramenta de gestão e publicidade dos atos normativos do MPES. Cabe à Assessoria Legislativa (ALE) a manutenção e a atualização deste sítio. A ferramenta possibilita o acesso à(ao) cidadã(ão) através do endereço *www.legislacaocompilada.com.br/mpes*.

Em 2021, a ALE inseriu no Portal Legislação um total de 380 (trezentos e oitenta) documentos publicados no Diário Oficial Eletrônico do MPES – Dimpes, como portarias, resoluções, editais, fluxo e rotinas, sem prejuízo da manutenção da atividade de atualização do Portal por meio da inclusão de normativas antigas, referentes aos exercícios anteriores.

Além disso, para facilitar a análise das normativas, a referida assessoria busca disponibilizar no Portal Legislação 2 (dois) tipos de documentos, que são:

1. a versão original do ato com todas as alterações em destaque, devidamente linkadas, de forma que as modificações se tornem compreensíveis para as(os) usuárias(os), em razão da visualização, no mesmo documento, da redação antiga e da vigente;
2. o texto consolidado das normas contendo apenas as disposições vigentes.

Memorial

As atividades desenvolvidas pelo Memorial buscam o fortalecimento da comunicação institucional com a sociedade. Para isso, registra e conta a história do MPES a partir da organização do acervo documental, de imagem e som, realização de pesquisas, exposições, seminários, simpósios e publicações, preservando, assim, a memória.

Memória Oral

Implementado há dez anos, o Projeto Memória Oral continua dando frutos. Em 2021, foi divulgado no canal do MPES no YouTube mais um vídeo com foco na história do Ministério Público sob a ótica das(os) Procuradoras(es)-Gerais de Justiça. O vídeo fez uma retrospectiva da trajetória do Procurador de Justiça aposentado José Maria Rodrigues de Oliveira Filho, que ocupou o cargo máximo da instituição de 2000 a 2004. A edição desse material e sua disponibilização abrem espaço para a construção coletiva da história do MPES, oferecendo elementos para enriquecer o debate acerca da identidade e do papel do Ministério Público na sociedade.

Atuação do MPES em casos de grande repercussão social

O projeto valoriza a história do MPES e o trabalho desenvolvido por Promotoras(es) e Procuradoras(es) de Justiça a partir da divulgação das ações que se destacaram nas searas civil e criminal, iniciando pelo tribunal do júri.

O piloto dessa ação analisa o caso Gabriela Chermont, que teve julgamento após 24 (vinte e quatro) anos de processo. Além de dar transparência à atuação das(os) membras(os) do MPES e

demonstrar o princípio de unidade do Ministério Público, busca-se mostrar que há uma nova era na persecução criminal no Brasil, com novas leis e com menos impunidade, na qual a(o) ré(u) condenada(o) em pena igual ou superior a 15 (quinze) anos sai presa(o) do julgamento (art. 492, inciso I, "e", do Código de Processo Penal). Espera-se, ainda, que a publicização das ações do Ministério Público que se destacaram em prol da Justiça e do bem da coletividade sejam um mecanismo de desestímulo à criminalidade.

Galeria de Procuradoras(es)-Gerais de Justiça

A Galeria de Procuradoras(es)-Gerais de Justiça, localizada no *hall* do Edifício Promotor Edson Machado, sede da Procuradoria-Geral de Justiça, e replicada no auditório Promotor Déo Schneider, no térreo desse edifício, passou, em 2021, por um processo de substituição das fotografias, pois as imagens estavam avariadas pela ação do tempo. Além disso, havia a necessidade de gerar espaço para inserir a foto da atual Procuradora-Geral de Justiça, Luciana Gomes Ferreira de Andrade, e de futuras(os) sucessoras(es).

A galeria, que possui uma versão virtual no site institucional, é uma forma de ampliar os meios de divulgação da história institucional e contribuir para o entendimento das(os) cidadãs(ãos) acerca da trajetória do MPES.

Memória dos prédios do MPES no Centro de Vitória

Trata-se de registros histórico acerca do uso de dois espaços pertencentes ao MPES no Centro da Capital antes de lhes dar nova destinação. Nesse caso, um edifício de três pavimentos onde funcionou a Promotoria de Justiça Cível de Vitória e de algumas salas no Ed. Anchieta, que abrigou diversos setores da instituição.

Para registrar as memórias desses espaços, o Memorial elaborou o projeto visando à produção de vídeos, independentes, dos espaços.

O projeto encontra-se na fase de coleta de dados para produção de vídeo sobre as salas do MPES no Ed. Anchieta. Nessa etapa, foi realizada uma pesquisa, cujo questionário foi respondido por membras(os), servidoras(es), estagiárias(os) e colaboradoras(es) da instituição.

Diálogo e Autocomposição

Café com Família

Com o intuito de sensibilizar membras(os) e servidoras(es) sobre os mecanismos práticos de resolução de conflitos, o NUPA vem desenvolvendo a ação "Café com Família" que, para o ano de 2021, teve como objetivo a realização de 4 (quatro) eventos virtuais para dialogar sobre questões polêmicas do direito de família e métodos adequados de tratamento de conflitos.

Os encontros foram realizados nos meses de maio, junho, agosto e novembro, com duração de 1 (uma) hora e 30 (trinta) minutas cada e com a participação de 2 (duas/dois) palestrantes.

MP Autocompositivo

Em uma sociedade cada vez mais complexa e, consequentemente, com demandas de diversas matérias, a capacidade de diálogo é essencial às instituições. No entanto, assim como a maioria das organizações, o MPES vem desenvolvendo essa habilidade, visto que não possui mediadores capacitados para atender às diversas demandas extrajudiciais que chegam à instituição.

Sabe-se que a mediação de conflitos é uma atividade técnica que necessita de capacitação mínima através de profissionais qualificados e que a Política Nacional de Incentivo à Autocomposição, estabelecida pela Resolução CNMP nº 118, de 1º de dezembro de 2014, inclui a mediação entre os métodos de resolução de conflitos que devem ser estimulados no âmbito do Ministério Público.

No ano de 2019, o MPES realizou o Curso de formação de Mediadores Judiciais, em parceria com a Escola de Magistratura do Estado do Espírito Santo (EMES) e o TJES, sendo composto por 40 (quarenta) horas teóricas e 60 (sessenta) horas práticas, com a participação de 1 (uma) Procuradora de Justiça; 4 (quatro) Promotoras(es) de Justiça e 9 (nove) servidoras(es) do MPES, totalizando 14 (quatorze) pessoas.

A participação no estágio prático se deu da seguinte forma:

Para marcar o encerramento das atividades, no final do ano de 2021, foi celebrado um evento virtual para tratar do marco da criação da Resolução nº 118/2014 do CNMP: "7 anos da Resolução nº 118/2014 do CNMP, Onde estamos e Para Onde Vamos?".

Governança, gestão e sustentabilidade

GOVERNANÇA DE TI

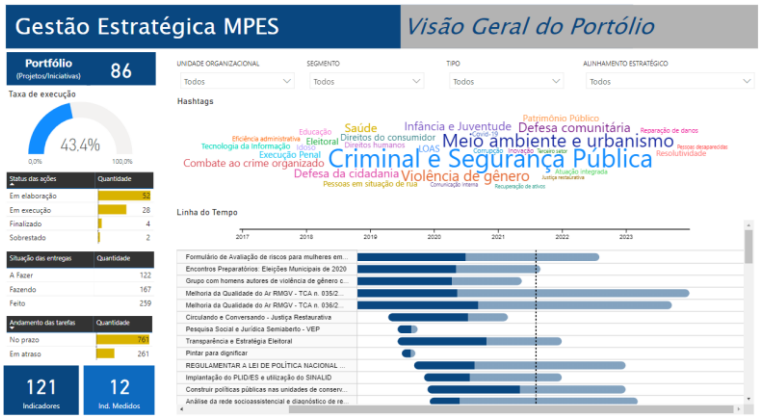
Em um contexto de um mundo cada vez mais digital, a assertividade em relação às ações direcionadas à tecnologia da informação tem um enorme peso na tomada de decisão das organizações. No MPES não é diferente. Por isso, com o foco na melhoria contínua dos instrumentos de governança e gestão, o Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação (CETI) passou por uma reformulação na sua estrutura no ano de 2021.

Para melhor tratativa das demandas, no Comitê, que tem dentre as suas atribuições deliberar sobre as novas políticas, princípios e diretrizes de TI, alinhados aos objetivos estratégicos da instituição, bem como, sobre a priorização dos investimentos em TI, foram criados 2 (dois) Subcomitês: Gestor de Sistemas de Áreas Meio e Fim e o Subcomitê de Inovação Tecnológica.

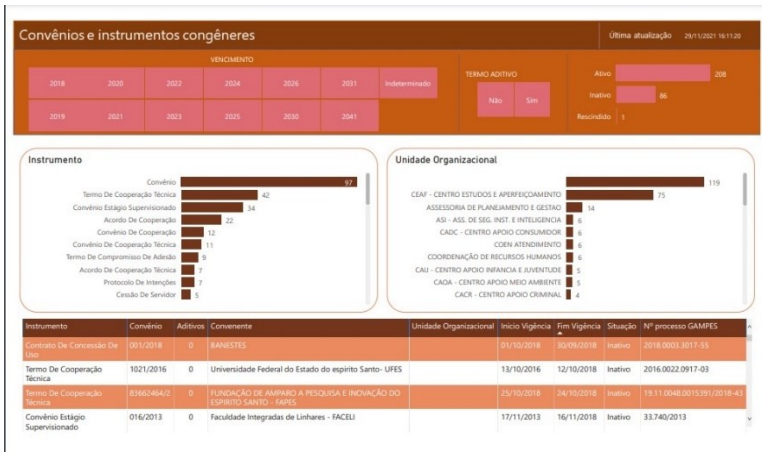
GESTÃO ORIENTADA A DADOS

É ponto pacífico entre as pessoas que acompanham a condução das organizações que a leitura correta dos dados disponíveis é de fundamental importância. Nessa linha, o MPES tem investido esforços na construção de um ambiente que fomente tal cultura. Ferramentas de *Business Intelligence* (BI) foram adquiriras e capacitações sobre elas ofertadas a membras(os) e servidoras(es). Como frutos dessas ações, além de peças criadas em anos anteriores, e ainda em uso, vale mencionar:

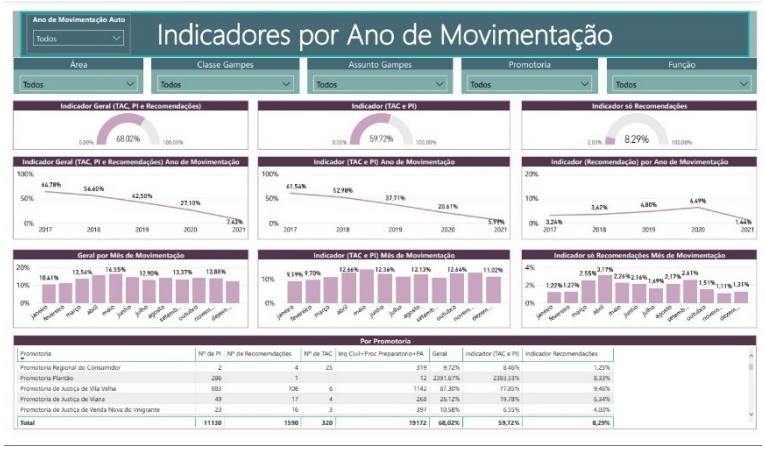
- Painel de Gestão Estratégica - possibilita a gestão e o acompanhamento da execução de projetos e ações desenvolvidos pelas unidades administrativas e finalísticas e que estejam devidamente cadastrados no Sistema de Gestão de Projetos e Processos - Inova.



- Painel de Convênios - reúne de forma analítica os dados relativos a convênios e aditivos realizados pelo MPES;



- Métricas e Indicadores de Produtividade e Eficácia - consiste no levantamento e no controle dos dados da atuação do MPES na área judicial, com o objetivo de garantir a gestão estratégica de dados para tomada de decisões administrativas e finalísticas. As tabelas - desenvolvidas em moldes similares aos Anexos da Resolução CNMP nº 195, de 11 de fevereiro de 2019 - incluem classes, assuntos e movimentos relevantes da atuação judicial, a partir de 6 (seis) grandes áreas: cível, infância e juventude (cível), criminal, ato infracional, eleitoral e justiça multiportas. A inovação está no levantamento de dados e no desenvolvimento de indicadores não considerados pelo CNMP na referida Resolução, a exemplo da análise de liminares, sentenças, acórdãos ou decisões monocráticas favoráveis, desfavoráveis, inclusive com possibilidade de consulta qualitativa aos autos judiciais. A gestão desses resultados pode aumentar a efetividade de soluções judiciais e extrajudiciais: conhecer nossos resultados permite estabelecer padrões de sanções que serão utilizados para futuros Acordos de Não Persecução Penal (ANPP) e Acordos de Não Persecução Cível (ANPC).



O resultado dessas ações foi tão impactante que, com a crescente demanda por informações técnicas e analíticas para subsidiar resultou na criação de diversos painéis de BI, elaborados nas ferramentas *Power BI* e *Qlikview*. Porém, para o controle, segurança e uso apropriado dos dados, faz-se necessária a gestão da informação, dos acessos e da manutenção dos painéis em funcionamento. Por isso, está em andamento uma ação que visa mapear todos os painéis de BI em operação no MPES, realizar a gestão do acesso e a atualização dos painéis, além de documentar

informações específicas de cada *Dashboad* (fonte dos dados, finalidade, autoria, frequência de atualização, etc).

SUSTENTABILIDADE

A transversalidade das temáticas relacionadas à gestão estão cada vez mais claras e os resultados são, em muitos casos, exponenciais. A forma de lidar com a posse e a utilização de bens como carro e imóveis, a título de exemplo, mudou bastante nos últimos anos. Novos serviços, produtos ou processos mudaram hábitos.

Isso pode ser visto, no MPES, no que tange ao investimento nos sistemas que digitalizaram grande parte da instituição. Na medida em que a utilização das novas ferramentas se solidifica, ou seja, torna-se parte da cultura, diminui a necessidade de espaços para arquivos físicos, além de materiais de consumo.

Um caso de destaque no ano de 2021 foi uma ação que utilizou técnicas de *Machine Learning* e *Data Mining* aos dados de fechamento e utilização de impressoras, resultando no mapeamento das impressoras com menor produtividade e utilização. Após análises estratégicas, o total de impressoras mínimo foi recalculado e foram redistribuídas, visando ao menor impacto nas atividades e atribuições. A iniciativa, aliada a um novo contrato de *Outsourcing*, resultou em uma economia estimada de aproximadamente R$1.300.122,14 (um milhão, trezentos mil, cento e vinte e dois reais e catorze centavos) para o novo contrato, em vigência a partir de 2022.

No entanto, mesmo com o auxílio das ferramentas tecnológicas, a conscientização das pessoas ainda é algo muito importante. Assim, foi criada a campanha MPES Sustentável, no mês do meio ambiente (junho), incentivando o uso de boas práticas como o uso de canecas, copos e squeezes em substituição aos copos descartáveis, ajudando a reduzir o consumo dos plásticos descartáveis.

EFICIÊNCIA NA GESTÃO

Implantação do CidadES - Contratação

O MPES é parte integrante de um grande ecossistema e interage, diariamente, com instituições públicas e privadas. Dessa forma, as informações geradas devem ser coesas e confiáveis, possibilitando o acompanhamento de alguns órgãos e, principalmente, da(o) cidadã(ão).

Por isso, está implantado o módulo Contratação do sistema CidadES, estruturado pelo TCEES. A ferramenta tem como objetivo o encaminhamento de informações relativas a licitações, contratos e contratações em geral ao Órgão de Contas e possui previsão de entrada em produção em abril de 2022 (com envio de dados de março de 2022).

Para cumprimento dos requisitos impostos pelo TCEES, o Grupo vem trabalhando com a adaptação do sistema Nexus, bem como a revisão de processos e atribuições.

Revisão dos processos que envolvem a Coordenação de Recursos Humanos

A revisão dos processos de trabalho da Coordenação de Recursos Humanos (CREH) compõe um dos eixos que integram o Plano Diretor de Gestão de Pessoas e, no que concerne aos compromissos de gestão, eixo administrativo, assumidos pela Excelentíssima Procuradora-Geral de Justiça para o biênio 2020/2022.

Isso porque o aperfeiçoamento das rotinas e das ferramentas de trabalho possibilitam a descompressão da unidade organizacional na medida em que redirecionam o tempo empreendido na execução de demandas operacionais para outras atividades que necessitam de capital humano qualificado; e essa, por sua vez, o realinhamento da equipe que deixa o âmbito departamental em direção à gestão estratégica de pessoas.

O modelo de gestão de processos empregado tem por objetivo rever todo arcabouço que envolve a rotina: normativas institucionais, papéis e responsabilidades, atividades que não agregam valor, transparência do processo, indicadores, tempo de execução, eficiência operacional, entre outros. Ressaltamos, ainda, o empenho na automação e na integração de sistemas com vistas a um repositório único de dados, o que reduz o percentual de erros humanos quando do tratamento por meio de controles múltiplos e paralelos.

Nesse diapasão, consiste em um mister que não se esvai na consecução dos objetivos primários, vez que, tratando-se de rotina cíclica, demanda constantes atualizações e ajustes de métodos e sistemas.

Cerca de 60% (sessenta por cento) dos processos inicialmente relatados já foram revistos e aperfeiçoados. Entretanto, grande parte desses deverão sofrer novos ajustes quando da instituição do teletrabalho. Salientamos, outrossim, a existência de processos que retornaram para discussão interna na unidade e outros que se encontram suspensos em razão da interface com procedimentos que aguardam decisão.

Mapeamento dos processos dos Centros de Apoio Operacional

Foi realizado, em 2021, o redesenho dos fluxogramas referentes às principais atividades desenvolvidas pelos Centros de Apoio Operacional, quais sejam:

- Entender demanda por atuação;
- Assessorar membras(os);
- Gerir atuação integrada com órgãos externos;
- Promover convênios e pareceres com órgãos externos;
- Apoiar o fomento de políticas públicas.

Após a análise e a revisão das rotinas com as(os) servidoras(es) de alguns Centros de Apoio Operacional, ocorreu a validação das mesmas com as(os) Dirigentes do CACR, CAOA e CADP.

Implantação do Teletrabalho

Visando inovar suas ações, modernizar e otimizar seus processos de trabalho, sempre com foco no atendimento de excelência à sociedade capixaba, o MPES estuda o tema do "Teletrabalho" há algum tempo, procurando alternativas e modelos para implantação, em consonância com a Resolução CNMP nº 157, de 31 de janeiro de 2017.

Entretanto, a pandemia do novo coronavírus impôs a necessidade de adoção do trabalho remoto para assegurar a continuidade na prestação dos serviços e preservar a saúde e o bem-estar das(os) membras(os), servidoras(es) e colaboradoras(es) da instituição.

Os resultados obtidos desse novo formato de execução das atividades laborais, a experiência adquirida e o aprofundamento do conhecimento técnico nesse período motivaram a instituição do regime de teletrabalho no âmbito do MPES. Nesse contexto, o Comitê de Implementação do Teletrabalho (CITEL) foi instituído pela Portaria PGJ nº 353, de 16 de junho de 2021.

A partir de sua formação, o CITEL realizou um estudo do material que já havia sido produzido pela AGE e iniciou a etapa de pesquisa e levantamento de documentos relativos à implementação do teletrabalho em outras instituições.

Elaborou-se um cronograma de implantação que englobou as seguintes etapas e entregas: Planejamento; Documentos e Publicações; Formulários e Termos; Processos do Teletrabalho; Normatização; Painéis de Acompanhamento; Disponibilização de *Coworking*; Capacitações e Treinamentos; Plano de Comunicação; Relatório Final e Implementação.

Implantação da LGPD

Com o advento da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), fica definido que qualquer operação de tratamento realizada por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, independentemente do meio, do país de sua sede ou do país onde estejam localizados os dados, deve ter como objetivo proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

A administração pública é detentora e controladora de dados, devendo, portanto, conferir tratamento de dados pessoais e de dados pessoais sensíveis, garantindo assim o Direito fundamental individual de proteção à privacidade e à intimidade, na forma da Constituição Federal. Nesse sentido, foram estruturadas ações para adequar o MPES aos requisitos definidos na Lei nº 13.709/2018 (LGPD), aqui em síntese:

- Plano de Comunicação interna e externa referente à temática e difusão da Lei;
- Elaboração da Política de Proteção de Dados no âmbito do MPES;
- Levantamento e adequação de normativas e contratos relacionadas a LGPD;
- Identificação das rotinas de entrada e tratamento de dados existentes;
- Mapeamento de riscos (equipamentos, sistemas, políticas, pessoas e imagem institucional);
- Proposição de medidas preventivas (equipamentos, sistemas, políticas e pessoas e imagem institucional);
- Modelagem de rotinas conforme LGPD;
- Estruturação das Recomendações para implementação da LGPD;

- Adequações de TI para aplicação das recomendações;
- Capacitação ampliada para as(os) colaboradoras(es) do MPES;
- Capacitação para aplicação das recomendações produzidas;
- Adequação de normativas e contratos;
- Implantação de processos conforme diretrizes estabelecidas para atendimento à LGPD;
- Aplicação das recomendações;
- Modelo de Governança da Política de Proteção de Dados Pessoais.

Considerando a complexidade e a transversalidade da LGPD, a equipe criada para a implantação no MPES é multidisciplinar e as(os) integrantes do CETI já estão sendo capacitadas(os) nos níveis exigidos.

Revisa Atos MPES

O projeto tem o objetivo de atualizar todas as normas do MPES, a partir da revisão histórica de tudo que existe, verificando as normativas que estão em vigor e a coerência entre elas, a fim de revogar normas contraditórias e obsoletas, bem como aperfeiçoar e produzir normativas de interesse institucional.

A elaboração e a execução do projeto estão a cargo da Assessoria Legislativa. Para a execução do projeto, a unidade conta com o apoio técnico e científico da Assessoria de Auditoria Interna e Controle, da Assessoria de Gestão Estratégica e da Coordenação de Informática, a fim de alcançar os seguintes benefícios imediatos:

- segurança jurídica das(os) usuárias(os);
- aperfeiçoamento da máquina ministerial por meio de legislação que acompanha os avanços/mudanças;
- otimização e melhoria do acesso ao link;
- consistência e veracidade das informações;
- confiabilidade no sistema;
- diretrizes para as matérias ainda não regulamentadas pelo MPES;
- transparência das ações institucionais.

Entre as etapas previstas no projeto estão a verificação da existência ou não de normativas relacionadas a cada valor registrado na Cadeia de Valores do MPES e a inserção das informações obtidas com a pesquisa no mesmo documento, o que foi realizado ainda no final do ano de 2019.

Em decorrência da atualização de algumas rotinas institucionais, essa etapa do projeto permaneceu em execução também no ano de 2021, tendo em vista a necessidade de adequação contínua das normativas registradas na Cadeia de Valores do MPES.

No ano de 2021, visando à atualização do cronograma de trabalho e à definição das primeiras unidades de trabalho impactadas pelo projeto, a ALE promoveu reuniões com a AGE e a Assessoria de Auditoria Interna e Controle (Audinc), a fim de promover o alinhamento acerca das áreas do MPES que são consideradas como de risco alto, segundo informações contidas na matriz de risco institucional.

A versão digital do projeto Revisa Atos MPES está disponível para consulta no site do MPES, no link *http://www.legislacaocompilada.com.br/mpes/*, bem como na rede intranet instituição, na página da ALE, em atendimento aos princípios da publicidade e da transparência.

MONITORAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA

Auditoria Interna e Controle

Execução de Auditoria Eletrônica do Teto Remuneratório - Projeto piloto

A Audinc, anualmente, tem como atividade ordinária em seu planejamento das ações a realização de auditoria no teto remuneratório das(os) membras(os) deste Ministério Público. A área em análise é o Serviço de Folha de Pagamento (SFPG), que compõe a Coordenação de Recursos Humanos.

De acordo com o Plano Anual de Atividades de Controle e Fiscalização (PACOFI/2020), fixou-se como metodologia de trabalho a análise automática (capaz de informar dentre todo o universo de pessoas e pagamentos, se houve algum pagamento acima do limite legal e em que mês houve essa ocorrência, considerando o mês de competência) de pagamentos de todas(os) as(os) membras(os) ativas(os) do MPES.

Para melhor sistematizar os dados, foi desenvolvido um painel eletrônico de auditoria [solução de *Business Intelligence* que permite criar análises guiadas orientadas à(ao) usuária(o)] como ferramenta de verificação dessa ação de auditoria. Com essa ferramenta, houve a checagem integral dos valores recebidos no período de janeiro a novembro de 2021 de todas(os) as(os) membras(os) ativas(os).

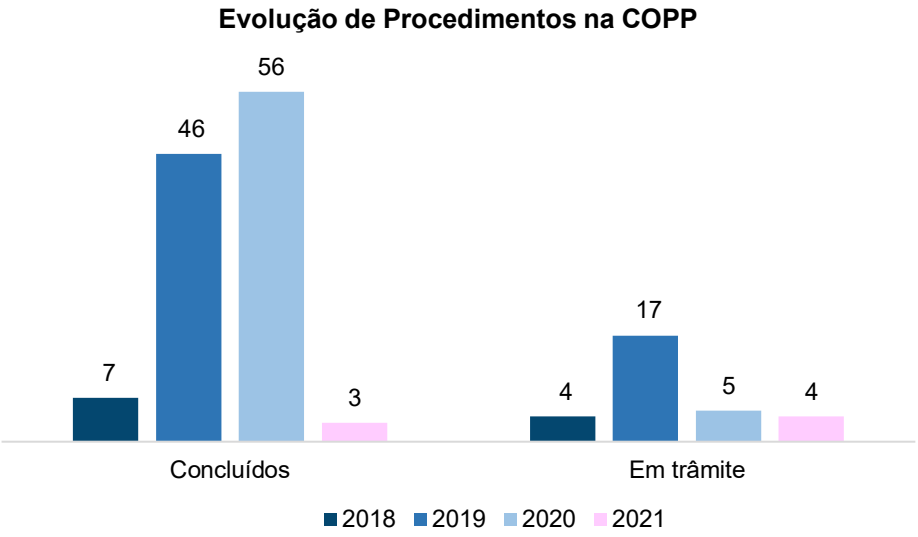
Como resultado, não houve casos de pagamentos acima do teto sem que houvesse tal desconto, considerando as informações apresentadas pelo painel do *Qlik View* que foram alimentadas com dados da folha de pagamento e, ainda, considerando o pagamento por competência.

Outras ações

- Análise da documentação da Prestação de Contas Anual (PCA);
- Análise dos Pontos de Controle da PCA;
- Acompanhamento do envio da PCA e das Prestações de Contas Mensais;
- Acompanhamento de Grupos de trabalho (REINF, LGPD, eSocial, CidadES);
- Controle Externo - TCEES e CNMP;
- Análise e Emissão de Parecer nos Processos de Admissão de Pessoal;
- Ato de Encerramento do Exercício;
- Capacitação do quadro de pessoal;
- Revisão e atualização dos normativos, dos riscos e papéis de trabalho da Audinc;
- Desenvolvimento ou aprimoramento de painéis do *QlikView/Business Intelligence*;
- Participação no Conselho Estadual de Controle Interno (CECI).

Comissão Permanente Processante

Na busca pela atuação de suas(seus) servidoras(es) sempre condizente com a responsabilidade constitucional e com a expectativa da sociedade, o MPES tem, em sua estrutura, a Comissão Permanente Processante (COPP), a quem compete instruir sindicâncias e processos administrativos disciplinares, instaurados em face de servidoras(es) efetivas(os) e comissionadas(os).



Ao longo do ano de 2021, foi instaurado 1 (um) processo administrativo disciplinar. No período, a Comissão deu andamento a todos os procedimentos, não se encontrando nenhum procedimento sem a devida manifestação da COPP.

Atividade investigativa e de inteligência

Laboratório de Extração e Análise de Dados do Ministério Público

A ação relacionada ao Laboratório de Extração e Análise de Dados do Ministério Público (LEAD), desenvolvida pelo Gaeco, teve como objetivo a formalização de protocolos adotados nas extrações de dados de mídias e aparelhos eletrônicos, assim como a aquisição de novas tecnologias e capacitação de servidoras(es).

No ano de 2020, o ambiente foi implementado com as diretrizes processuais e com os equipamentos forenses necessários à atividade. Foi ainda elaborada minuta da formalização dos protocolos em desenvolvimento pela Coordenação do Gaeco e a área técnica da unidade.

O LEAD, em 2021, realizou 154 (cento e cinquenta e quatro) extrações de dados de aparelhos celulares, 110 (cento e dez) mídias copiadas em um total de 137 (cento e trinta e sete) aparelhos.

Observatório de Jurisprudências e Precedentes de Processo Civil e impacto do CPC no Processo Penal

A iniciativa do Núcleo Permanente de Direito Processual Civil e Impactos do Novo CPC (Nuproc) é fruto da necessidade de difundir o conhecimento e a utilização de jurisprudências e teses atualizadas das Cortes Superiores e do TJES em temas de processo civil.

Para isso, busca uma base de comparação entre as jurisprudências e as teses do STF, Superior Tribunal de Justiça (STJ) e TJES em temas de processo civil para averiguar: o entendimento majoritário no âmbito da Corte ou Tribunal; eventual diferença de entendimentos, possibilitando a interposição de recurso pelo *parquet*; ou o reforço do entendimento no Tribunal e nas Cortes Superiores para subsidiar o entendimento a ser defendido pelo MPES.

Essas informações, disponibilizadas em um painel de BI, possibilitarão a criação de um modelo de divulgação de jurisprudências e teses das Cortes Superiores que, eventualmente, poderá ser utilizado pelos Centros de Apoio Operacional para cumprir a previsão do art. 3º, inciso II, da Resolução COPJ nº 022, de 16 de dezembro de 2019.

Assim, no ano de 2021, foi dada continuidade na construção do painel, com a elaboração e formatação da base dados, inserção dos dados no painel de BI e foi iniciada a elaboração dos gráficos e filtros.

Painel de Observatório de Jurisprudências e Teses de Processo Civil: **80%** concluído

Painel Nuproc

Por meio da criação e da disponibilização de um painel de dados da atuação na área processual civil, o MPES terá maior transparência em relação aos dados de sua atuação processual civil.

Com a iniciativa, passa a ser possível visualizar, de forma mais amigável, a efetividade das técnicas processuais utilizadas pelo MPES e, depois, permitir ao Nuproc a sugestão de estratégias de atuação a partir da análise dos dados.

Além de auxiliar na mensuração e na proposição de estratégias, a ferramenta facilita a prestação de contas à sociedade sobre a atuação do Ministério Público.

No ano de 2021, os dados da atuação foram selecionados, organizados e inseridos em ferramenta de BI, com auxílio da AGE.

Pessoas, estrutura e recursos

Novos tempos, sempre

As adversidades impostas pela pandemia da covid-19, infelizmente, continuaram em 2021. A sociedade se viu, por mais um ano, envolta por notícias tristes que vinham acompanhadas de subidas e descidas dos gráficos apresentados na mídia. Excesso de informação e de desinformação. Ingredientes suficientes para desorientar, em alguma medida, cada pessoa.

A passagem do mundo móvel - do contato - anterior à pandemia, para o estático - do isolamento - e, mais recentemente, para o híbrido foi mais rápida do que seria imaginado. Mesmo com a capacidade humana de adaptação à diversos cenários, a situação não foi e não está cômoda.

Diante dessa repentina inconstância na dinâmica social, as instituições e as(os) suas(seus) integrantes estão aprendendo e desaprendendo todos os dias. E o MPES captou bem este mecanismo. A estrutura que possibilitou o ajuste à mudança abrupta em 2020 - quando, praticamente, todas as atividades institucionais foram direcionadas para o ambiente virtual - serviu também para o momento atual, com mais uma opção além do físico e do digital: o regime híbrido.

Essa modalidade de trabalho, que traz na sua essência a oportunidade de aumentar as possibilidades e a acessibilidade, tende a ser um orientador na forma de se pensar nas práticas da vida cotidiana. Ou seja, pode levar ao pensamento não-binário, ou menos monolítico. Experiências envolvendo sentidos e locais diferentes. Realidade virtual. Metaverso. Novos tempos sempre se anunciam.

Foi com esse espírito que o MPES organizou, em agosto de 2021, o II Congresso Estadual de Membras(os) com o objetivo de promover a integração e o aprimoramento técnico das(os) Promotoras(es) e Procuradoras(es) de Justiça da instituição para uma atuação resolutiva na garantia e na defesa dos direitos da sociedade. O evento foi realizado de maneira híbrida, com transmissão ao vivo do auditório do Complexo Administrativo Annina Lícia de Amorim Rubim Grégio, 8º andar, anexo à Procuradoria-Geral de Justiça, em Vitória.

Em novembro, foi a vez do I Congresso de Servidoras(es) do Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Mais uma vez, em modalidade híbrida, as(os) integrantes da casa, de todo o estado, puderam participar de um evento onde foram debatidos temas diretamente interligados às entregas incumbidas às(aos) servidoras(es), como questões de governança, gestão baseada em evidências e assuntos ligados a comportamento, saúde mental, bem-estar emocional e adaptação à nova realidade social e às transformações do modo de execução das atividades laborais.

Nas páginas a seguir, serão apresentadas as ações, os números e os gráficos que demonstram parte do investimento feito no cuidado com às(aos) membras(os) e servidoras(es) do MPES para com os recursos públicos disponibilizados à instituição.

Capacitação e treinamento

O Ceaf vem buscando meios para ampliar e consolidar a gestão do conhecimento, com vistas à transformação da instituição em um ambiente cada vez mais favorável a novas ideias, bem como ao aprendizado e à atualização de membras(os) e servidoras(es) vinculadas(os) aos objetivos estratégicos, sempre com foco no aumento da eficiência e na melhoria da qualidade dos serviços ofertados à sociedade.

A gestão do conhecimento deve fazer parte da cultura da instituição para que todas(os) as(os) colaboradoras(es) entendam a sua importância. Trata-se de um recurso indispensável para a obtenção de melhores resultados, tendo sido esse o propósito do Ceaf.

Entender que o conhecimento é o principal recurso de uma organização coloca o elemento humano no centro de todos os processos de melhoria organizacional. Decorre daí a importância do Ceaf como órgão do MPES, que tem como competência, entre outras, a promoção e o aperfeiçoamento profissional e cultural, a atualização e a especialização do conhecimento de membras(os), servidoras(es) e estagiárias(os), conforme o seu Regimento Interno.

Para fazer frente às demandas institucionais e traçar seu plano de atividades educacionais, o Ceaf contou com a participação dos Centros de Apoio Operacional, dos Grupos Especiais de Trabalho, dos Núcleos e da Gerência-Geral, onde apontaram as demandas necessárias sobre a capacitação por cada área.

Para atingir os seus objetivos, o Ceaf realizou palestras, cursos, encontros, *workshops*, seminários etc. O planejamento e a formatação dos eventos foram baseados não só em exposições teóricas, mas também considera o aspecto prático, utilizando uma metodologia dinâmica e interativa para que o dia a dia de membras(os) e servidoras(es) se torne mais produtivo e motivador, elevando os padrões técnicos e científicos dos serviços prestados pela instituição.

Vale ressaltar que, após a suspensão das atividades presenciais em 2020, o planejamento de 2021 já contemplou a possibilidade da realização de eventos presencias e híbridos, o que exigiu uma nova adequação dos processos, incluindo o aprimoramento no uso das plataformas *Microsoft Office 365* e *Moodle*.

Para suportar o desenvolvimento intelectual do MPES, o Ceaf tem, ainda, em sua estrutura o Serviço de Pesquisas (SEPE), responsável por estudos científicos relacionados ao direito, que, em 2021, realizou as seguintes atividades:

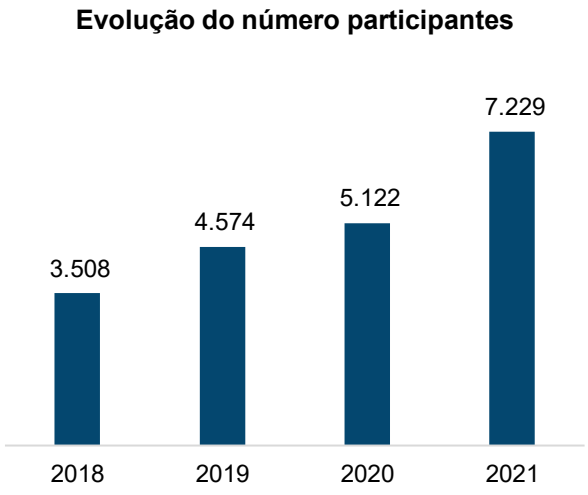
1. Atualização das informações para o Projeto Observatório de Jurisprudências e Precedentes de Processo Civil e Impacto do CPC no Processo Penal (auxílio ao Nuproc);
2. Atualização do acompanhamento de IRDRs e IACs do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo (auxílio ao Nuproc);
3. Painel de Cursos do Ceaf: atualização de informações (auxílio ao SEVE e SADM);
4. Apoio Técnico-Administrativo nos trâmites necessários para o desenvolvimento das atividades da Revista JURISMPES.

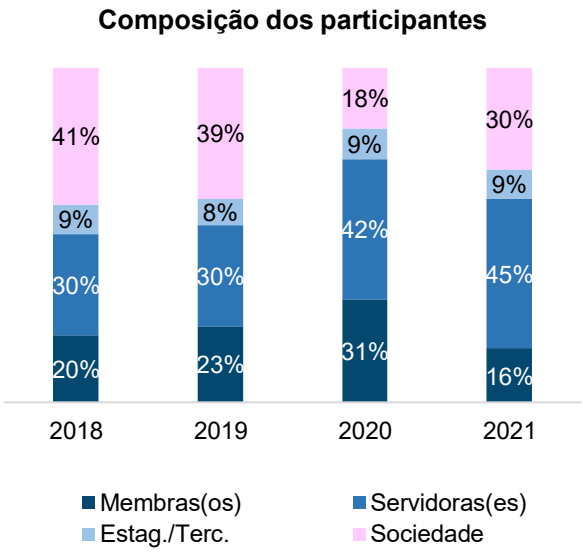
Diante do cenário ainda pandêmico de 2021, a Biblioteca do Ceaf funcionou remotamente, mas com a possibilidade de agendamento de atendimento presencial, destacando o acesso aos acervos digitais a seguir:

- *Sistema Magister Net* de pesquisa jurídica online, integra o conteúdo de tribunais e o seu próprio em uma única plataforma para fornecer acesso fácil à jurisprudência, legislação e artigos doutrinários aos usuários da Biblioteca;
- *Biblioteca Digital Proview* contempla atualmente 1.530 (mil quinhentos e trinta) livros de diversas áreas do Direito, com destaque para publicações de autoras(es) renomadas(os) sobre o Novo Código de Processo Civil. Possui várias funcionalidades que permitem interagir com os livros eletrônicos a qualquer hora e em qualquer lugar, garantindo qualidade e produtividade na rotina profissional e acadêmica dos operadores do direito - *90.353 acessos em 2021*;
- *Revista dos Tribunais Online*, trata-se de uma plataforma de periódicos jurídicos contendo acervo de 38 (trinta e oito) títulos de revistas, aproximadamente 2.670 (dois mil seiscentos e setenta) volumes, com acesso à jurisprudência, à legislação atualizada e histórica, súmulas e juristendência - *6.038 (seis mil e trinta e oito) acessos em 2021*;
- *Biblioteca Digital Fórum de Livros*, trata-se da assinatura da 5ª e 9ª séries de livros digitais da Plataforma Fórum.

INICIATIVAS E CAPACITAÇÕES

O Ceaf realizou 3 (três) capacitações presenciais, 2 (dois) Congressos em modalidade híbrida (presencial e virtual pelo *Teams*), 88 (oitenta e oito) capacitações por meio da plataforma *Teams* e 2 (dois) cursos no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), com um total de 7.229 (sete mil duzentos e vinte e nove) participantes [43% (quarenta e três por cento) de aumento em relação a 2020].





Foi possível constatar que os eventos na modalidade virtual (ou híbrido) ampliaram o número de participantes nos anos de 2020 e 2021. O que reforça a importância desses meios digitais de divulgação do conhecimento tanto para público interno, sobretudo membras(os) e servidoras(es) do interior do estado, quanto para o externo (sociedade). Tais ferramentas possibilitaram também a realização de parcerias com outros Ministérios Públicos e, ainda, a realização de eventos nacionais com a Escola Nacional do Ministério Público (ENAMP) e o Colégio de Diretores de Escolas e Centros de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional dos Ministérios Públicos do Brasil (CDEMP).

Gestão de Pessoas

PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO DA CREH

A percepção da necessidade de inovação tornou-se pungente, principalmente em relação à utilização de novas técnicas e métodos de trabalho que visam à eficiência, à eficácia e à efetividade dos resultados dos trabalhos realizados pela Coordenação de Recursos Humanos, reforçando, principalmente, as singularidades das atribuições de cada Serviço da Coordenação, a saber: Controle de Pessoal, Registros e Benefícios e Folha de Pagamento.

Nesse momento, evidencia-se o início de uma reformulação da CREH, fruto de um trabalho conjunto e engajado de todas(os) as(os) servidoras(es). A nova Coordenação, com o apoio da Administração Superior por meio da Gerência-Geral, busca a descentralização, o aprimoramento, a organização das atividades e da estrutura, a profissionalização do seu quadro de pessoal através de treinamentos voltados para novas técnicas de trabalho, bem como a redistribuição das atribuições, a delegação de competências, entre outras atuações visando à estruturação de uma Gestão Estratégica de Pessoas.

Além disso, a implantação do programa e dos projetos propostos visa criar um ambiente de trabalho com condições favoráveis à inovação, à qualidade de vida e à segurança no trabalho, além do estímulo à adoção de práticas de mecanismos de gestão e reconhecimento da força de trabalho de membras(os), servidoras(es) e demais colaboradoras(es), de forma a instituir os pilares de uma cultura orientada por resultados, que incentive as pessoas a alcançarem níveis superiores de desempenho, favorecendo a produtividade e a qualidade da atuação do MPES.

Sinteticamente, a CREH espera que o trabalho de modernização alcance os seguintes resultados:

1. Mapeamento de todos os processos de trabalho da CREH, com construção inicial de fluxos e manuais operacionais das atividades de execução da Coordenação de Recursos Humanos, bem como indicações de necessidade de alteração de normativas e melhorias sistêmicas;
2. Atendimento pontual e assertivo às exigências legais dos órgãos externos (Governo Federal, TCEES, IPAJM);
3. Instituição da Política de Gestão Estratégica de Pessoas no âmbito do MPES voltado para a valorização e o desenvolvimento do capital humano.

No ano de 2021, foram desenvolvidas diversas ações voltadas para a qualidade de vida e da saúde mental, temas que ganharam ainda mais relevância em virtude da pandemia da covid-19:

- Campanha Janeiro Branco "Quem cuida da Mente floresce a vida";
- Realização, em parceria com o Ceaf, de 6 (seis) encontros do Ciclo de Palestras sobre Qualidade de Vida no Trabalho e Relacionamentos Saudáveis;
- Publicação da Portaria PGJ nº 483, de 10 de agosto de 2021, que instituiu o Comitê de Prevenção e Enfrentamento dos Assédios Moral e Sexual no âmbito do MPES;

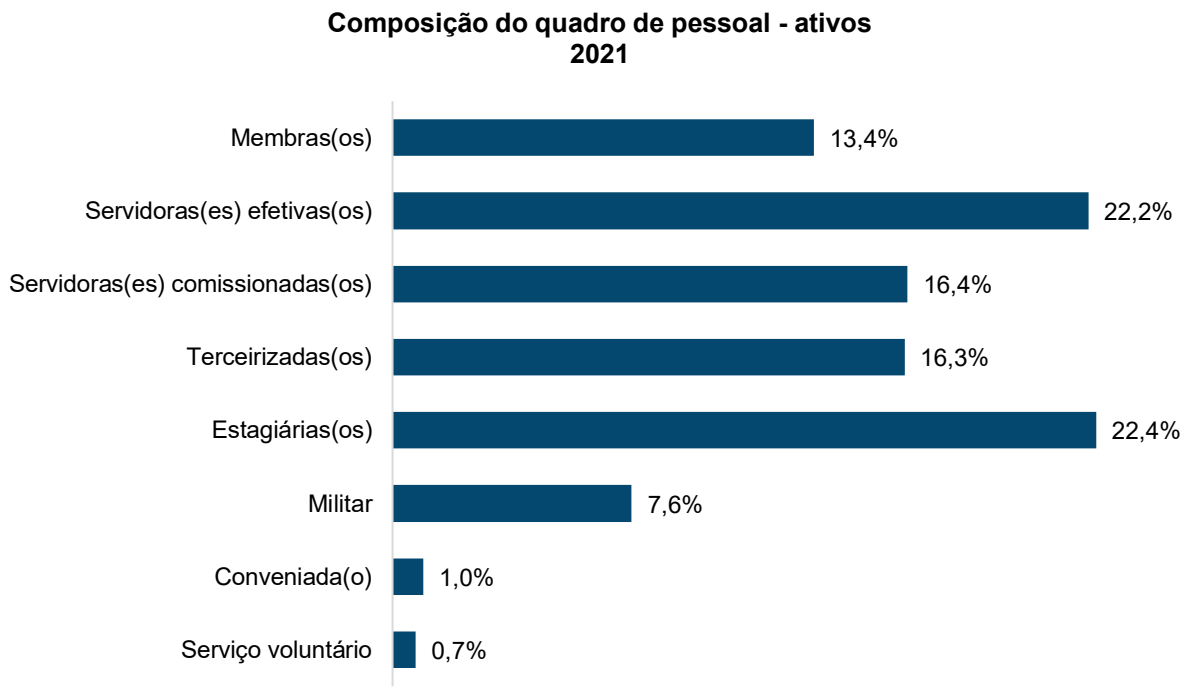
- Elaboração e apresentação à Administração Superior do programa de Saúde Mental no MPES;
- Aprimoramento e continuidade do atendimento do Serviço Social na CREH.

Como etapas já conquistadas e que servirão de sustentáculos para ações futuras, destacam-se as ações abaixo relacionadas:

- Elaboração e apresentação à Administração Superior do projeto de continuidade da Gestão por Competências no MPES;
- Publicação da Portaria PGJ nº 599, de 10 de setembro de 2021, que instituiu a Política de Gestão Estratégica de Pessoas no âmbito do MPES;
- Publicação do convênio MP nº 025/2021 de cooperação mútua com a ESESP - Escola de Serviço Público do ES, visando, entre outros, o Projeto de Escola de Líderes;

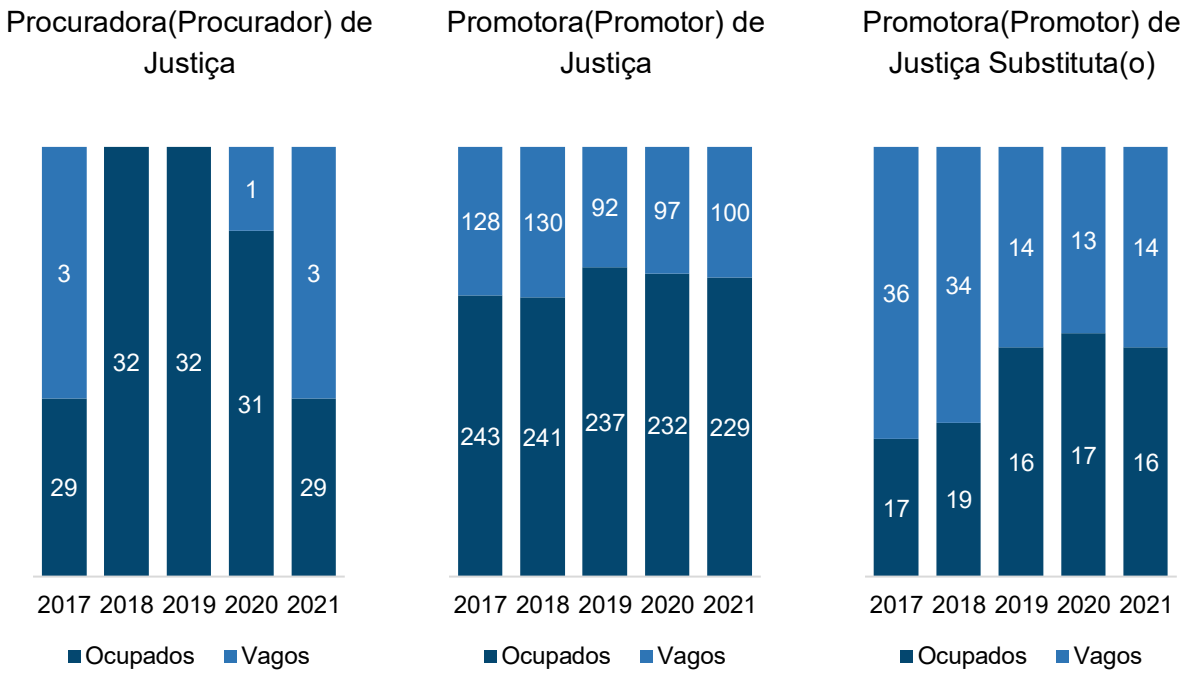
QUADRO DE PESSOAL

Em 2021, o quadro de pessoal ativo do MPES, membras(os), servidoras(es), estagiárias(os), terceirizadas(os), militares à disposição, servidoras(es) cedidas(os) por convênio e prestadoras(es) de serviço voluntário, totalizou 2.049 (duas mil e quarenta e nove) pessoas em atividade na Procuradoria-Geral de Justiça e nas Promotorias de Justiça.

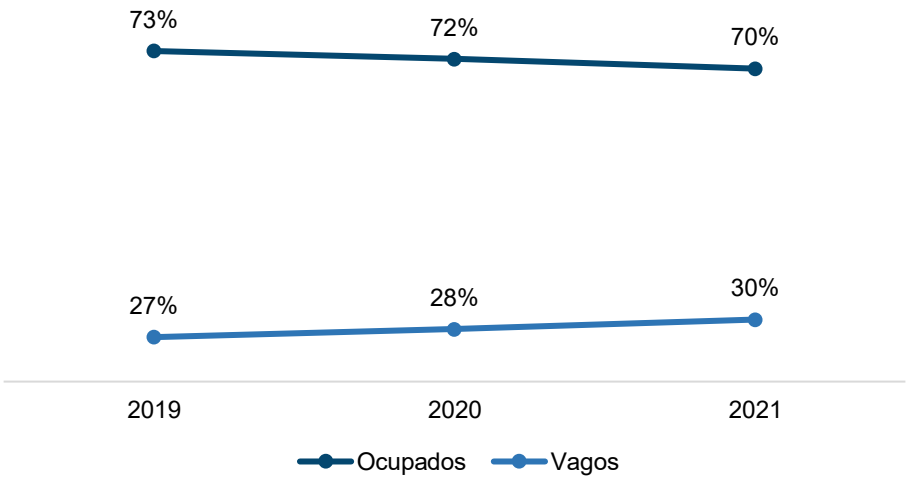


Importante destacar que o quantitativo do quadro de membras(os) e servidoras(es) foi alterado pela Lei Estadual nº 11.023, de 30 de julho de 2019. A partir dessa alteração, o quantitativo do quadro de membras(os) passou de 456 (quatrocentos e cinquenta e seis) cargos para 391 (trezentos e noventa e um). O detalhamento encontra-se no quadro demonstrativo a seguir:

Evolução do quadro de membras(os) do MPES



Evolução do percentual de cargos ocupados



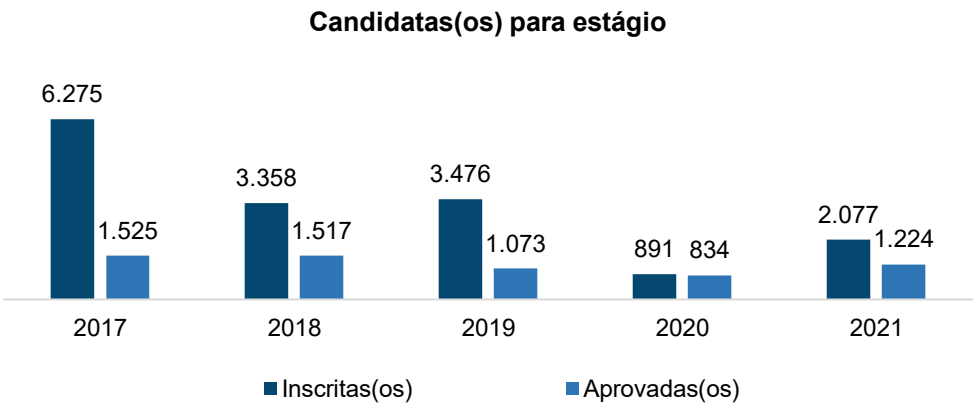
Em relação ao quadro de servidoras(es), o percentual de cargos vagos ficou em 13% (treze por cento) no ano de 2021, igual ao apurado em 2020.

Quadro de cargos administrativos do MPES 2021				
Cargo	**Função**	**Ocupado**	**Vago**	**Total**
Agente de Serviços (quadro suplementar)	Administrativo	6	0	6
Agente de Apoio	Administrativo	288	32	320
	Informática	13	0	13
Agente Técnico	Todas	62	22	84
Agente de Promotoria	Secretaria	9	1	10
	Assessoria	69	9	78
Agente Especializado	Todas	7	5	12
Total		**454**	**69**	**523**

Em relação à promoção funcional, no ano de 2021, 276 (duzentas e setenta e seis) servidoras(es) passaram pelo processo. Somam-se a estes outros 436 (quatrocentos e trinta e seis) processos que tratam, majoritariamente, de avaliação de desempenho de servidoras(es) e de conclusão de estágio probatório.

No que diz respeito à seleção para estagiária(o), cabe enfatizar que, nos anos de 2020 e 2021, a Comissão de Seleção de Estagiários (COES/MPES) realizou profundas mudanças na rotina e no formato de aplicação de provas que contribuíram significativamente para o aumento da eficiência e para a celeridade dos processos seletivos. O modelo de provas impressas foi substituído pelo virtual, impactando sensivelmente nos resultados, reduzindo custos e aumentando a produtividade. A implementação de uma plataforma para aplicação de provas online, desenvolvida em parceria com a CINF, foi especialmente relevante num ano em que o surto da Covid-19 transformou a vida das pessoas e das instituições. Medidas adotadas para conter a transmissão do vírus, como o isolamento social, forçaram a adoção de estratégias que viabilizassem a continuidade da prestação dos serviços, sem deixar de lado a preservação da saúde.

Inúmeros foram os benefícios alcançados com o desenvolvimento da plataforma, dentre os quais destacamos a redução dos custos com a impressão de provas e com a eliminação da necessidade de disponibilização de espaços físicos; o aumento da adesão das(os) candidatas(os) aos processos seletivos, com a consequente redução das ausências e o maior índice de aprovações; e, ainda, a correção automática das questões objetivas, permitindo o conhecimento imediato da nota pelas(os) candidatas(os).



Em relação aos convênios celebrados com instituições de ensino superior, a COES finalizou o ano de 2021 com 56 (cinquenta e seis) parcerias para concessão de estágio supervisionado de graduação e pós-graduação.

No segundo semestre de 2021, a COES apresentou à Subprocuradora-Geral de Justiça Administrativa, a quem compete fiscalizar as atividades da comissão, um plano de trabalho a ser executado a partir de 2022, que prevê a realização de 2 (duas) provas gerais anuais de graduação e pós-graduação, com datas pré-estabelecidas no primeiro e segundo semestres de cada ano, contemplando todas as áreas, com possibilidade de abertura de concurso específico apenas nos casos excepcionais. Tal medida elimina os processos de seleção realizados sob demanda, que geram sobrecarga de trabalho com múltiplos concursos anuais, que podem ser unificados e realizados em datas pré-estabelecidas, garantindo mais previsibilidade e eficiência, permitindo que os órgãos de execução gerenciem adequadamente seu quadro de estagiárias(os) e se planejem com antecedência ao demandarem a contratação de estagiárias(os).

Tecnologia e Inovação

SERVICE DESK

Após grandes alterações implementadas em 2020 em função da nova modalidade de trabalho implantado no MPES, especialmente por conta da pandemia global da Covid-19, em 2021, foram aprimoradas as formas de atendimento nos serviços de *Service Desk*. O aumento expressivo de atendimentos remotos, o grande volume de ligações e o suporte a equipamentos pessoais continuaram sendo desafios que acarretaram uma crescente demanda à Central de Serviços, o que, por diversas vezes, sobrecarregou as linhas de atendimento.

Foi licitado, em 2021, um novo projeto para contratação de serviços de *Service Desk*, considerando a necessidade de um contrato mais adequado, promovendo ajustamento/inclusão dos indicadores e requisitos, assim como a inclusão de novos perfis de atendimento técnico (Ticket Manager, CallCenter, Perfil Sistemas, Perfil Gampes e Coordenador N2), e a extensão dos horários de atendimento de 1º nível (remoto) e 2º nível (presencial) visando melhorar a qualidade dos serviços ofertados.

Neste novo contrato, elevou-se o nível das requisições de certificações para os técnicos de atendimento de *Service Desk*, com objetivo de proporcionar uma maior qualidade nos atendimentos prestados, num menor tempo. Além disso, foram produzidos recursos de autoatendimento, como bases de conhecimento, FAQ's e vídeos tutoriais de instalação e configuração, visando principalmente não sobrecarregar a Central de Serviços e proporcionar maior celeridade nos atendimentos.

Ainda em 2021, foi implementado, também, junto com o novo contrato, o atendimento automatizado (*chatbot*) por meio do WhatsApp ou *Microsoft Teams*. Atualmente com ele é possível abrir, consultar, listar, fechar e encerrar chamados, o que proporciona maior celeridade e reduz o volume de ligações na Central de Serviços.

A colaboração de equipes internas do MPES foi fortalecida por meio de grupos na plataforma *Teams*, de maneira mais ágil e objetiva, para sanar dúvidas e problemas que chegam pela Central de Serviços. Promoveu-se, ainda, uma profunda reciclagem no atendimento por meio de treinamentos e a substituição dos profissionais, visto a necessidade de maior adequação técnica e comportamental das(os) atendentes, visando aperfeiçoar a qualidade e produtividade da equipe.

Durante o ano, continuou o aperfeiçoamento do ITIL (*Information Technology Infrastructure Library*) nos serviços do Service Desk, que é um conjunto de boas práticas de TI, com a implantação/aprimoramento dos módulos de Gerenciamento de: Incidentes; Requisições; Conhecimento; Catálogo de Serviço; Problemas; Mudança, Liberação e Implementação; Ativo e Configuração de Serviço; Nível de Serviço; e Disponibilidade.

Em 2021 foram abertos mais de 136 (cento e trinta e seis) mil chamados no *Service Desk*.

AQUISIÇÕES DE TI

As aquisições de maior relevância em 2021 foram:

350 (trezentos e cinquenta) notebooks	Considerando o novo cenário das atividades sendo executadas no regime de "*Home Office*", a aquisição foi necessária para atender o aumento das demandas por equipamentos que proporcionem uma mobilidade adequada e facilidade no desempenho das atividades.
90 (noventa) switches	Aquisição para atender novas demandas e possibilitar a substituição de vários outros que estão funcionando parcialmente (com portas queimadas), sem suporte e garantia do fabricante no parque computacional da instituição. Com isso, diminui-se consideravelmente o risco de indisponibilidade de rede devido à queima desses equipamentos.
Webcams e equipamentos de videoconferência	Possibilitar a realização de videoconferência com maior número de pessoas em salas de reunião, como também permitir maior eficiência em reuniões, oitivas, audiências, atendimentos e na gravação audiovisual. Esses equipamentos estão em processo de entrega da Contratada, e, em seguida, serão instalados nas Unidades Ministeriais.
520 (quinhentos e vinte) monitores	Substituição de equipamentos obsoletos e fora da garantia proporcionando melhoria às(aos) usuárias(os) na utilização dos recursos computacionais e, principalmente, redução dos custos de manutenção.
257 (duzentos e cinquenta e sete) computadores	Substituição de equipamentos obsoletos e fora da garantia proporcionando melhoria às(aos) usuárias(os) na utilização dos recursos computacionais e, principalmente, redução dos custos de manutenção.
56 (cinquenta e seis) nobreaks	Atender novas demandas e substituir equipamentos fora da garantia.
Rede Wireless nas unidades ministeriais	Uma solução de rede sem fio em uma rede local tornou-se item indispensável para os dias atuais, dado o número crescente de equipamentos que possuem apenas interface sem fio e que precisam por algum motivo ingressar na rede, como tablets e celulares, também equipamentos já utilizados na rede cabeada como notebooks. Dessa forma, é notório que os serviços oferecidos às(aos) clientes internas(os) e externas(os) do MPES necessitam de que esses sejam fornecidos também através de uma rede sem fio
Novo Firewall	Empresa especializada para prestação de Serviço de Segurança de Perímetro com uso de *firewall* tipo *"Next Generation Firewall – NGFW",* incluindo instalação, manutenção e suporte especializado.

INFRAESTRUTURA DE TI

No ano de 2021, para a renovação do parque de computadores, aproximadamente 360 (trezentos e sessenta) desktops foram distribuídos para as unidades do interior (norte e sul) substituindo os equipamentos com data de ingresso anterior a 2017.

Foram distribuídas, também, 24 (vinte e quatro) webcams para as unidades onde faltavam esse tipo de equipamento para uso compartilhado em reuniões e oitivas. Em 2022, serão entregues novos equipamentos de videoconferência, ampliando os recursos para a atividade ministerial.

A seguir, outras entregas importantes da equipe de Infraestrutura em 2021 foram:

- Término de implantação link Internet Algar Telecom;
- Implantação de link Internet BR Digital Telecom;
- Aquisição de licenças Autodesk;
- Migração de localidades para rede MetroES - em andamento;
- Implantação de nova solução de Firewall;
- Estudo técnico e desenvolvimento de Termo de Referência para:
    - Renovação contrato ambiente HPe - Redes e blade;
    - Renovação contrato ambiente HPe - Storage;
    - Implantação de nova solução de Service Desk e *chatbot*;
    - Implantação de nova solução de Telefonia IP- em andamento;
    - Implantação de nova solução de *Outsourcing* de impressão - em andamento;
    - Implantação de nova solução de WIFI para interior do Estado - em andamento;
    - Implantação de nova solução de Antivírus Corporativo - em andamento;
    - Nova solução de Fortianalyzer - em andamento;
    - Implantação de nova solução de nova rede MPLS abrangendo todas as promotorias do Interior do estado do ES - em andamento;
    - Manutenção preventiva e corretiva de Nobreaks da sala de telecom - em andamento;
    - Migração de demais promotorias da Grande Vitória para rede MetroES - Fase 2;
    - Aquisição de Televisores;
    - Aquisição de Fitas de Backup - em andamento;
- Atuação em conjunto com ASCM - campanha de segurança da Informação para membras(os), servidoras(es) e colaboradoras(es) MPES;
- Atuação junto ao Gaeco - reestruturação do ambiente de TI do Gaeco - aumento do link MPLS, migração de servidores do LAB e do Gaeco para Datacenter MPES;
- Apoio técnico nas eleições do MPES em 2021;
- Estudo técnico e desenvolvimento de TR de Atas de Registro de Preços;
    - Webcam e equipamentos de videoconferência;
    - Microfones para conferência;
    - Caixas de som para PC;
    - Cabeamento;
    - Materiais de Infraestrutura;
    - Solução de áudio e vídeo para salas de reunião e videoconferência;
    - Switches L2 Gerenciáveis;
    - Computadores;
    - Nobreaks – em andamento;
    - Notebooks – em andamento;

  - Certificados;
  - Monitores;
- Apoio técnico para ASI em:
  - Implantação de solução de pórticos;
  - Sistemas CFTV.

Uma menção especial aos contratos abaixo, tendo em vista a importância dos mesmos dentro contexto Institucional, a alta complexidade, bem como o aspecto inovador das propostas:

- Nova solução de *Service Desk* e *chatbot* – implantado;
- Nova solução de Telefonia IP - implantação em andamento;
- Nova solução de *Outsourcing* de impressão - implantação em andamento;
- Nova solução de *Firewall* – implantado;
- Nova solução de WIFI - implantação em andamento.

SISTEMAS

NEXUS

As principais entregas relacionadas ao sistema Nexus em 2021 foram:

- Adequações contínuas para o CidadES Folha;
- Desenvolvimento do eSocial;
- Reuniões de alinhamento para as entregas das garantias do projeto;
- Desenvolvimento de melhorias evolutivas nos módulos já implantados.
- Levantamento de escopo, desenvolvimento e testes para implantação do CidadES Contratações;
- Levantamento de escopo e entrega de proposta para implantação do Inventário Nexus;
- Levantamento de escopo para implantação do processo de Leilão (em desenvolvimento aguardando novas definições);
- Acompanhamento mensal das atividades contratuais (suporte, Basis, Desenvolvimento e Licenças);
- Acompanhamento de reuniões e estudo para implantação do eConsig;
- Implantação do módulo Férias servidoras(es) no portal da(o) usuária(o);
- Implantação do módulo Férias membras(os);
- Implantação do módulo de Férias indenizatórias servidoras(es) (automatizado);
- Implantação do módulo Auxílio Creche no portal da(o) usuária(o);
- Implantação do módulo Estrutura de Pessoal para o CidadES.

Gampes

- No ano de 2021, foram realizadas 734 (setecentas e trinta e quatro) alterações no sistema Gampes, dentre melhorias, evoluções e correções, tendo sido publicados 106 (cento e seis) pequenas novas versões do sistema ao longo do ano;
- Dentre as principais alterações encontram-se a evolução do sistema para autos eletrônicos, o plantão eletrônico, sigilo dos documentos eletrônicos, bem como as evoluções na infraestrutura visual do sistema;
- Migração do controle e versionamento de código para o Github com uma estrutura mais moderna.

Demais Sistemas

- Criação de uma versão inicial para a Carteira Funcional Eletrônica.
- Atualização e manutenções: App MPES Cidadão, Atualização Cadastral, Sistema Inova, Inventário para o ano de 2021, Site, Intranet, Portal da Transparência, Leilão, Eleição e Ouvidoria.
- Novo Dimpes - em implantação
- Novo Site - em desenvolvimento
- Integração via webservice com o cadastro nacional de membras(os) - em homologação
- Integração do Gampes e Ouvidoria
- Melhorias no Ceaf (Provas Online e Ceaf Curso)
- Na parte de relatórios e BI, foram realizadas atualização e manutenção dos painéis existentes e melhoria a consolidação de dados históricos.

Gestão da Infraestrutura Física

A Coordenação de Engenharia (COEN) do MPES é responsável por planejar, organizar, executar, fiscalizar e controlar as atividades técnicas de arquitetura e engenharia necessárias à instituição.

Para realizar as suas atividades, a estrutura se divide basicamente em 3 (três) núcleos, a saber:

- **Obras/projetos** - desenvolve atividades, tais como: elaboração de pareceres técnicos; especificações/projetos básicos para contratações; elaboração de layout de ambientes; elaboração de projetos e detalhes arquitetônicos; gerenciamento de projetos complementares ao de arquitetura; elaboração de planilhas orçamentárias base para contratação de obras e serviços técnicos; fiscalização de obras, reformas e serviços técnicos contratados; gestão administrativa de contratos; gestão do sistema Geo-Obras; análise de laudos de avaliação; visita técnica nos imóveis pretendidos para locação.
- **Manutenção** - executa pequenos reparos nas unidades do MPES, compreendendo todas as edificações, próprias ou não, em todo o Estado do Espírito Santo. São desenvolvidas as seguintes atividades: reparos em instalações elétricas (luminárias, tomadas, interruptores, quadros elétricos, etc.); manutenção em instalação hidráulicas (aparelhos hidrossanitários, bancadas, metais, tubulações, caixas, etc.); manutenção em ar condicionado (limpeza, revisão, instalação, manutenção, etc.); correções em revestimentos brutos e finos (como forros, pisos cerâmicos, emassamento, pintura, etc.); manutenção de coberturas; limpeza de reservatórios de água; ajustes, correções e instalação de esquadrias; reparos em coberturas (telhados, calhas e lajes); revisão e reparos pavimentações externas; paisagismos.
- **Administrativo** - é responsável por dar o suporte às demandas administrativas, tais como: apoio na elaboração de estudos técnicos, projetos básicos e termos de referência; gestão de contratos; pagamentos de contratos; controle orçamentário da COEN.

Dentre as atividades desempenhadas pela COEN, em 2021, destacam-se:

- Avaliações imobiliárias: 2 (dois) imóveis no Município de Vitória, 2 (dois) imóveis no Município de Viana, 2 (dois) imóveis no Município de Domingos Martins e 1 (um) imóvel no Município de Vila Velha;
- Alterações de layouts nos imóveis do Gaeco-Norte, no gabinete da Assessoria de Integração e Relações Externas (ARSE) na Sede da PGJ, na Corregedoria na Sede da PGJ, e Promotoria de Justiça de Colatina.
- Orçamentos de obras e reformas:
  - Reforma da Sede e do Complexo Administrativo da Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ) do ES - MPES;
  - Serviços emergenciais de na cobertura e garagem das Promotorias de Justiça de São Mateus e de Serra;
  - Serviços emergenciais para impermeabilização de reservatório superior (caixa d'água) da Promotoria de Justiça de Iúna;
- Assinatura e gestão de contratos de serviços;
- Manutenções preventivas e corretivas, bem como, adaptações necessárias para o bom funcionamento das unidades do MPES.

Gestão financeira e orçamentária

É grande a responsabilidade de gerir o Ministério Público, pois, além de sua envergadura constitucional, existe o desafio orçamentário, uma vez que os recursos disponíveis estão aquém de sua real necessidade para fazer frente às demandas da sociedade.

Oportuno ressaltar aqui, a título exemplificativo, que, não obstante o fato de o MPES estar ladeado ao Poder Judiciário em todo o território do estado, o nosso orçamento corresponde a um pouco mais de 1/3 (um terço) do orçamento daquele Poder.

Dessa forma, o MPES realizou relevante engenharia orçamentária em curto espaço de tempo para enfrentar os desafios financeiros advindos do período ainda pandêmico, sem se descuidar da excelência na consecução de todas as suas atribuições, reforçando, assim, o seu ideal de se fazer tudo com os recursos disponíveis.

A execução orçamentária/financeira/contábil no exercício financeiro de 2021 deu continuidade ao processo que já havia marcado o exercício de 2020, no sentido da contenção de gastos, tendo em vista a conjuntura econômica nacional e estadual que levou a Administração Pública a promover cortes orçamentários/financeiros e ao estado de calamidade contra a pandemia da Covid-19.

A despesa de pessoal atingiu a participação percentual de 1,53% (um inteiro e cinquenta e três centésimos por cento) na apuração do Relatório de Gestão Fiscal no exercício de 2021.

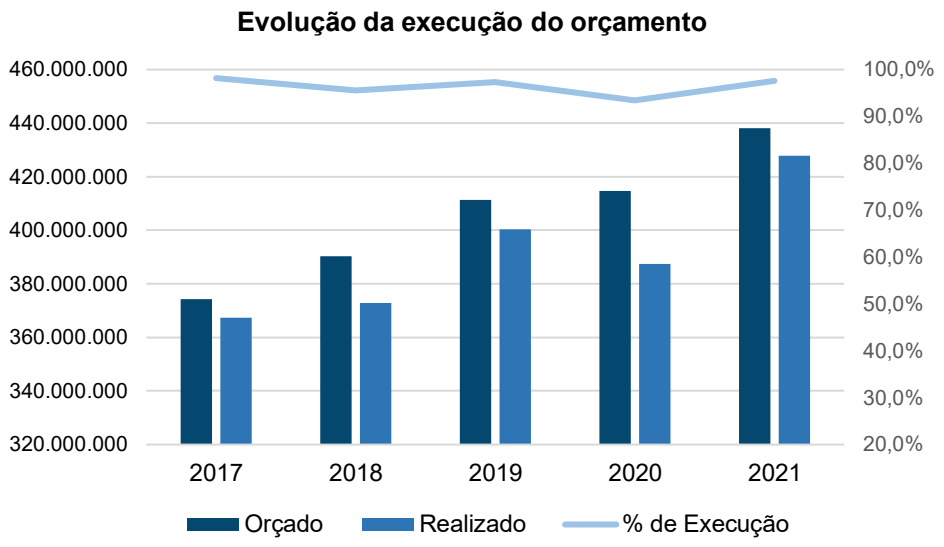
A gestão orçamentária do MPES foi realizada dentro da programação prevista, buscando a otimização dos processos administrativos com a implantação do Propad, do Sei! e de sistemas que possibilitam a análise de custos e a economia de materiais e outros, como o SAP/Nexus que iniciou a execução financeira em 2019.

Assim, os dados abaixo apresentados ilustram o cuidado com a gestão orçamentária no MPES.

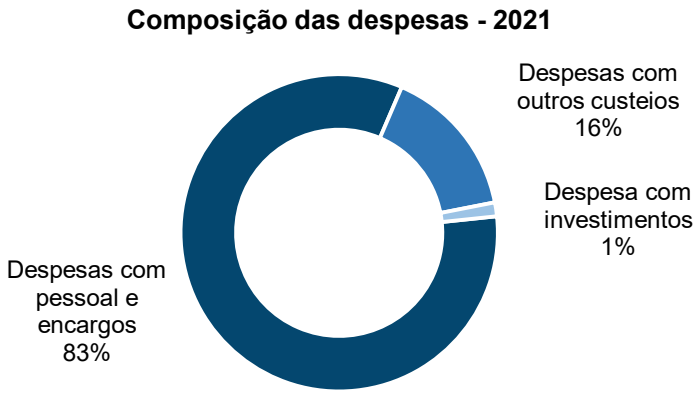
ORÇAMENTO

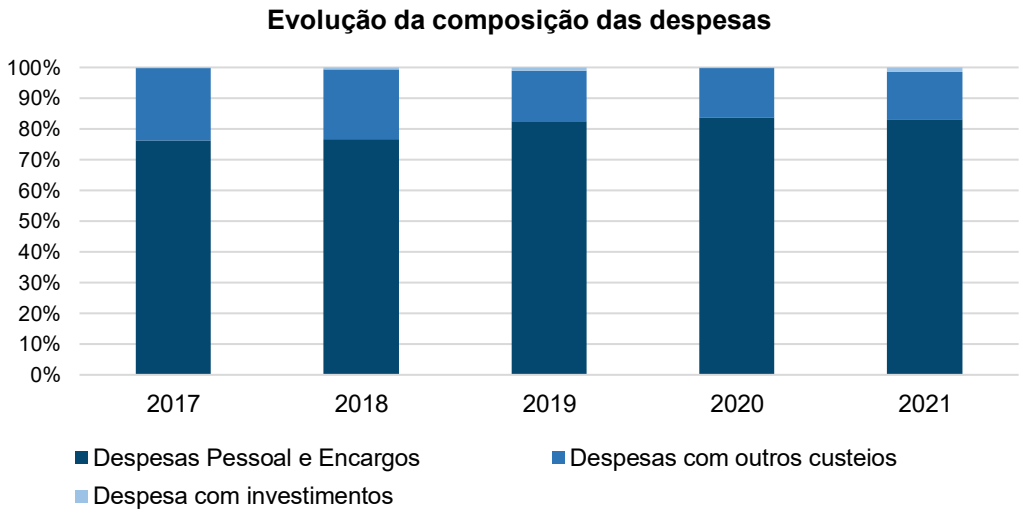
Evolução do Orçamento do MP			
Exercício	**Orçado**	**Realizado**	% de Execução
2017	R$ 374.308.835	R$ 367.479.110	98,2%
2018	R$ 390.299.876	R$ 372.763.871	95,5%
2019	R$ 411.362.850	R$ 400.431.194	97,3%
2020	R$ 414.718.112	R$ 387.470.985	93,4%*
2021	R$ 438.118.112	R$ 427.902.665	97,7%

*Queda do percentual de execução no exercício de 2020 justificada pela retenção de até 4% (quatro por cento) do duodécimo, em razão de acordo firmado entre as instituições do Estado. Valores esses que foram devolvidos ao MPES no fim do referido exercício, ou seja, sem possibilidade de execução ainda em 2020



Da análise do Balanço Orçamentário, verificou-se que as despesas de pessoal e os encargos possuem maior representatividade sobre o total da despesa fixada.





EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - MPES

Segundo a Lei nº 4.320/1964, a execução financeira demonstra a receita e a despesa orçamentária, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte.

O MPES iniciou o exercício financeiro de 2021 com disponibilidade de caixa no total de **R$ 52.759.188,76** (cinquenta e dois milhões, setecentos e cinquenta e nove mil, cento e oitenta e oito reais e setenta e seis centavos). Os repasses recebidos totalizaram **R$ 414.718,112,04** (quatrocentos e quatorze milhões, setecentos e dezoito mil, cento e doze reais e quatro centavos). Deste, o valor de **R$ 35.753.124,84** (trinta e cinco milhões, setecentos e cinquenta e três mil, cento e vinte e quatro reais e oitenta e quatro centavos) foi retido para as compensações financeiras do IRRF referentes às folhas de pessoal da instituição. E foi transferido ao FUNPES, para a complementação das folhas de pagamento de inativos e pensionistas, o valor de **R$ 43.642.192,78** (quarenta e três milhões, seiscentos e quarenta e dois mil cento e noventa e dois reais e setenta e oito centavos), em conformidade com a Lei Complementar nº 282, de 22 de abril de 2004.

Para o exercício financeiro de 2021, ficou inscrito em Restos a Pagar o valor de **R$ 6.131.896,47** (Seis milhões, cento e trinta e um mil, oitocentos e noventa e seis reais e quarenta e sete centavos); deste, foi pago o valor de **R$ 4.285.747,93** (Quatro milhões, duzentos e oitenta e cinco mil, setecentos e quarenta e sete reais e noventa e três centavos).

Os repasses da SEFAZ são mantidos em conta de aplicação desta instituição até a sua utilização na liquidação das despesas executadas. Esse procedimento gerou um rendimento no valor de total de **R$ 1.426.255,42** (Um milhão, quatrocentos e vinte e seis mil, duzentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e dois centavos).

As despesas pagas no exercício no valor total de **R$ 375.989.478,09** (Trezentos e setenta e cinco milhões, novecentos e oitenta e nove mil, quatrocentos e setenta e oito reais e nove centavos)

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - FUNEMP

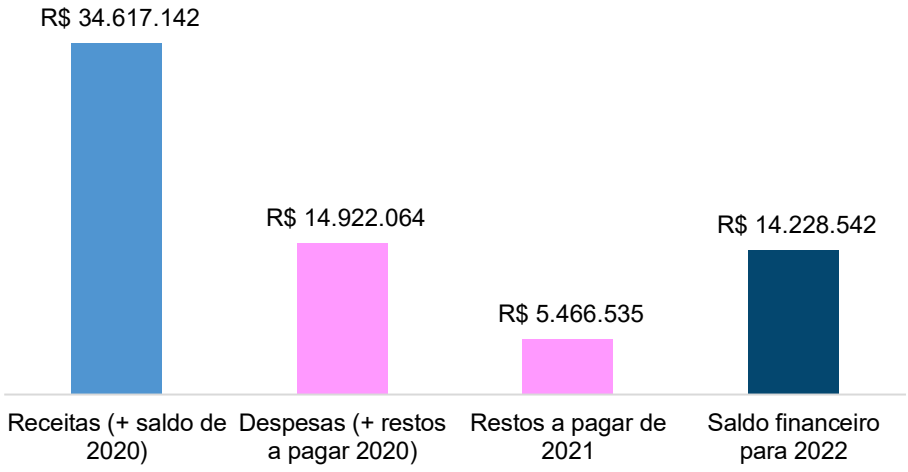
As despesas realizadas com recursos do Fundo Especial do Ministério Público do Estado do Espírito Santo (FUNEMP) foram destinadas, principalmente, para projetos de investimentos da instituição, como a reforma na Sede e no Complexo Administrativo.

Outros investimentos foram realizados na área de TI, como a manutenção e as melhorias do Sistema Integrado de Gestão ERP, o suporte técnico e a manutenção da sala cofre e a aquisição de software Microsoft na modalidade Enterprise Subscription Agreement (EAS).

Além desses, as despesas com estagiárias(os) e as despesas operacionais pelos custos da emissão e processamento das guias oriundas das Serventias Cartorárias também foram realizadas com recursos do Fundo.

Isso posto, ressalta-se que todas as receitas e despesas realizadas foram analisadas e aprovadas pelo Conselho Gestor do FUNEMP, conforme determina a legislação respectiva vigente.

Resumo da Execução Orçamentária - FUNEMP 2021



DESPESAS DE CUSTEIO

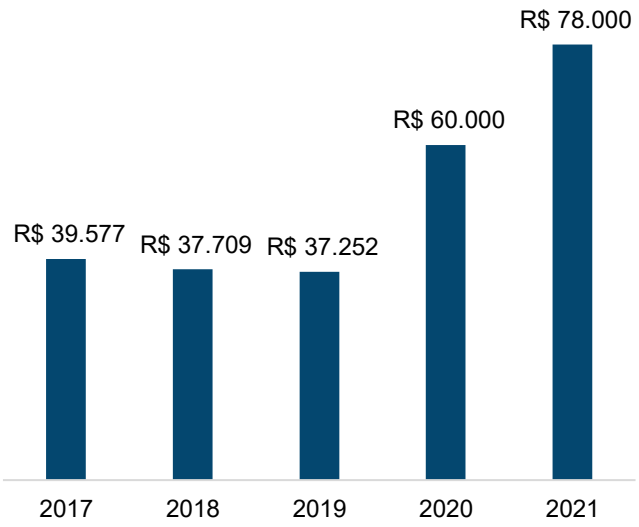
Importante destacar que após a diminuição de despesas de custeio ocorrida em 2020 - em parte pelos efeitos da pandemia, diante da suspensão do expediente presencial nas unidades ministeriais e da renegociação de contratos - os valores apresentados em 2021 tiveram, em regra, algum acréscimo. No entanto, **ao analisar o histórico, nota-se que os valores estão abaixo dos realizados no ano anterior à pandemia**.

Isso reflete a consolidação da boa-prática administrativa em otimizar recursos por meio da implementação de processos mais modernos, a exemplo da tramitação de procedimentos finalísticos e administrativos de físico para eletrônico.

Telefonia				
Tipo	2019	2020	2021	Variação % 2020/2021
Fixa	R$ 331.031,53	R$ 364.779,00	R$ 356.357,85*	-2%
Móvel	R$ 143.633,22	R$ 146.953,39	R$ 209.916,90	43%**
Modem	R$ 185.768,95	R$ 181.621,04	R$ 158.134,44	-13%
Total	**R$ 660.433,70**	**R$ 693.353,43**	**R$ 724.409,19**	**4%**

*Valores ref. aos meses outubro a dezembro estimados, tendo em vista o apostilamento de reajuste em andamento
**Em razão da pandemia, foram distribuídos telefones celulares às Promotorias de Justiça para a manutenção do atendimento ao cidadão. Além disso, para do acréscimo se deve ao aumento das tarifas.

Evolução dos gastos com 0800

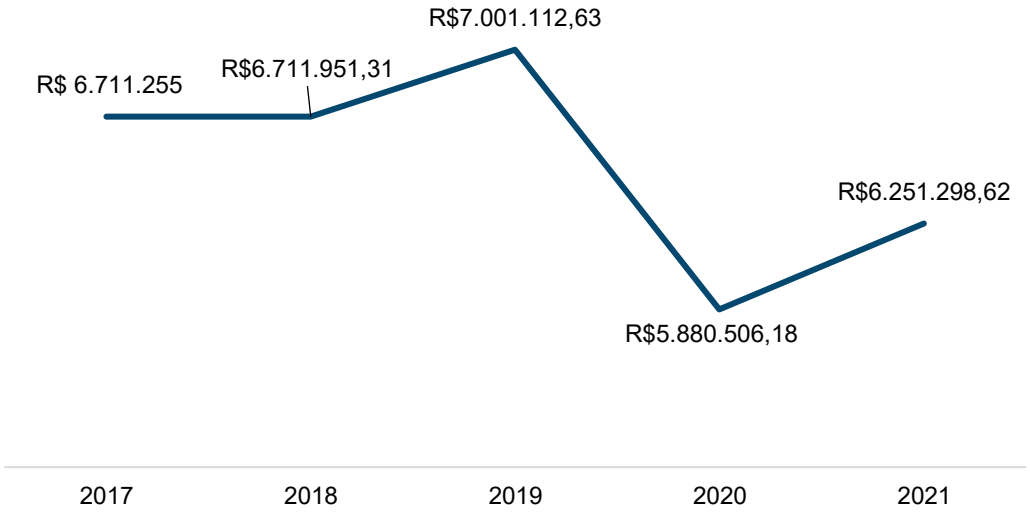


Importante observar que no valor gasto com telefonia fixa está incluído o serviço de 0800, que é uma das formas de fortalecer a comunicação com a sociedade.

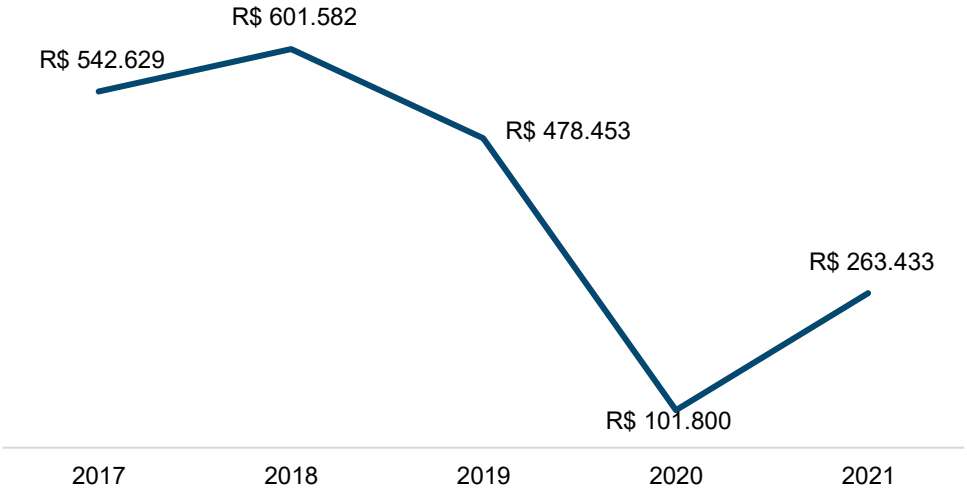
Contas administrativas				
Tipo	2019	2020	2021	Variação % 2020/2021
Correios	R$ 253.600,01	R$ 57.794,40	R$ 42.338,28	-27%
Água e Esgoto	R$ 260.532,12	R$ 137.213,58	R$ 149.461,73	9%
Energia Elétrica	R$ 2.235.380,71	R$ 1.673.160,37	R$ 2.002.358,63	20%
Condomínio	R$ 120.319,29	R$ 68.533,37	R$ 66.886,39	-2%
IPTU/Taxas	R$ 70.492,42	R$ 68.703,53	R$ 68.780,78	0%
Total	**R$ 2.940.324,55**	**R$ 2.005.405,25**	**R$ 2.329.285,81**	**16%**

Principais custos - Transportes				
Despesa/Contratos	2019	2020	2021	Variação % 2020/2021
Motorista - Serviço convencional, horas extras e diárias	R$ 5.574.978,95	R$ 4.938.859,00	R$ 5.167.522,47	5%
Combustíveis e lavagens	R$ 550.153,06	R$ 184.150,96	R$ 264.569,82	44%
Manutenção veículos / Oficinas	R$ 207.761,37	R$ 93.838,67	R$ 145.055,93	55%
Motoboy	R$ 668.219,25	R$ 663.657,55	R$ 674.150,4	2%
Total	R$ 7.001.112,63	R$ 5.880.506,18	R$ 6.251.298,62	6%

Evolução dos principais custos com transportes



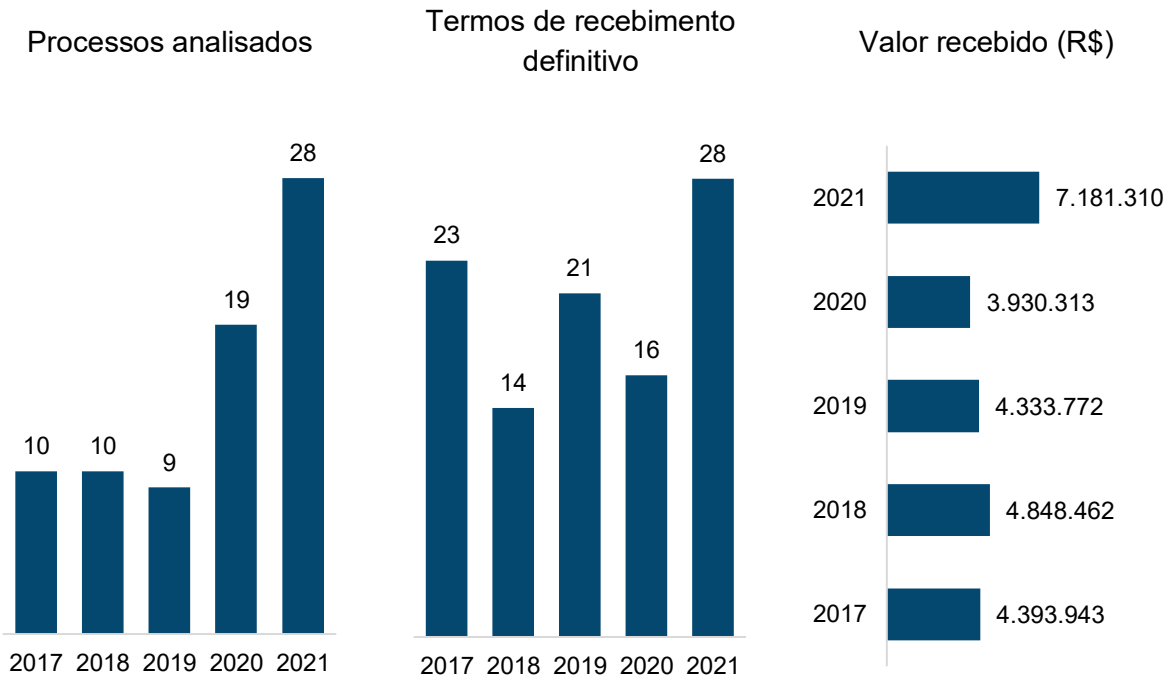
Evolução dos custos com passagens aéreas



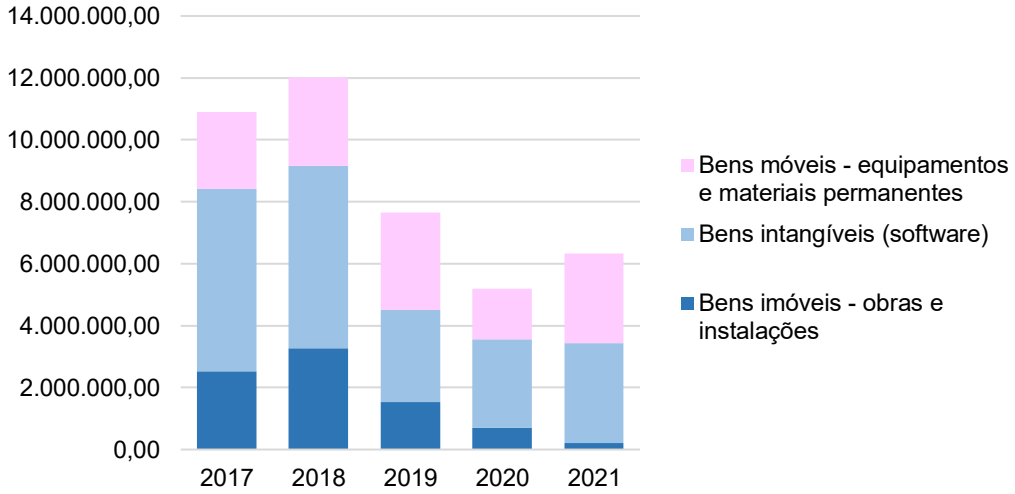
Aquisição e patrimônio

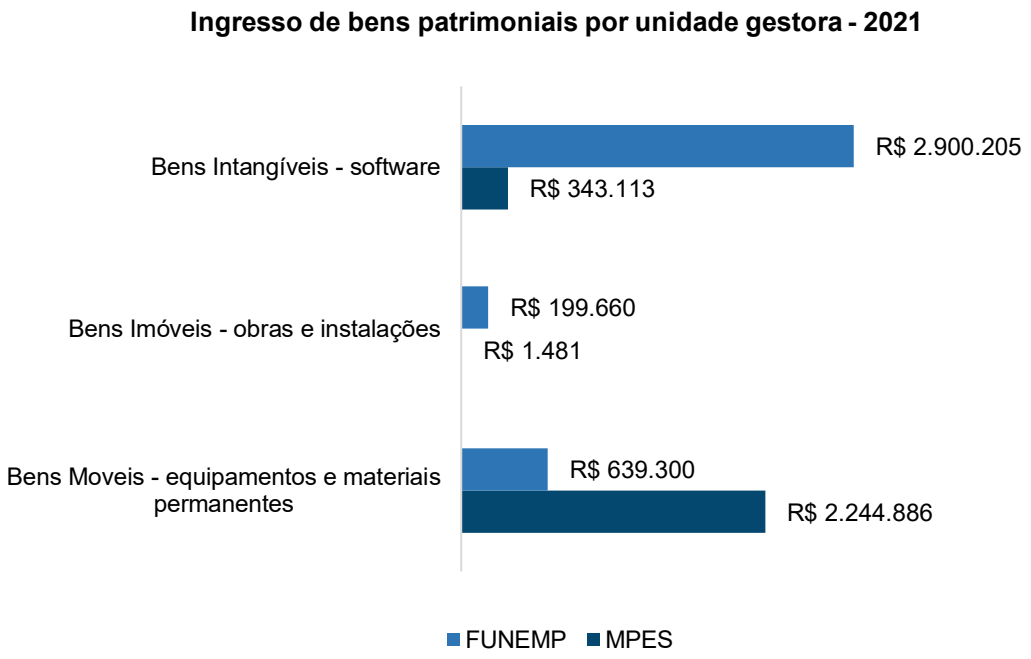
EVOLUÇÃO PATRIMONIAL E AQUISIÇÕES

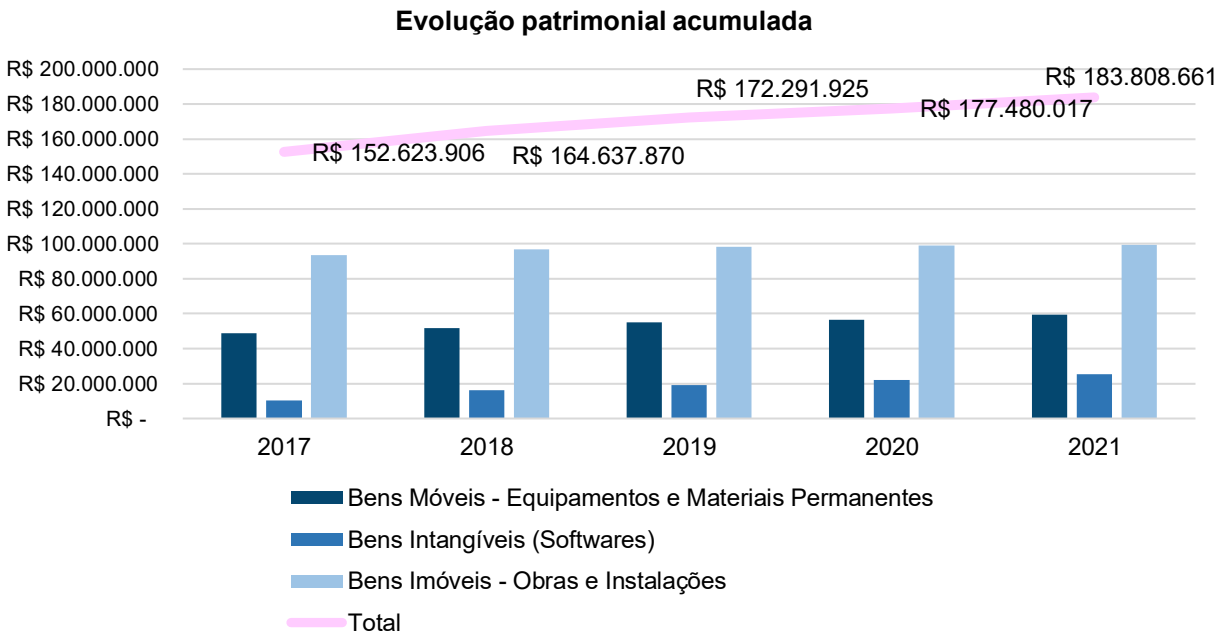
Comissão de Recebimento de Materiais



Ingresso de bens patrimoniais - Evolução

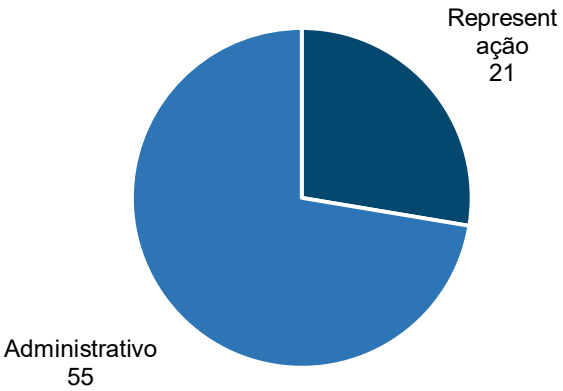






Demonstrativo de Bens Imóveis do MPES - 2021 (Edificações e Terrenos MPES)	Valor
Saldo, em 31/12/2020 (valor líquido)	R$ 159.024.007,54
(-) Depreciação (de janeiro a dezembro de 2021)	R$ 1.315.533,24
(+) Incorporação (estudos e projetos)	R$ 1.481,13
(=) Saldo, em 31/12/2021 (valor líquido)	**R$ 157.709.955,43**

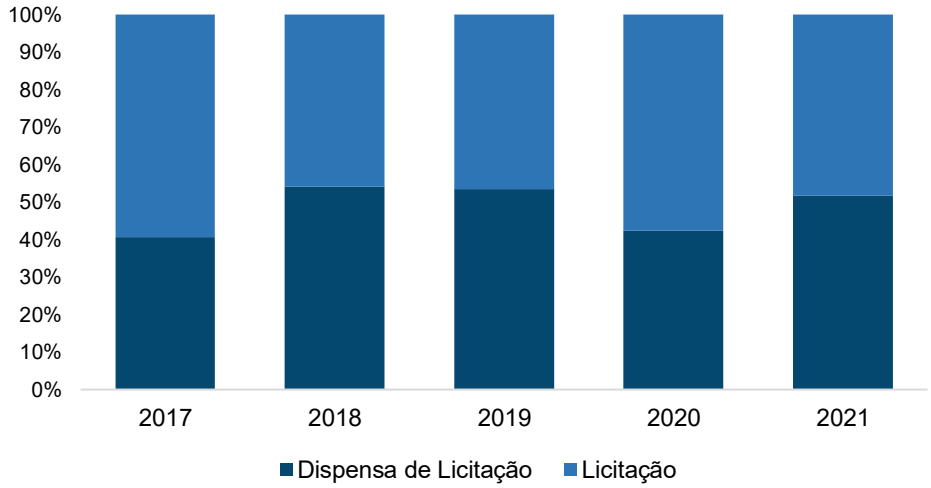
Frota de veículos próprios



Em 2021, foram adquiridos 3 veículos administrativos, no valor total de R$ 639.300,00.

Processos de aquisição			
Tipos	**2020**	**2021**	**Variação 2020/2021**
Dispensa de Licitação	61	104	70%
Procedimento Licitatório	83	97	17%
Cancelados/Arquivados	1	5	400%
Total	**145**	**206**	**42%**

Participação dos tipos de aquisição



ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS

No âmbito do MPES, a avaliação e a catalogação dos bens a serem leiloados, para posterior fixação do valor mínimo de arrematação e acompanhamento do andamento do certame, é de atribuição da Comissão Permanente de Credenciamento e Leilão (CPCL), conforme Portaria PGJ nº 427, de 15 de julho de 2021.

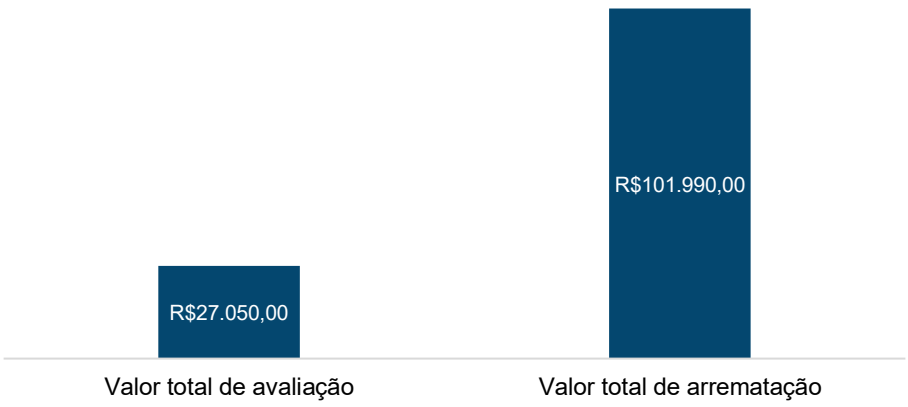
A Comissão, no ano de 2021, atuou para a realização de credenciamento de leiloeiros públicos oficiais para atuarem nos leilões do MPES, de acordo com a necessidade do Órgão e a efetivação de 1 (um) leilão público, na modalidade *online*, para alienação de bens móveis considerados inservíveis no âmbito do MPES.

Foram habilitados 7 (sete) leiloeiros para atuarem nos leilões de bens móveis inservíveis do MPES e realizado 1 (um) leilão no mês de novembro.

Os bens leiloados foram apontados pelas unidades organizacionais de Patrimônio, Engenharia e Informática. Todos os lotes foram arrematados acima do valor da avaliação inicial estabelecida, totalizando **R$ 101.990,00 (cento e um mil novecentos e noventa reais)** arrecadados pelo MPES.

Vale destacar que os valores provenientes dos referidos leilões, conforme disposto na Lei Complementar Estadual nº 366/2006, representam parte dos recursos do FUNEMP.

Resultados obtidos no Leilão em 2021



Mensagem final

Palavra do Secretário-Geral

Excelentíssimas Senhoras,
Excelentíssimos Senhores,

O presente relatório de gestão é a expressão de um dos valores fundamentais do Ministério Público do Estado do Espírito Santo que inspira e transcende a simples obediência à ordem normativa: a transparência[i].

Pela excelência de seus resultados, tanto na área-fim como na área-meio, o ano de 2021 consolidou a coragem, a competência, o talento e a dedicação das milhares de pessoas que integram esta instituição em todos os cargos, funções e atividades e que necessitaram se adaptar continuamente à dinâmica das incertezas do contexto sanitário, social e econômico temperada pela manutenção de resultados ótimos para a sociedade.

É sabido que somente pela alta performance de nossas membras e de nossos membros, servidoras e servidores e de todo o quadro de pessoas é que continuaremos a avançar continuamente em meio a um mundo em transformação exponencial.

Para tanto, pode-se notar que a estratégia institucional está acertadamente voltada para o forte investimento em habilidades, talentos e conhecimentos de nosso *capital humano*; a evolução contínua de bancos de dados, sistemas de informação, redes e infraestrutura tecnológica de nosso *capital da informação*; e a valorização permanente da cultura institucional do nosso *capital organizacional*[ii].

Ao encerrar este relatório, registramos os nossos profundos agradecimentos à Excelentíssima Procuradora-Geral de Justiça, Dra. Luciana Gomes Ferreira de Andrade, pelo apoio incondicional neste grande esforço de trabalho.

Reconhecemos e valorizamos, igualmente, toda a dedicação e esforço da equipe da AGE - Assessoria de Gestão Estratégica e as suas respectivas unidades (UPP/UQP-FIM/UQP-MEIO/UIS) que, com a nossa supervisão, elaborou um documento denso, cuidadoso e ao mesmo tempo acessível e claro, que contempla em profundidade os dados da gestão institucional no ano de 2021 e que, ao final, deixa registrada parte de uma história marcante destes tempos que jamais serão esquecidos.

Francisco Martínez Berdeal
Secretário-Geral do Gabinete da Procuradora-Geral de Justiça

---

[i] Art. 37, caput da CF/88; Lei 12.527/2011; XXXIII, art. 10 da LC 95/97.

[ii] KAPLAN, Robert (2017).